



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ERIKA LETÍCIA PELLIN CAIGARO

PROPOSTA DE FERRAMENTA PARA AUXÍLIO NA ORGANIZAÇÃO DE
RODEIOS CRIOULO: PROVA DE LAÇO

CHAPECÓ

2017

ERIKA LETÍCIA PELLIN CAIGARO

**PROPOSTA DE FERRAMENTA PARA AUXÍLIO NA ORGANIZAÇÃO DE
RODEIOS CRIOULO: PROVA DE LAÇO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção de
grau de Bacharel em Administração da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Me. Marcos Roberto dos Reis

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Caigaro, Erika Letícia Pellin
Proposta de Ferramenta para Auxílio na Organização de
Rodeios Crioulo: Prova de Laço/ Erika Letícia Pellin
Caigaro. -- 2017.
119 f.

Orientador: Marcos Roberto dos Reis.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Administração , Chapecó, SC, 2017.

1. Administração de Projetos. I. Reis, Marcos Roberto
dos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul.
III. Título.

ERIKA LETÍCIA PELLIN CAIGARO

**PROPOSTA DE FERRAMENTA PARA AUXÍLIO NA ORGANIZAÇÃO DE
RODEIOS CRIOULO: PROVA DE LAÇO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Me. Marcos Roberto dos Reis

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 14/07/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Marcos Roberto dos Reis



Prof. Me. Emerson Moisés Labes



Prof. Dr. Moacir Francisco Deamling

Dedico este trabalho aos meus pais, Zélia Teresinha Pellin e Érico Oliveira Caigaro, por todos ensinamentos e valores transmitidos, por me mostrarem os caminhos corretos a seguir na vida e por nunca terem medido esforços para que este dia chegasse. A Deus, por me permitir ter eles ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus sobre todas as coisas, que sempre colocou pessoas maravilhosas no meu caminho. Pessoas essas que cuidaram de mim, me fizeram crescer como pessoa e que estiveram comigo nos momentos que precisei. Essas pessoas são minha família, meus amigos e professores.

Em especial, agradeço ao Prof. Marcos Roberto dos Reis, orientador e amigo, meus sinceros agradecimentos pela paciência, pelos ensinamentos e pela orientação, pelo estímulo e confiança demonstrados e pelo compromisso assumido. Sei que para ele foi um desafio ainda maior que o meu, uma realidade diferente, mas que aceitou esse desafio comigo com muito ânimo. Obrigado por me ajudar a realizar um sonho.

Ao meu cachorro Major que esteve aos meus pés durante muitas noites ao lado do fogão à lenha escrevendo este trabalho. Ao meu cavalo Gateado, por ter me proporcionado poucos, mas bons momentos de distração.

“A única maneira de fazer um ótimo trabalho é amando aquilo que se faz” (Steve Jobs)

RESUMO

O mercado de eventos tradicionalistas gaúchos é dividido em várias regiões. A região oeste de Santa Catarina pertence à 12ª Região e é composto por 41 cidades. Nestas ocorrem as Festas Campeiras, e com elas, o Rodeio Crioulo. Este é considerado por muitos como um esporte, onde na categoria Prova de Laço, os competidores, montados a cavalo, buscam laçar os bois pelas aspas. Dentro deste contexto, e observando algumas dificuldades para a realização de tais eventos, buscou-se elaborar uma proposta de ferramenta para auxílio na organização dos Rodeios Crioulo. Para desenvolvê-la, inicialmente buscou-se caracterizar o evento Rodeio Crioulo e a Prova de Laço, após, identificou-se os processos existentes no evento, analisando-os e identificando os gargalos, chegando-se assim em uma ferramenta adaptada a realidade do evento. Assim, apresenta-se aqui uma proposta de ferramenta para auxílio na organização de eventos tradicionalistas de Rodeio Crioulo, considerando a Prova de Laço e outras especificidades do evento. Metodologicamente, quanto aos seus fins, esta pesquisa classifica-se como descritiva. Em relação aos meios, como um estudo de campo, onde utilizou-se de entrevistas semiestruturadas e observação participante como técnica de coleta. Como recomendações para estudos futuros, destaca-se a possibilidade de implementação de controles financeiros e avaliação de riscos.

Palavras-chave: Rodeio Crioulo. Prova de Laço. Administração de Projetos. Organização.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -CTG's distribuídos pelo Brasil.	19
Figura 2 - Pista de Rodeio: Prova de Laço	41
Figura 3- Convite Rodeio Crioulo	48
Quadro 1-Níveis da Administração de Projetos	30
Quadro 2- <i>Checklist</i> Rodeio Crioulo	60

LISTA DE SIGLAS

CBTG - Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

GTA - Guia de Trânsito Animal

IGTF - Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore

MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho

PMBOK – Project Management Body of Knowledge

PMI – Project Management Institute

RT - Região Tradicionalista

VOCABULÁRIO

Armada - Laço quando arremessado para prender algo ou alguma coisa.

Cura do Terneiro - Prova na qual um terneiro (boi com poucos meses de vida) é laçado à pé e derrubado pelo competidor.

Gineteada - Prova onde o competidor deve tentar permanecer sobre o lombo do cavalo. Semelhante à Montaria em Touros.

Guampa/Aspas - Chifre de boi.

Indumentárias - Vestes tradicionais do Gaúcho.

Laço - Corda forte e comprida, trançada artesanalmente, geralmente em couro cru.

Mangueiras - Local onde ficam animais fechados para o manejo. Espécie de curral.

Patrão de CTG - Autoridade maior na hierarquia de um Centro de Tradições Gaúchas.

Patrão de Piquete - Piquete é uma entidade menor que se encontra dentro do CTG, ao Patrão de Piquete cabe a segunda posição hierárquica desse tipo de associação.

Prova de Rédeas - Prova que visa demonstrar as habilidades do cavalo e do cavaleiro quanto ao seu adestramento e formas de conduta.

Tentos - Pequenas tiras de couro que juntas formam o laço.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos	14
1.2	DELIMITAÇÃO DO TRABALHO	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	A CULTURA GAÚCHA E A FIGURA DO GAÚCHO	17
2.2	TRADICIONALISMO	18
2.3	CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (CTG)	19
2.4	DEMAIS ÓRGÃOS RELACIONADOS À TRADIÇÃO E CULTURA GAÚCHA	20
2.5	EVENTOS TRADICIONALISTAS	21
2.5.1	Promoções Tradicionalistas	21
2.5.2	Festas Campeiras	22
2.6	RODEIO CRIOULO	23
2.6.1	Prova de Laço	23
2.7	PROJETO	24
2.7.1	Atividade Temporária	25
2.7.2	Produto Singular	26
2.8	ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS	28
2.8.1	História da Administração de Projetos	29
2.9	MODELO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS	32
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1	TIPO DE PESQUISA	34
3.2	UNIDADE DE ANÁLISE	36
3.3	TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS	36
3.4	DESCRIÇÃO DO ROTEIRO DE PESQUISA	38
3.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	40
4	DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	41
4.1	O QUE ANTECEDE AO EVENTO	42
4.1.1	Data do Evento	42
4.1.2	Programação	42

4.1.3	Valor das Inscrições	46
4.1.4	Premiações	47
4.1.5	Exemplo de Convite	47
4.1.6	Divulgação	49
4.1.7	Demais Ajustes e Contratações	49
4.2	POSTOS DE TRABALHO	51
4.2.1	Casinha de Inscrições (1)	51
4.2.2	Casinha de Narração (2)	53
4.2.3	Casinha de Juízes (3)	54
4.2.4	Brete Solta Boi (4)	54
4.2.5	Brete Saca Laço (5)	55
4.2.6	Retorno Do Gado (6)	56
4.3	DESENVOLVIMENTO DA FERRAMENTA DE ORGANIZAÇÃO	57
4.4	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO EVENTO	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65
	APÊNDICES	67
	ANEXOS	69

1 INTRODUÇÃO

O mercado de eventos tradicionalistas da 12ª Região de Santa Catarina é composto por várias cidades do oeste catarinense, mais especificamente, por 41 municípios, conforme o Regulamento Campeira do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) de Santa Catarina (2015). Em seu artigo 1º, o regulamento Campeira define Promoções Tradicionalistas como “as atividades cívicas, culturais, esportistas, festivas, campeiras e associativas, desenvolvidas em torno de motivação inspirada nos objetivos do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Estado de Santa Catarina”.

Em relação às Festas Campeiras ou Eventos Campeiros, tema central deste trabalho, o artigo 3º do regulamento traz que estas são as atividades esportivas direcionadas ao exercício e demonstrações de habilidades relacionadas às lidas campeiras, prática que identifica o cotidiano do Gaúcho, e que se caracterizam pela realização de concursos e campeonatos compatíveis com as suas tradições e folclore. As Festas Campeiras podem ser denominadas de Rodeio Crioulo, Festa Crioula, Torneio de Laço, Torneio de Gineteadas, Festa da Tradição, Festa da Marcação, Cavalhada, Cavalgada, entre outras, desde que os eventos tenham caráter competitivo de acordo com o artigo 4º do mesmo regulamento.

Dentro deste contexto, e analisando o grau de complexidade para a realização de tais eventos, este estudo propõe elaborar uma proposta de ferramenta para auxílio na organização de Rodeios Crioulo. Uma das alternativas é a criação de uma ferramenta para auxílio na organização desses eventos, contemplando o passo a passo para a sua execução, para o desenvolvimento desta, utilizou-se como referência a Administração de Projetos.

A administração de projetos é uma técnica, ou conjunto de técnicas, que são aplicadas a determinadas situações, nas quais há um resultado a ser alcançado dentro de restrições de tempo e custo (MAXIMIANO, 2010). Nesse sentido Meredith e Mantel (2011) indicam que “um projeto é normalmente uma atividade periódica com um conjunto bem definido de almejados resultados finais”. Este pode ser dividido em subtarefas que necessitam ser realizadas para atingir as metas do projeto. “O projeto é suficientemente complexo, já que as subtarefas requerem cuidadosa coordenação em termos de cronometragem, precedência, custo e desempenho” (MEREDITH E MANTEL, 2011).

Maximiano (2010) relata que entre as décadas de 1950 e 1960, as práticas da administração de projetos em seu nível operacional, foram compiladas e organizadas e converteram-se em uma disciplina, movimento este liderado pelo *Project Management*

Institute (PMI), criado em 1969. O PMI propôs-se a congregar os praticantes e fazer avançar a arte da administração de projetos e produziu o Guia dos Conhecimentos sobre a Administração de Projetos - *Guide to the project management body of knowledge*: PMBOK, atualmente em sua 5ª edição (MAXIMIANO, 2010).

O Guia do PMBOK é o documento que sistematiza os conceitos e as ferramentas da administração de projetos, que as pessoas envolvidas ou interessadas nesse tema devem dominar. Atualmente o Guia PMBOK (2014) apresenta 47 processos, agrupados em 5 grandes grupos que são a Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e controle, e Encerramento.

Sob essa perspectiva pergunta-se: Qual proposta de ferramenta auxiliará na organização de eventos tradicionalistas de Rodeio Crioulo, considerando a Prova de Laço e as especificidades da 12ª Região Tradicionalista do Estado de Santa Catarina?

1.1 OBJETIVOS

Com o propósito de elucidar o problema acima exposto, a seguir é apresentado o objetivo da presente pesquisa.

1.1.1 Objetivo Geral

Apresentar uma proposta de ferramenta para auxílio na organização de eventos tradicionalistas de Rodeio Crioulo, considerando a Prova de Laço e as especificidades da 12ª Região Tradicionalista do Estado de Santa Catarina.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a. Caracterizar o evento Rodeio Crioulo;
- b. Caracterizar a Prova de Laço;
- c. Identificar os processos existentes no evento;
- d. Analisar os processos e identificar possíveis gargalos;
- e. Apresentar uma ferramenta de auxílio à organização do evento.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho será delimitado por três aspectos principais:

Primeiramente, a proposta de ferramenta a ser apresentada não possui ênfase na quebra de paradigmas, nem tão pouco, a mudança de como os processos são desenvolvidos no evento.

A ferramenta terá enfoque exclusivamente na Prova de Laço, não relatando demais atividades que podem estar presente nos Rodeios, como o comércio por exemplo, seja de bebidas, alimentação entre outros.

As atividades desenvolvidas pelos Patrões de CTG's compreendem vários aspectos e este trabalho está desenvolvido com ênfase no auxílio à tomada de decisão do mesmo, buscando apresentar como as atividades podem ser elaboradas, bem como, ajudar a toda equipe de organizadores na sua administração.

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa pode ser considerada significativa diante de parte da sociedade que costuma frequentar eventos tradicionalistas como o Rodeio Crioulo. É importante destacar a relevância deste estudo para os Patrões de Centros de Tradições Gaúchas (CTG) e para os Patrões de Piquete que realizam estes eventos na região, visto que o setor é desprovido de documentação formal e arquivamentos de como realizá-los. Existe um regulamento emitido pelo MTG de SC, porém o mesmo contém mais especificamente normas e regulamentos para os participantes de tais eventos e não traz detalhes sobre como realizá-lo. Vale ressaltar que, de tempos em tempos, há nova eleição de patrões e os novos regentes têm como única fonte de informação o diálogo informal com os antigos patrões para buscar saber como realizar o evento, identificar os fornecedores e as pessoas qualificadas para os trabalhos.

Maximiano (2010) destaca que conhecer e aplicar os princípios e as técnicas da administração de projetos são habilidades importantes para todas as pessoas que trabalham ou se envolvem com projetos, sejam estas gerentes ou não, como por exemplo professores, pesquisadores, engenheiros, técnicos e estudantes que trabalham com atividades finitas e devem preparar planos e orçamentos, bem como, fazem parte de equipes, participam de processos de tomada de decisão, formulam políticas e supervisionam pessoas para realizar objetivos com prazos e custos restritos.

O autor ainda complementa afirmando que “mesmo sem ter responsabilidade direta pelo objetivo ou pela gestão dos recursos, qualquer pessoa, como eles, pode e deve usar a administração de projetos em qualquer atividade finita que precise realizar” (MAXIMIANO, 2010, p. 29-28). Considera-se essencial a adequada exploração do tema, de modo que este possa contribuir para melhor compreender todos os processos gerenciais que este tipo de evento cultural envolve, visto que os valores são relativamente altos e exigem um mínimo de planejamento por parte de seus gestores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico consiste em conceitos e teorias já existentes sobre o assunto que servem como suporte ao desenvolvimento do estudo. Como parte importante para construção do conhecimento, este capítulo destina-se a embasar os conceitos que permeiam a relação entre a Cultura Gaúcha e o Gaúcho; Tradicionalismo; CTG e demais órgãos relacionados à Tradição e Cultura Gaúcha; os diferentes tipos de Eventos Tradicionalistas; Rodeio Crioulo e finalmente a Prova de Laço. A seção seguinte trata dos conceitos de Projeto; Administração de Projetos, sua História e por fim Modelo de Administração de Projetos. Desta forma, por meio deste marco teórico acredita-se ser possível obter subsídios para o desenvolvimento da pesquisa e alcance dos objetivos estabelecidos.

2.1 A CULTURA GAÚCHA E A FIGURA DO GAÚCHO

“A cultura gaúcha é peculiar uma vez que é constituída pelas influências de várias outras culturas, como a indígena, espanhola, portuguesa, a negra, entre outras” (MÜLLER; VARGAS; GUTERRES, 2012, p. 5). Suas expressões estão alicerçadas à tradições, conhecimentos obtidos pela convivência em grupo, somados a diversos elementos, entre eles, os históricos e os sociológicos. Seus legados e sua tradição são transportados para as gerações seguintes, sujeitos a mudanças próprias de cada época e as circunstâncias vividas (LUVIZOTTO, 2010).

Não há como falar de cultura gaúcha sem falar de seu personagem principal, o Gaúcho. Onde o cavalo era o seu companheiro inseparável das guerras e lidas campeiras; o churrasco era a sua forma de alimentação apropriada, mas que também, era uma forma de confraternização e solidariedade; e para corrigir os males do excesso de carne, o chimarrão, o seu mate amargo (LAZZAROTTO, 1978). Neste contexto, não bastando ter nascido no RS (esse é o sul-rio-grandense e, a rigor, todos os nascidos no estado o são), e sim aquele que identifica-se com a cultura e os ideais tradicionalistas para se sentir gaúcho (LUVIZOTTO, 2010). De acordo com o autor é um sentimento que independe do território, que ultrapassa as barreiras geográficas, a filiação e a origem ancestral e passa a ser um sentimento de identificação com uma cultura enraizada em valores rurais, campeiros, e que também está

presente no meio urbano, buscando resgatar valores como honra, liberdade e bravura (LUVIZOTTO, 2010).

Portanto, para fins deste estudo, gaúcho é todo indivíduo que se identifica literalmente com a cultura gaúcha e que se declara, intitula, como tal.

2.2 TRADICIONALISMO

Lessa (2008 *apud* SCHEIBE, 2017) define tradicionalismo como um movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica, mesmo que imperceptível de tal finalidade, com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura: graças ao que a sociedade adquire maior tranquilidade na vida comum.

Para fins de esclarecimento se faz necessário diferenciar tradição, tradicionalismo e aquilo que é tradicional. Tradição é um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo, como se fosse uma memória de longa duração, são os usos e costumes, os símbolos, práticas, crenças, vestuário, culinária, música, poesia, dança, entre muitos outros elementos que fazem parte de uma dada cultura e de um povo. Entende-se como tradicionalismo o culto a essas tradições, um movimento organizado e coletivo que valoriza essas tradições e procura mantê-las vivas de geração a geração. Já o tradicional é aquilo que é transmitido por meio de uma tradição (LUVIZOTTO, 2010).

Fagundes (2000 *apud* Savaris, 2010), ressalta que o tradicionalismo só existe no Rio Grande do Sul é obrigatoriamente associativo, coletivo, um movimento cívico-cultural. O autor complementa afirmando que, é a tradição em marcha, que resgata valores que são válidos não somente por serem antigos, mas por serem eternos, exatamente os valores que trouxeram o Rio Grande e o gaúcho do passado para o presente, projetando-o no futuro.

“O Movimento Tradicionalista reelaborou o gaúcho com base numa ideia de continuidade do passado, conferindo autenticidade e valor de verdade aos rituais e elementos da tradição, e imprimindo-lhe, ao mesmo tempo, novos significados” (LUVIZOTTO, 2010, p. 33).

2.3 CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (CTG)

Os CTG's foram criados para demonstrar as raízes históricas, os costumes nativos, a maneira de ser, a sociabilidade do povo gaúcho. É nesses locais que se estudam as danças, as poesias, as falas do gaúcho original, seus hábitos e sua história. Tem por finalidade mostrar e perpetuar as manifestações da cultura e tradições gaúchas com a maior precisão possível para o público nacional e internacional (LUVIZOTTO, 2010).

Luvizotto (2010) ressalta que um CTG não é apenas uma entidade que reflete a tradição, é também um movimento que procura revivê-la. Para tanto, foi necessário recriar os costumes do campo e assim foi usada uma nomenclatura diferente de outras associações, como por exemplo, substituindo o presidente, o vice-presidente, o secretário, o tesoureiro e o diretor por títulos de patrão, capataz, sota-capataz, agregados, posteiros. Já os conselhos consultivos e deliberativos foram renomeados de Conselho de Vaqueanos e os departamentos foram chamados de Invernadas.

Para se ter uma noção do quanto o movimento tradicionalista gaúcho é grande e sua repercussão se dá por todo o território brasileiro, traz-se aqui alguns números de acordo com os dados da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha (CBTG) atualmente são 2.835 CTG's que se encontram-se divididos da seguinte maneira no território Brasileiro:

Figura 1 -CTG's distribuídos pelo Brasil.



Fonte: LUVIZOTTO (2010, p. 41).

Além desta distribuição de CTG's que se encontram no Brasil, ainda constata-se 12 CTG's fora do país, reconhecidos e amparados oficialmente pela CBTG:

- CCG Bento Gonçalves – Los Angeles, EUA
- CTG Brasil Tche – Bernadesville, EUA
- CTG Deserto da Saudade – Israel
- CTG Índio José – Santa Rita – Alto Paraná, Paraguai
- CTG Nova Querência – Fort Lauderdale, EUA
- CTG Pedro Álvares Cabral – Lisboa, Portugal
- CTG Querência do Norte – Toronto, Canadá
- CTG Rancho Rio Grande – Perris, EUA
- CTG Saudade da Minha Terra – Newark, EUA
- CTG União de Ideais – Paris, França
- Núcleo Tradicionalista Gaúcho de Danbury – Brookfield, EUA
- Recuerdos del Pago – Madri, Espanha

Esses números demonstram que a tradição gaúcha vai muito além de questões geográficas, mas sim, amor e zelo por uma cultura que se encontra não somente dentro de cada sul-rio-grandense, mas sim, em demais brasileiros e até mesmo fora do país.

Não é necessário ter nascido ou residir no RS para ser tradicionalista, apenas se faz necessário a identificação cultural com a terra, com a origem gaúcha, para ser tradicionalista, em qualquer parte do mundo (LUVIZOTTO, 2010).

2.4 DEMAIS ÓRGÃOS RELACIONADOS À TRADIÇÃO E CULTURA GAÚCHA

“Considerando a estrutura do Movimento Tradicionalista, deve -se destacar também o papel da CBTG, do MTG e do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF).” (LUVIZOTTO, 2010, p. 43).

A Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, também denominada pela sigla CBTG, é a entidade maior do Movimento Tradicionalista Gaúcho Brasileiro, cuja essencialidade é valorizar, organizar, defender, promover e representar as tradições e a cultura

gaúcha, se caracterizando como uma sociedade civil, sem fins econômicos, com duração indeterminada e que foi fundada em 24 de maio de 1987 (CBTG, 2014).

O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) “é uma associação civil, uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com circunscrição em todo o território nacional, constituindo-se na Federação dos Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins.” (LUVIZOTTO, 2010, p. 46). Seu objetivo é congregar os CTG’s e entidades afins e preservar o núcleo da formação gaúcha e a filosofia do Movimento Tradicionalista, decorrente da sua Carta de Princípios e expressa nas decisões dos congressos tradicionalistas (LUVIZOTTO, 2010).

Já o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) é vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, atuando na área da pesquisa e divulgação da cultura popular sulriograndense. Destaca-se o estudo do folclore, da cultura e da história do Estado. Em seu estatuto consta que deve promover o estudo e divulgação da ciência do folclore, o intercâmbio com órgãos de atividades afins e a cultura popular. Como instituição poderá representar o Estado em assuntos pertinentes à cultura regional e prestar assessoria e serviços especializados (IGTF, 2016).

2.5 EVENTOS TRADICIONALISTAS

Quando se fala em cultura gaúcha, remete à mente as tradicionais lindas danças gauchescas, nos lembra também o relacionamento homem e cavalo e consecutivamente os rodeios de laço comprido como assim são chamados na região sul do Brasil.

Para falar um pouco mais sobre o que é o esporte “rodeio” usar-se-á como base o Regulamento Campeira disponível no site do Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina (MTG/SC), o qual pode ser visualizado no Anexo II.

2.5.1 Promoções Tradicionalistas

O Regulamento considera como sendo promoções tradicionalistas as atividades cívicas, culturais, esportivas, festivas, campeiras e associativas, desenvolvidas em torno de motivação inspirada nos objetivos do Movimento Tradicionalista do Estado de Santa Catarina – MTG/SC.

2.5.2 Festas Campeiras

Dentro das Promoções Tradicionalistas há as Festas Campeiras, também denominadas por Eventos Campeiros, que são as atividades esportivas direcionadas ao exercício e demonstrações de habilidades relacionadas às lidas campeiras, práticas que identificam o cotidiano do gaúcho, e que se caracterizam pela realização de concursos e campeonatos compatíveis com as suas tradições e folclore.

Quando respeitadas as denominações características de cada região e as inovações que não atinjam a essência da tradição, cultura e folclore gaúcho catarinense, as Festas Campeiras regulamentadas pelo MTG/SC podem ser denominadas de: Rodeio Crioulo, Festa Crioula, Torneio de Laço, Torneio de Gineteadas, Festa da Tradição, Festa da Marcação, Cavalhada, Cavalgada, entre outras, podendo em qualquer caso, se o mérito do evento comportar, ser adotada a denominação inicial de campeonato.

No caso deste trabalho, o objeto de estudo nas Festas Campeiras é o Rodeio Crioulo, que encontra-se dividido de acordo com suas espécies:

Interno - considerado aquele realizado no âmbito interno de uma entidade, com a participação restringida exclusivamente aos seus associados;

Local - considerado aquele realizado entre uma ou mais entidades do mesmo Município;

Regional - considerado aquele que objetive a participação de entidades de uma Região Tradicionalista ou de outras Regiões Tradicionalistas próximas;

Estadual - considerado aquele que objetive a participação de entidades do todo o Estado de Santa Catarina;

Interestadual e/ou Nacional - considerado aquele que objetive a participação de entidades oriundas de quaisquer Estados da Federação;

Internacional - considerado aquele que objetive a participação de entidades e/ou delegações de outros Países;

Para a realização deste último, além de programação prévia e expressamente aprovada pela diretoria do MTG/SC, o mesmo deverá estar acompanhado de uma manifestação formal do Prefeito do Município anfitrião do evento e que demonstre seu imprescindível apoio para a realização de tamanho evento tradicionalista.

2.6 RODEIO CRIOULO

Para adentrar um pouco mais sobre o que é um Rodeio Crioulo, tomaremos como base a 2ª edição da Cartilha para Realização de Rodeios Crioulos, documento este presidido pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A história dos rodeios começou quando utilizava-se este termo para designar os Rodeios *Country* que tiveram sua origem nos Estados Unidos da América, em meados de 1800, após os colonos norte-americanos vencerem a guerra contra o México e adotarem os costumes de origem espanhola, entre eles, as festas mexicanas e a doma de animais sendo que a união destas duas atividades resultaria no rodeio. A primeira prova oficial aconteceu em 1869, na cidade de Colorado, no Texas.

Tratando-se do Brasil, esta forma de rodeio surgiu em 1956 na cidade paulista de Barretos e já na primeira festa a principal atração era a disputa entre o homem e o animal. Porém, o Rodeio Crioulo, que é o tema norteador deste trabalho, surgiu no Rio Grande do Sul na década de 50 nos Campos de Cima da Serra, por meio dos Torneios de Tiro de Laço Competitivos, que com o passar dos tempos foram adquirindo cada vez mais participantes dando origem ao 1º Rodeio Crioulo de Vacaria, precursor dos atuais rodeios que se espalharam por todo Estado.

Diferentemente do Rodeio Country - considerando um esporte competitivo que visa premiação - o Rodeio Crioulo é a manifestação das tradições do campo. Seu objetivo principal é possibilitar o convívio periódico entre os amantes dos costumes dos pagos, para reviver aquela infinidade de características que tão bem definem o sistema de vida na querência, bem como as manifestações culturais tradicionalistas gaúchas, como música, dança, gastronomia e jogos (COSTA et al., 2016, p. 11).

2.6.1 Prova de Laço

Dentre as principais provas campeiras presentes nesse tipo de evento está Prova de Laço, esta prova é a norteadora para a proposta deste trabalho, é baseada nela que buscar-se-á desenvolver uma proposta de ferramenta para auxílio na organização de rodeios crioulos, condizente com a realidade dos eventos realizados na 12ª Região Tradicionalista do Estado de Santa Catarina.

Este tipo de prova campeira é realizada em uma cancha, onde o laçador (a), montado a cavalo, busca laçar a rês (boi) pelas guampas, ambos dentro dos limites da raia da cancha

(geralmente 120 metros). As cordas utilizadas nessas provas deverão ser trançadas em couro (laço) e possuir redutor de impacto para o animal. É chamada de armada a parte arremessada na cabeça do bovino e tem medidas que obedecem a categoria do laçador, definida pela idade e/ou sexo. Homens/peão menores de 15 anos podem laçar com armada livre, no caso, com o tamanho que quiserem, de 15 a 18 anos devem laçar com 7 metros de armada, e acima dos 18 anos deve-se obrigatoriamente laçar com 8 metros de armada.

No caso das mulheres/prendas, até seus 15 anos elas possuem armada livre, após essa idade é obrigatório no mínimo 6 metros de armada. Numa mesma prova podem competir laçadores de categorias diferentes, como por exemplo homens e mulheres juntos, e maiores e menores de idade. Conforme estipulado, a prova pode ser de armada cerrada ou julgada, onde no primeiro caso só é considerada boa a laçada que entrar cerrada no brete do saca-laço e no segundo caso, uma comissão julgadora, manifesta-se no caso do bovino baixar a cabeça na hora do laço tocar as aspás, arbitrando uma repetição para o laçador; ou, quando em ponto de cerrar, o boi retira o laço da cabeça, nesse caso, é considerado pelos juízes uma armada boa. No caso específico da 12ª RT de SC, a grande maioria dos Rodeios Crioulos é julgada com armada cerrada, em detrimento de que a armada julgada não é obrigatória na região, e portanto, fica a critério da entidade promotora do evento escolher o tipo de julgamento.

Basicamente, o Tiro de Laço trata-se de uma competição de precisão que envolve duas fases distintas. Primeiramente a fase classificatória, e logo após, uma fase final eliminatória, onde quem errar está fora da competição, ganhando assim o laçador/laçadora que obtiver 100% de aproveitamento das armadas nesta fase, também, popularmente conhecida como mata-mata.

2.7 PROJETO

Buarque (1984, p. 34) nos traz que “o uso de projeto decorre de uma evolução na forma de administrar e empreender”. Projeto é:

Um processo único, consistindo de um grupo de atividades coordenadas e controladas com datas para início e término, empreendido para alcance de um objetivo conforme requisitos específicos, incluindo limitações de tempo, custo e recursos. (VALERIANO, 2005, P. 42)

Valeriano (2005) explica que deve haver um conjunto singular de atividades coordenadas, com datas de início e término bem definidos, empreendido por um indivíduo ou uma organização que tem por finalidade atingir objetivos específicos, com cronograma, custo e desempenho determinados. Valeriano (2005) ainda destaca que projeto é “um empreendimento temporário realizado para criar um produto, um serviço ou um resultado singular”.

Não obstante, para Maximiano (2010, p. 4) “projeto é uma sequência de atividades programadas, com compromisso de fornecer um resultado que produz mudança”. Para o autor projetos criam inovações destinadas ao mercado, sejam elas novos produtos e/ou novas tecnologias; à sociedade, como novas instituições, ou a processos de renovação interna das organizações, como é o caso de novos sistemas. “Tudo isso conduz incessantemente a novas situações, que geram novos projetos, num ciclo que se repete” (MAXIMIANO, 2010, p. 5).

Maximiano (2010, p. 5) defende que “a entrega do resultado singular, ou produto, e o entendimento do prazo e do custo programados são as três medidas imediatas da avaliação do sucesso do projeto”. Convém observar conforme exposto por Valeriano (2005, p. 43) que objetivo “é o que a equipe do projeto deve ou se propõe a fazer. Ele especifica a ação, o produto a obter, o modo de consegui-lo, as condições, os requisitos e as restrições a cumprir, assim como outros dados pertinentes”. Já a variável produto:

é o resultado do projeto, aquilo que está descrito no objetivo e que deverá ser entregue ao cliente do projeto, quer seja um contratante, quer seja a própria organização, ou mesmo um indivíduo interessado em projeto próprio (pessoal ou profissional) (VALERIANO, 2005, p. 43).

Maximiano (2010) ressalta duas perspectivas distintas sobre projetos. Projetos como atividade temporária e projetos como um produto singular. Em seguida serão abordadas essas duas perspectivas e suas principais definições.

2.7.1 Atividade Temporária

Conforme Maximiano (2010, p. 5- 6) “Projeto é a sequência de atividades finitas, com começo, meio e fim programados. Atividade repetitiva, ou que tem duração contínua, não é um projeto. É atividade funcional ou programa”. Alguns projetos não têm prazo exato para

terminar, arrastam-se indefinidamente, encerram-se muito depois dos prazos limites ou iniciam-se sem que haja delimitação de datas para início e término (MAXIMIANO, 2010).

Por vezes, um projeto precisa ser suspenso ou prorrogado, por causa de incidência de imprevistos, falta de recursos ou porque a estimativa do prazo foi incorreta. Tais dificuldades podem ser contornadas em alguns casos e em outros não, uma vez que essas variáveis dependem se os prazos do projeto são flexíveis ou não (MAXIMIANO, 2010). O autor ainda nos traz como exemplo o caso de eleições e competições. “O que aconteceria se não fossem realizadas no dia determinado? Apesar das dificuldades, eliminar os erros na previsão e cumprimento dos prazos é princípio dos mais importantes da administração de projetos” (MAXIMIANO, 2010, p. 6).

2.7.2 Produto Singular

Uma ideia central na moderna administração de projetos é o fornecimento de um produto singular, também chamado entregável (ou *deliverable*), para um cliente. Os produtos dos projetos classificam-se em três categorias principais: produtos físicos, conceitos e eventos (MAXIMIANO, 2010, p. 6).

2.7.2.1 Produtos Físicos

Produtos físicos são entidades tangíveis, que podem ser protótipos ou produtos experimentais, resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), ou obras únicas, mesmo que feitas com base em um desenho padronizado, como é o caso de navios e edifícios (MAXIMIANO, 2010). O autor traz como exemplos de projetos que fornecem produtos físicos, o caso de construção civil e infraestrutura; fabricação e montagem de equipamentos, especialmente grandes equipamentos; investimentos na construção, ampliação ou modernização de instalações industriais, dentre outros.

2.7.2.2 Conceitos e Informações

“Conceitos e informações são produtos intangíveis, que resultam de projetos que fornecem bases para o entendimento de uma situação ou para a tomada de decisões.”

(MAXIMIANO, 2010, p. 6). Como exemplo o autor traz projetos de pesquisa e desenvolvimento; consultoria; desenvolvimento de sistemas de informação, dentre outros.

2.7.2.3 *Eventos e Serviços*

“Eventos e serviços são produtos que consistem na realização de tarefas ou atividades. O projeto compreende uma sequência de planejamento, organização e execução de tarefas, ao final das quais o evento propriamente dito é realizado” (MAXIMIANO, 2010, p.7). Em alguns projetos de serviços, o produto final é uma situação organizacional ou social nova. Os projetos a seguir fornecem serviços e eventos: Mudança organizacional; Implantação de sistemas; Espetáculos artísticos; Competições - Jogos Olímpicos, Fórmula 1, Copa do Mundo, *Tour de France*, caminhadas coletivas; Comemorações, celebrações, convenções - Dia da Independência, Desfile da Vitória, Salão do Automóvel; Eventos sociais e inaugurações (MAXIMIANO, 2010).

Maximiano (2010, p. 7) explica que “nenhum projeto pertence a apenas uma categoria. Todo projeto sempre combina elementos físicos, conceitos e serviços”. Traz como exemplo a realização de competições esportivas, que envolvem conceitos (idealização, planejamento, organização), produtos físicos (construções) e eventos (os jogos).

Valeriano (2005) complementa explicando que grande maioria dos processos empregados no projeto têm aspectos típicos ou peculiares, os quais podem ser agrupados para estudos, formando algo correlato a um ciclo de vida do projeto e de qualquer uma de suas partes, as quais são, gestões, fases, atividades ou processos.

Os grupos de processos destacados por Valeriano (2005) são:

- Iniciação: processos que compreendem do estímulo à autorização do projeto;
- Planejamento: momento em que se estabelece o que fazer, como, quando, por quem, por quanto, em que condições etc.;
- Execução: etapa em que se realiza o que foi planejado;
- Monitoração e controle: etapas em que a execução é acompanhada ou monitorada e, se necessário, ajustada ao plano (também pode haver a necessidade de se proceder a ajustes no plano);
- Encerramento: o projeto é formalmente concluído junto ao cliente, aos executantes, aos patrocinadores, aos contratados e à organização responsável.

Os processos citados não são sequenciais, como relacionados acima, muitas vezes há a superposição deles, especialmente os de execução e controle. Muitas partes vão sendo concluídas enquanto outras permanecem em execução e várias sequer são detalhadas no planejamento (VALERIANO, 2005, p. 46).

2.8 ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS

De acordo com Valeriano (2001) administrar projetos consiste em identificar problemas da organização como passíveis de serem resolvidos como se fossem projetos, podendo empregar todas as ferramentas e processos desenvolvidos e de eficiência comprovada em projetos de extrema complexidade. Maximiano (2010, p. 26) complementa afirmando que “a administração de um projeto é o processo de tomar decisões para realizar atividades temporárias, com o objetivo de fornecer um resultado. O resultado é a combinação de produto físico, informações e eventos”.

Kerzner (2006, p. 15-16) traduz a gestão de projetos como o planejamento, a programação e o controle de uma série de tarefas integradas de forma a atingir seus objetivos com êxito, para benefício dos participantes do projeto.

O enfoque proposto por Maximiano (2010) é que a administração de projetos é uma técnica e/ou conjunto de técnicas, que se aplica a determinadas situações, onde há um resultado a ser lançado dentro de restrições de tempo e custo. Para o autor “a aplicação das técnicas da administração de projetos depende tanto da natureza intrínseca da situação quanto de escolha consciente: projeto é uma atividade que alguém decide que é projeto” (MAXIMIANO, 2010, p. 26).

Valeriano (2001) explica que a aplicação da administração por projetos se dá extensivamente em todos os tipos de organizações, inclusive naquelas não voltadas para projetos. “A tarefa básica da administração de projetos é assegurar a orientação do esforço para o resultado. Controlar custos, prazos e riscos é condição básica para isso” (MAXIMIANO, 2010, p. 26).

Archibald (2005 *apud* MAXIMIANO, 2010, p. 26) destaca que “a administração de projetos é mais do que a eficiência dos projetos considerados individualmente. É, também, estratégia e organização”. Veja Quadro 1:

Quadro 1-Níveis da Administração de Projetos

NÍVEL	PROÓSITO	ELEMENTOS
Estratégico	Definição de quais projetos executar e que direção seguir	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento estratégico • Gerenciamento de portfólio • Indicadores estratégicos (<i>outcomes</i>): painel de bordo
Organizacional	Definição de como estruturar a empresa para executar projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Maturidade organizacional • Escritório de gerenciamento de projetos • Gerenciamento de programas • Indicadores táticos (<i>drivers</i>)
Operacional	Execução propriamente dita: foco na eficiência	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento de projetos: processos, técnicas e ferramentas

Fonte: Adaptada de Archibald, 2005 *apud* MAXIMIANO, 2010, p. 26

2.8.1 História da Administração de Projetos

Maximiano (2010) relata que a história das organizações e da administração teve seus primeiros passos com os projetos e não com as fábricas que só vieram a surgir com a revolução industrial do século XVIII. No entanto, a disciplina da administração desenvolveu-se muito mais devido à expansão da indústria do que dos projetos, o que pode ser comprovado na constatação de que a disciplina da administração de projetos somente se estabeleceu a partir da segunda metade do século XX.

O autor traz como exemplos marcantes dos primeiros projetos os casos do Egito e da Mesopotâmia:

No terceiro milênio antes de Cristo, a construção da grande pirâmide de Quéops exigiu a aplicação de enormes conhecimentos técnicos e gerenciais. A pirâmide, com altura original de 146,5 m e 230 m em cada um dos lados, foi construída com 2.300.000 blocos de pedra, com peso médio de 2,5 t. Estima-se que 100.000 pessoas tenham trabalhado na obra, durante 23 anos, movimentando uma média de 270 blocos por dia. Seria uma obra complexa e difícil no terceiro milênio depois de Cristo, com caminhões, guindastes, tratores e computadores (MAXIMIANO, 2010, p. 29).

Após os egípcios, os romanos destacaram-se como grandes organizadores, engenheiros e gerentes de projetos. Dispunham há dois mil anos atrás de grandes residências, templos, cidades, estradas, portos, pontes, sistemas de fornecimento de água e de saneamento básico, piscinas aquecidas. Foram eles que inventaram o cimento e o concreto e fizeram bom uso destes. Obras, como as pirâmides, o Coliseu de Roma, os aquedutos e estradas podem ser apreciadas até hoje (MAXIMIANO, 2010). “Assim como ocorreu com os egípcios, pouco dos

conhecimentos gerenciais dos romanos foi explicitado e deixado para a posteridade. Os conhecimentos técnicos, no entanto, passaram de uma geração e civilização para outra” (MAXIMIANO, 2010, p. 29).

“Contando-se o tempo desde os egípcios, a construção civil e a naval são áreas da aplicação da administração de projetos com cinco mil anos de tradição. Suas métricas, por causa disso, estão muito bem estabelecidas” (MAXIMIANO, 2010, p. 29). O que significa que as estimativas de custos e prazo são relativamente fáceis de fazer. Com produtos - edificações e embarcações - conhecidos a milhares de anos, a administração de projetos enfatizou os prazos e custos por quase cinco milênios (MAXIMIANO, 2010).

A primeira ferramenta moderna da administração de projetos foi inventada por Henry Gantt e se trata de um cronograma usado para gerenciar a construção de navios na Primeira Guerra Mundial. Gantt foi influenciado pelas ideias de Taylor e dividiu o trabalho de construção naval em tarefas menores e as representou em um gráfico por meio de barras e marcos (relatam a duração ou as datas de início e término). Essa técnica simples refletiu grande eficiência às funções de planejamento e controle na construção em grande quantidade e em pouco tempo de navios de guerra. O gráfico de Gantt permaneceu inalterado até os anos 60, quando foram acrescentados refinamentos, como linhas para indicar dependências, folgas entre atividades e o caminho crítico, porém, a ideia principal de seu criador permaneceu inalterada (MAXIMIANO, 2010).

Maximiano (2010) relata brevemente a transição desta época para a moderna Administração de Projetos e o PMBOK.

Na década de 1950, surgiram novos tipos de projetos e produtos, com os quais os construtores de edifícios e navios não tinham experiência. Submarinos que lançavam mísseis, naves espaciais com tripulantes, satélites artificiais, expedições a outros planetas. Foi necessário criar toda uma nova geração de conceitos e ferramentas gerenciais para lidar com esses problemas. Foi essa transição que promoveu o nascimento da moderna disciplina da administração de projetos e fez nascer o Guia do PMBOK, o ICB e outras ferramentas semelhantes (MAXIMIANO, 2010, p. 29).

Pode-se fazer agora uma referência à evolução do gerenciamento de projeto, sintetizada em três períodos, não necessariamente ligados às eras mencionadas, de acordo com a concepção de Valeriano (2005).

1. **Gerenciamento empírico** - baseado nas qualidades inatas do gerente e de seus auxiliares ou procedimentos precedentes, é mais como ‘arte’, ‘experiência’ ou

‘sentimento’ do que como ‘técnica’. Esse foi o caso dos arquitetos, mecânicos e dos construtores das grandes obras da Antiguidade e da Idade Média, dos feitos dos grandes conquistadores e notáveis exploradores terrestres e navais, chegando à construção de equipamentos mecânicos e elétricos até fins do século XIX (VALERIANO, 2005).

2. **Gerenciamento clássico ou tradicional** - teve seu início do século XX e atingiu a sua maturidade nas décadas de 40 a 60, com empreendimentos predominantemente de engenharia, eram projetos estruturados, planejados, executados e controlados pelo gerente que administrava os recursos humanos e materiais disponíveis, empregava processos existentes ou criados especialmente para aquele tipo de projeto, visando obter o produto desejado dentro dos limites dos custos e prazos. Esses projetos eram essencialmente técnicos, sobretudo nas áreas das engenharias civil, mecânica, hidráulica e elétrica, e, mais tarde, nos setores bélico, aeronáutico, de comunicações, espacial, exigiam alto grau de complexidade e caracterizavam altos custos, em face dos problemas envolvidos e dos prazos relativamente longos. Eram voltados ao atendimento demanda e oferta de produtos a clientes ou então à criação de novos produtos para a própria organização (VALERIANO, 2005).
3. **Moderno gerenciamento de projetos (MGP)** - despontou entre as décadas de 80 e 90, voltado para ampla gama de aplicações, abandonando o caráter tipicamente técnico. O MGP passou a ser utilizado para resolver todo tipo de problemas organizacionais e em todos os seus níveis, como extraordinária ferramenta que permite às organizações, perante rápidas e constantes mudanças, responder com extrema rapidez às pressões de seu ambiente atual e futuro. Os projetos tradicionais destinavam-se a resolver questões pontuais, problemas específicos de ordem interna ou externa, sendo que cada gerente e sua equipe visavam ao atendimento das necessidades do cliente. Esse tipo de gerente criava um projeto, vendia-o à alta administração ou dela recebia a incumbência de conduzir um outro projeto, geralmente para cliente externo, e o gerenciava exigindo da equipe o cumprimento de prazos, custo e desempenho do produto (VALERIANO, 2005).

2.9 MODELO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS

Existem muitos modelos que servem como referência na Administração de Projetos. Dentre eles o ISO 21500, lançado em 2012, que é um padrão internacional desenvolvido pela Organização Internacional de Normalização que visa orientar o gerenciamento de projetos. O *Business Model Canvas*, mais popularmente conhecido como Canvas, ferramenta de auxílio ao planejamento estratégico, que permite desenvolver e esboçar modelos de negócio novos ou existentes. Tecnicamente, o Canvas derivou do guia PMBOK, Guia dos Conhecimentos sobre a Administração de Projetos, modelo utilizado para o desenvolvimento deste estudo.

O PMBOK® Guide é um guia de gerenciamento de projetos internacionalmente reconhecido, encontra-se disponível gratuitamente para os membros do PMI em onze diferentes idiomas (VARGAS, 2009). Por ser assim reconhecido, e mundialmente o mais utilizado, optou-se por utilizá-lo como base para o desenvolvimento deste estudo.

Entre as décadas de 1950 e 1960, as práticas da administração de projetos em seu nível operacional, foram compiladas e organizadas e converteram-se em uma disciplina, tal movimento foi liderado pelo Project Management Institute (PMI), criado em 1969, o qual se propôs a congregar os praticantes e fazer avançar a arte da administração de projetos e produziu o Guia dos conhecimentos sobre a administração de projetos (*Guide to the project management body of knowledge: PMBOK*) (MAXIMIANO, 2010, p. 30-31). Atualmente ele se encontra em sua 5ª edição, ano 2014. “O Guia do PMBOK é o documento que sistematiza os conceitos e as ferramentas da administração de projetos, que as pessoas envolvidas ou interessadas nesse tema devem dominar” (MAXIMIANO, 2010, p. 30 -31).

Maximiano (2010) reconhece que o Guia do PMBOK não é um roteiro para ser seguido etapa por etapa, em razão dessa consideração o guia visa esclarecer que os conhecimentos e as práticas da administração de projetos não podem nem devem ser aplicados de maneira uniforme a todos os projetos. As equipes são responsáveis pela decisão de escolher o que é mais apropriado para cada um de seus projetos. “A consulta ao Guia e a outras referências é recomendável para você ficar atualizado com as ideias mais recentes nesse campo, que está em constante evolução” (MAXIMIANO, 2010, p. 31).

De acordo com o PMBOK (2014) atualmente o Guia apresenta 47 processos, agrupados em 5 grandes grupos que são a Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e controle, e Encerramento.

Os processos gerenciais, na concepção do PMI, começam e terminam ao longo de todas as fases do ciclo de vida do projeto onde sua base conceitual encontra-se nas clássicas funções administrativas de Fayol que são os já conhecidos planejamento, organização, comando, coordenação e controle, e no ciclo de Deming que é planejar, fazer, controlar e agir (MAXIMIANO, 2010).

Conforme o PMBOK (2014) os 47 processos de gerenciamento identificados são também agrupados em 10 áreas de conhecimento distintas que são usadas na maior parte dos projetos, na maioria das vezes. As áreas de conhecimento são: Gerenciamento da integração do projeto, Gerenciamento do escopo do projeto, Gerenciamento do tempo do projeto, Gerenciamento dos custos do projeto, Gerenciamento da qualidade do projeto, Gerenciamento dos recursos humanos do projeto, Gerenciamento das comunicações do projeto, Gerenciamento dos riscos do projeto, Gerenciamento das aquisições do projeto e Gerenciamento das partes interessadas do projeto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Gil (2012, p. 8) “a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento”, explica que o que torna o conhecimento científico distinto dos demais é sua verificabilidade. Para que o conhecimento possa ser considerado científico se faz necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação, determinando assim o método que possibilitou chegar a esse conhecimento (GIL, 2012).

Método pode ser definido como o caminho para se chegar a determinado fim, e já o método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento (GIL, 2012). Na mesma linha de pensamento, Marconi e Lakatos (2010, p. 65), conceituam método como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.”

“A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 139). Não obstante, Gil (2012) define e complementa que a pesquisa é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico cujo o objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

Diante disso, para que a pesquisa se desenvolva de modo racional e impessoal torna-se fundamental que seja desenvolvida a partir de procedimentos metodológicos, que determinam a escolha dos métodos utilizados para o alcance dos objetivos que se pretende, conseqüentemente garantem certo nível imparcialidade, veracidade e caráter científico a pesquisa

3.1 TIPO DE PESQUISA

A tipologia de uma pesquisa segue o delineamento apresentado por Vergara (2011) que sugere dois critérios básicos para a classificação: quanto aos fins e quanto aos meios. Deste modo, quanto aos fins pode ser:

- Exploratória;
- Descritiva;
- Explicativa;
- Metodológica;
- Aplicada;
- Intervencionista.

E, quanto aos meios:

- Pesquisa de campo;
- Pesquisa de laboratório;
- Telematizada;
- Bibliográfica;
- Documental;
- Experimental;
- Ex post facto;
- Participante;
- Pesquisa ação;
- Estudo de caso.

A partir da classificação apresentada por Vergara (2011), esta pesquisa pode se enquadrar quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva. A finalidade da pesquisa descritiva segundo Gil (2012, p. 28) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis”.

Quanto aos meios, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e pesquisa de campo. Bibliográfica porque é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituído principalmente de livros, artigos científicos, regulamentos e cartilhas. Quase todos os estudos exigem algum tipo de trabalho desta natureza, porém, há pesquisas desenvolvidas somente por fontes bibliográficas.

Para a presente pesquisa, a utilização da pesquisa de campo é para o alcance do objetivo geral do trabalho, uma vez que a pesquisa de campo “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se

procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.169).

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE

O objeto de pesquisa compreende os Rodeios Crioulos da 12ª Região Tradicionalista do Santa Catarina que é composto pelas cidades do oeste catarinense, mais especificamente, por 41 municípios, sendo eles, Abelardo Luz, Alto da Bela Vista, Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Coronel Martins, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Formosa do Sul, Guatambu, Galvão, Irati, Ipuacu, Jardinópolis, Jupiá, Lageado Grande, Marema, Novo Horizonte, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Ouro Verde, Planalto Alegre, Pinhalzinho, Peritiba, Paial, Quilombo, São Domingos, Santiago do Sul, São Lourenço do Oeste, Saudades, São Carlos, Seara, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê, Xaxim, Xavantina.

A escolha dessa Região Tradicionalista deu-se devido às características dos eventos, por Chapecó fazer parte da mesma região, e os demais municípios serem próximos facilitando assim a coleta de dados.

Depois de definido o campo de pesquisa (Rodeio Crioulo), definiu-se a unidade de análise, que se refere a parte da campeira dos rodeios, mais especificamente a prova campeira de Tiro de Laço, tendo como objeto de estudo a avaliação da aplicação de uma proposta de ferramenta para auxílio na organização de rodeios crioulo.

Para definição do objeto de estudo, foram analisados os seguintes fatores:

- Constitui-se de eventos oficiais, vinculados ao calendário de rodeios do MTG/SC;
- Dificuldade na busca de informações;
- Não possuem nenhuma ferramenta que auxilie a organização do evento, nem tão pouco exemplifica como o evento deve ser desenvolvido.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS

Como técnicas de coleta de dados foram utilizadas observação e entrevistas. De acordo com Roesch (2010), as entrevistas asseguram maior taxa de respostas, e abordam

aspectos como que o entrevistador pode explicar de forma mais convincente os objetivos da pesquisa, pode ser feita com mais facilidade aos respondentes com baixo nível de educação, ajuda aos que têm maiores dificuldades de leitura e respostas, oferece explicações padronizadas para certos problemas que surgem no decorrer das perguntas e por fim, impede equívocos, mantendo o controle na sequência das questões.

No estudo de campo, foi utilizado de entrevistas semi estruturadas (Apêndice A), uma vez que estas possibilitam utilizar questões abertas e entender a perspectiva do entrevistado sobre determinado assunto, de modo que podem ser conduzidas com certo nível de espontaneidade devido à confiança entre entrevistador e entrevistado.

As entrevistas seguiram tal característica, uma vez que se procurou identificar questões relacionadas à organização do evento, sistemas de trabalho utilizados, como por exemplo, o revezamento das equipes de trabalho, informações necessárias para a elaboração de um *checklist*, assim como questões referentes às atividades desenvolvidas em cada um dos setores, porém que permitissem a partir da estrutura a geração de novas perguntas de acordo com as respostas dos entrevistados, o que por sua vez caracteriza-se como fonte primária de dados.

Conforme Deslandes e Gomes (2011), este tipo de entrevista combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema e as perguntas do entrevistador, buscando dar mais profundidade às reflexões. Gil (2012), complementa afirmando que este tipo de entrevista tem como objetivo básico a coleta de dados, de modo a se obter uma visão geral do problema de pesquisa.

Assim, após extrair as informações que possibilitaram descrever as necessidades relacionadas à estrutura física e de pessoal para o desenvolvimento das atividades, bem como cada uma é desenvolvida, busca-se por meio da observação participante, avaliar o quanto condiz as informações obtidas por meio das entrevistas com a verdadeira realidade enfrentada durante três dias de realização do evento. A partir desta técnica, o observador se integrou ao grupo com a finalidade de realizar uma investigação. Nesta fase foi revelado ao grupo os objetivos da pesquisa a fim de que os mesmos informassem mais precisamente qual é o trabalho desenvolvido por cada setor, atividades minuciosas bem como facilidades e dificuldades presentes.

Esta técnica como aponta Deslandes e Gomes (2011), é essencial para o trabalho de campo na pesquisa qualitativa e muitos escritores a consideram não apenas como uma

estratégia no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas sim como um método que permite a compreensão da realidade. As observações participantes foram realizadas durante a realização dos eventos, que normalmente começam nas sextas-feiras e tem seu término aos domingos. Foram um total de nove eventos onde o entrevistador pode estar presente, realizando as entrevistas nas sextas-feiras e observando aos sábados e domingos, com a intenção de interagir com o maior número possível de trabalhadores que atuam nas áreas relacionadas ao estudo.

Para análise e interpretação dos dados, serão utilizadas técnicas qualitativas, que de acordo com Roesch (2010, p. 154),

é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, ou mesmo quando é o caso da proposição de planos, ou seja, quando se trata de selecionar as metas de um programa e construir uma intervenção.

O método utilizado é a análise de conteúdo, que busca compreender criticamente o sentido das informações de um documento. Atua sobre a fala, descreve, analisa e interpreta buscando identificar o que esta por trás das informações (SEVERINO, 2007). O procedimento de análise de conteúdo tem a finalidade de buscar o significado de materiais textuais, e de transcrição de entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa (APPOLINÁRIO, 2011).

3.4 DESCRIÇÃO DO ROTEIRO DE PESQUISA

A descrição do estudo consiste em uma exposição do roteiro utilizado para a coleta e análise de dados, bem como demais procedimentos adotados para a elaboração deste estudo. Como principal ferramenta de coleta de dados, utilizou-se de entrevista, conduzida de forma semi estruturada e de forma complementar fez-se o uso de observação participante.

Ao todo a 12ª RT/SC teve registrado 30 rodeios na temporada 2016/2017 (Anexo I), mais precisamente primavera, verão e uma pequena parte do outono, épocas do ano escolhidas pelo MTG por serem dias quentes e menos chuvosos para a realização dos rodeios crioulos oficiais e reconhecidos pela entidade, o que não significa que não haja rodeios no inverno, apenas podem mudar de nomenclatura e não contam como somatórias as armadas para a seleção do estado, também chamado de Rodeio dos Campeões, por ter apenas os melhores participantes de todo o estado, selecionados por meio de classificatórias.

Em detrimento que para a coleta de dados nesses tipos de eventos envolveu um elevado custo de deslocamento, bem como alimentação em seus três dias de duração, optou-se por uma amostra não probabilística, denominada por acessibilidade ou também por conveniência, onde “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2012, p. 94).

Essa amostra resultou em nove eventos que puderam ser observados e as entrevistas aplicadas com os respectivos Patrões de CTG's e Patrões de Piquetes. Os rodeios escolhidos como campo de estudo desta pesquisa, foram por conveniência do pesquisador, devido ao acesso facilitado na realização da coleta de dados, o qual é decorrência do pesquisador participar ativamente de provas e eventos promovidos por estas entidades, juntamente com a qual é filiado, o CTG Coxilha do Quero-Quero, o qual se fez presente em todos os rodeios a seguir citados.

Os rodeios em que se pode aplicar as entrevistas e fazer a observação foram conforme o Anexo I, nos CTG's Rancho da Saudade (Nova Itaberaba), Sangue de Farrapo e Vaqueanos do Oeste (Chapecó), Potro Sem Dono (Guatambu), Trançado de Guapo (Formosa do Sul), Marca da Ferradura (Xaxim), Seara e Pampa (Seara), Galpão da Amizade (Saudades), Chama Crioula (São Tiago do Sul) e por fim Coxilha do Quero-Quero (Chapecó), totalizando um total de nove rodeios crioulo observados, e 12 entrevistas, sendo nove com os patrões dos respectivos CTG's e três com Patrões de Piquetes que fazem parte destes CTG's. Cabe aqui ressaltar que o nome destes mantém-se em completo sigilo bem como as informações obtidas em cada rodeio, não falando nesse caso nem os pontos positivos nem os negativos de cada evento, e sim, as informações obtidas serviram como um todo para o desenvolvimento do projeto.

Para melhor explicar como ocorreram os processos de entrevista e observação, destaca-se que a maioria das entrevistas foram feitas na sexta-feira, e os sábados e domingos foram utilizados para a observação participante, onde o entrevistador pode estar esclarecendo dúvidas e elencando pontos importantes juntamente com as equipes de trabalho de cada setor.

Os Patrões de CTG's narraram as atividades desenvolvidas durante os três dias de evento, bem como os integrantes de cada equipe. A realização de uma mesma entrevista com diferentes pessoas do mesmo setor permitiu várias informações. As entrevistas tiveram duração média de uma hora e com a autorização dos participantes foram gravadas para facilitar a coleta dos dados.

Não se buscou explorar nos detalhes mínimos das atividades que os trabalhadores executam individualmente. O foco foi mantido em um conjunto de atividades principais relacionadas diretamente as atividades mais representativas de cada setor, pois estas informações eram suficientes para o presente estudo.

A partir das entrevistas, foram identificados e determinados os processos correspondentes a cada setor. Destes pode-se identificar e descrever as atividades e a rotina de realização nos dias de evento.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Algumas limitações foram identificadas no decorrer deste estudo, no que tange a fase de coleta de dados, destaca-se a inviabilidade do pesquisador poder estar presente em todos os rodeios realizados na 12ª RT/SC, uma vez que, para estar realizando as entrevistas e observação, envolvia custos de transporte, alimentação, e é claro, tempo, pois os eventos aconteciam todos os finais de semana, de sexta-feira à domingo. Mesmo em decorrência disso, acredita-se que o estudo não foi prejudicado, uma vez que, nas entrevistas, conseguiu-se respostas com qualidades que suprissem os objetivos propostos.

Outro fator que dificultou a realização deste estudo foi a falta de material para o referencial teórico, não havia livros tratando sobre rodeios ou afins na biblioteca, encontrou-se algum material na *internet*, como artigos, cartilhas e regulamentos, porém, livros, todos datavam de épocas antigas.

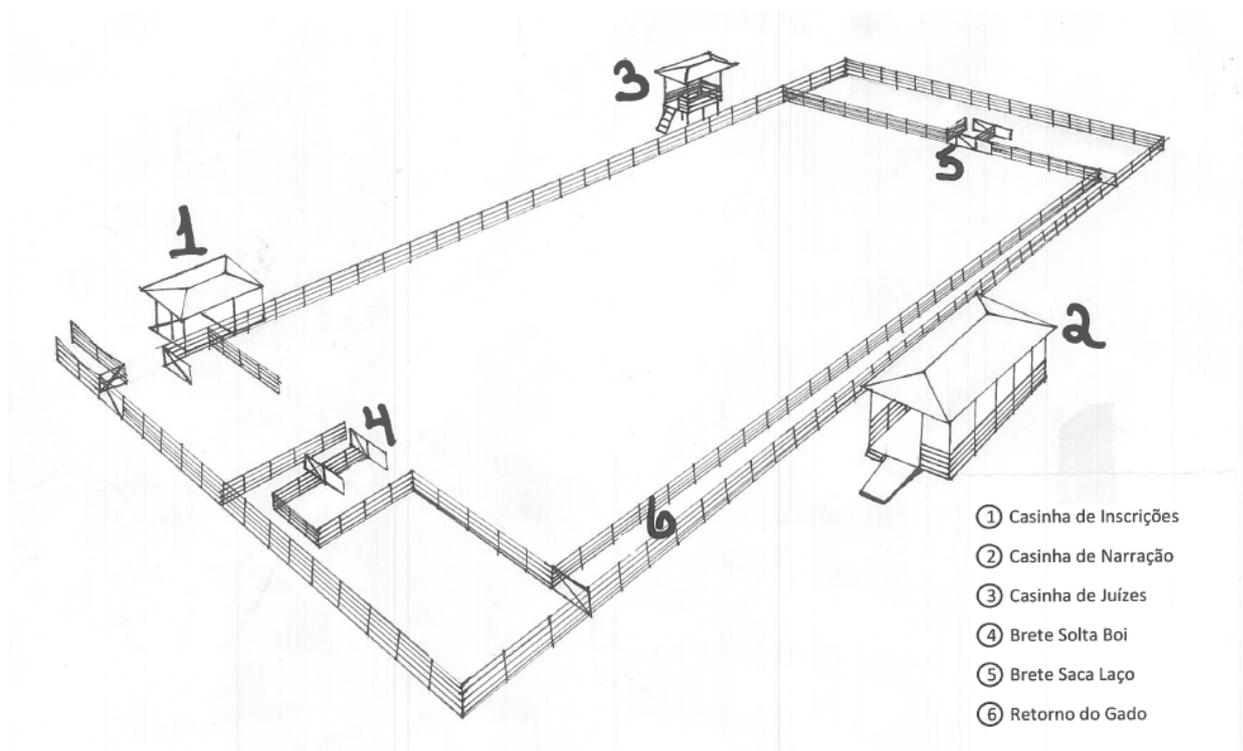
4 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos na pesquisa e a discussão acerca dos dados obtidos para alcançar o objetivo pretendido. O capítulo está dividido em sete seções, a saber: O que antecede o Evento; Inscrições; Narração; Julgamento; Brete Solta Boi, Brete Saca Laço; Retorno de Gado.

Primeiramente, para fins de esclarecimentos e eventuais dúvidas, faz-se o uso de um mapa (Figura 2), que nada mais é que um projeto de uma pista de rodeio, contendo em números cada setor que será explicado no decorrer dos resultados.

Com isto, busca-se alcançar o objetivo geral proposto para este estudo, a saber: Apresentar uma proposta de ferramenta para auxílio na organização de eventos tradicionalistas de Rodeio Crioulo, considerando a Prova de Laço e as especificidades da 12ª Região Tradicionalista do Estado de Santa Catarina.

Figura 2 - Pista de Rodeio: Prova de Laço



Fonte: Elaborado pela autora

4.1 O QUE ANTECEDE AO EVENTO

Antes da realização efetiva do Rodeio, há a necessidade da tomada de algumas decisões, que são a definição da data do evento, sua programação, os valores a serem cobrados pelas inscrições, as premiações que serão pagas, o modelo de convite a ser seguido, as formas de divulgação, bem como, demais ajustes e contratações.

4.1.1 Data do Evento

Para a realização de um Rodeio Crioulo Oficial, o primeiro passo a ser dado é a definição das datas com todos os padrões de CTG's e o coordenador da região que é o representante legal perante o MTG, este já possui um calendário programado para o ano todo, geralmente, os CTG's optam por manterem as mesmas datas todos os anos, isso facilita o trabalho desenvolvido pelo coordenador da região e também colabora com os participantes desse tipo de evento, pois muitos tem o Laço Comprido como trabalho, e acabam necessitando de certa organização com as datas.

Após a definição das datas, se faz necessário definir a programação do evento, este é um ponto muito suscetível nos rodeios, uma vez que, a programação varia em quase todos os eventos, pois fica a critério da entidade promotora definir as provas que ocorrerão e os valores pagos de premiação.

4.1.2 Programação

O estilo de programação mais comum que se destacou na 12ª RT/SC foi o seguinte:

Sexta-Feira: O Rodeio Crioulo tem início em sua grande maioria nas sextas-feiras pela parte da tarde em torno das 14h. A programação deste dia fica completamente a critério da entidade promotora do evento, pois não é um dia contabilizado como oficial para o MTG/SC. As modalidades de Laço que foram observadas como maior frequência nos Rodeios Crioulos da 12ª RT/SC foram:

Laço Individual - Categoria onde o laçador laça sozinho e saem três ou menos ganhadores;

Laço em Dupla - Categoria onde dois laçadores participam, bastando um participante errar para que a dupla seja desclassificada. Esta laçada acaba geralmente em três duplas ganhadoras ou menos.

Sábado: O MTG/SC impõe em todas as Regiões Tradicionalistas do Estado que aos sábados pela parte da manhã seja realizado o Laço Modalidades, esta categoria é mais tradicionalmente chamada nos rodeios como o Laço Família. Comumente inicia-se entre as 7 e as 7h30min da manhã e abrange as seguintes laçadas individuais e em dupla:

- Laço Patrão de CTG;
- Laço Patrão de Piquete;
- Laço Pia;
- Laço Guri;
- Laço Prenda Mirim;
- Laço Prenda Juvenil;
- Laço Prenda Adulta;
- Laço Pai e Filhos;
- Laço Pais e Filhas (Pai e Filha, Mães e Filha e Mães e Filho);
- Laço Avós e Netos (Avô e Neto (a) e Avó e Neto (a));
- Laço Veterano;
- Laço Vaqueano;
- Laço MTG/SC (Diretoria do MTG/SC, Coordenadora Campeira e Ex-coordenadores Campeiros e Artísticos e Departamento Campeiro).

Estas modalidades de tiro de laço geralmente ocupam a manhã inteira dos sábados, e são desenvolvidas quase que em sua grande maioria na ordem citada. Todas as regras de indumentárias bem como o tamanho das armadas para cada categoria encontram-se no Anexo II, que dispões sobre os regulamentos da campeira exigidos pelo MTG/SC.

Aos sábados à tarde em seu primeiro horário, a programação fica a critério da organização do evento, podendo haver uma laçada individual ou a laçada em duplas. Exatamente as 16h de cada evento é realizado o laço modalidade Equipe. Nesta modalidade há 4 laçadores, a organização do evento pode definir se haverá quatro voltas de Laço Equipe ou apenas três voltas. Na maioria dos rodeios observados, totalizando sete de nove, o Laço Equipe teve quatro voltas, sendo duas pela parte do sábado a tarde e as demais no domingo.

Após o Laço Equipe, os laçadores que não conseguiram formar uma equipe podem estar laçando na Cortesia, esta categoria de laço é de forma individual, ocorre como o Laço Equipe, duas voltas no sábado e duas no domingo, o valor da premiação é referente a porcentagem de inscritos e a laçada termina em 3 laçadores ou menos.

Às 18h horas, como é de costume à essa tradição, o rodeio dá uma pausa nas provas de tiro de laço para a Oração da Ave Maria. Neste momento, os laçadores e suas famílias se reúnem dentro da pista à cavalo ou fora dela a pé, para que juntos, façam uma oração. Este é um momento muito único em cada CTG, pois há rodeios em que o Patrão do CTG e toda sua equipe se demonstram muito religiosos, trazendo para o evento até mesmo um Padre para uma pequena celebração, em outros casos, é o próprio Narrador de rodeio que faz as preces.

Após a Oração da Ave Maria volta-se com as programações de tiro de laço, geralmente a segunda volta do Laço Equipe e da Cortesia já acabaram, e, portanto, dá-se continuidade a laçada que estava acontecendo antes (Laço Individual ou em Duplas). Esta laçada em grande maioria acaba ainda no sábado podendo adentrar a noite nos casos onde o parque e a pista de rodeios são iluminados.

Domingo: Entre 7h e 7h30min da manhã, dá-se início à laçada de Recuperação de Armadas, esta modalidade na verdade está inclusa no Laço Equipe e na Cortesia, e nela laçam os participantes que não puderam estar presentes no sábado, estes têm uma chance de recuperar suas duas armadas ao domingo pela manhã. Quando os recuperadores de armada encerram as voltas de recuperação já inicia-se a terceira volta do Laço Equipe e a seguir o Laço Cortesia. A próxima categoria, como de costume, é o Troféu Cidade e/ou Taça Empresarial. Esta categoria de laço é em Duplas e geralmente tem um valor fixo de premiação, pois, costuma ser patrocinada por grandes empresas das cidades sedadoras dos eventos.

Em torno das 10h da manhã, ocorre o Laço Vaca Parada, modalidade destinada à crianças menores de 12 anos. Nessa categoria as crianças laçam uma pequena vaca de madeira e não utilizam de cavalo. Essa modalidade serve como grande incentivo para que as crianças continuem cultivando a tradição, já que é expressamente proibido menores de 7 anos laçar à cavalo, tendo assim, o Laço Vaca Parada como forte atração e divertimento. Após os 7 anos de idade elas podem iniciar as atividades no Tiro de Laço, dentro da pista e à cavalo. Essa categoria de laço ocorre geralmente dentro do CTG e não interfere nas demais programações do rodeio, ou seja, enquanto está acontecendo o Troféu Cidade na pista, ao mesmo tempo está

ocorrendo o Laço Vaca parada dentro do CTG. Não há uma lei que exija que o rodeios parem para a realização da vaca parada, o que vem incomodando muitos laçadores, uma vez que, vem ocorrendo com frequência, casos em que o pai está laçando na pista e seu filho fica sem o devido acompanhamento para a realização da prova, ou até mesmo, porque dos 7 anos aos 12 a criança pode estar participando tanto do Laço Vaca Parada quanto das provas que estão ocorrendo dentro da pista de laço, acarretando assim, choque de horário entre as laçadas . Em estados como o Rio Grande do Sul, muitas Regiões Tradicionalistas aderiram a ideia que o rodeio pare perto do meio dia de domingo para a realização da prova Laço Vaca Parada e confraternização das famílias.

Entre a laçada citada e a quarta volta do Laço Equipe, pode haver outras programações próprias de Rodeios Crioulos, como por exemplo, a Prova de Gineteada, Prova da Cura do Terneiro, Prova de Rédeas, entre muitas outras, que servem para atração e divertimento do público presente. Estas não serão detalhadas, uma vez que, o objetivo deste trabalho é exclusivamente a parte da prova de Tiro de Laço.

Novamente, por volta das 16h, é realizada a quarta e última volta do Laço Equipe e da Cortesia. No Laço Equipe ao final, há um total de 16 armadas e ganham as equipes que obtiveram o máximo de aproveitamento, no caso de empate há a disputa para que cada posição seja ocupada. O valor da premiação do Laço Equipe é fixo, porém, varia em valores e posições de rodeio para rodeio. Finaliza-se também a laçada de Cortesia bem como sua disputa caso haja necessidade.

Após as disputas do Laço Equipe e Cortesia, vem o Laço Braço de Ouro, nessa categoria laçam somente os campeões de cada laçada oficial realizada no evento, é como se fosse o campeão dos campeões. Participam, os vencedores de cada modalidade do Laço Família e o primeiro lugar do Laço Equipe. Campeões das Duplas e Individuais de sexta e sábado não se encaixam nesta categoria. Pode entrar a dupla vencedora do Troféu Cidade quando oficial, porém, as disputas dessa modalidade geralmente ocorrem depois do Braço de Ouro, pois este é realizado antes para liberar os CTG's participantes do evento à irem para casa. No Braço de Ouro saem três campeões ou menos e é pago um pequeno valor que varia nos eventos.

A laçada que finaliza o evento no domingo é a final do Troféu Cidade. Por ser muitas vezes a laçada com valor de premiação mais alta de todo o evento, acaba por envolver os melhores laçadores e grande emoção nas disputas.

Com relação se o rodeio para ou não na hora do almoço, tanto de sábado como de domingo, constatou-se nos eventos observados que a grande maioria não faz essa pausa, o rodeio acontece sem parar e muitas vezes adentra a noite, sem hora para acabar, só finalizando quando se consagram os campeões. É nítido que este fato acontece, uma vez que, por envolver questões financeiras, deve-se otimizar o máximo possível do tempo, para que se arrecade mais dinheiro com os laçadores e também, para que o rodeio não saia de controle, como por exemplo, não conseguir cumprir com tudo que está proposto no convite, adentrando muito a noite de domingo que é o último dia de evento e que todos encontram-se ansiosos para retornarem à seus devidos lares.

4.1.3 Valor das Inscrições

A seguir serão apresentados os resultados obtidos em relação ao valor cobrado para as inscrições em cada modalidade de laço que foi apresentada. Estes valores representam quase que maioria absoluta em todos os rodeios que foram observados, em decorrência destes fazerem parte da mesma Região Tradicionalista:

- Laço Individual: R\$ 25,00;
- Laço Dupla: R\$ 40,00;
- Laço Modalidades: Esta categoria de laço não é cobrada, exceto, em alguns casos, o Laço Patrão de Piquete R\$ 20,00 e Laço Pai e Filhos R\$ 40,00;
- Laço Equipe: R\$ 125,00 (4 voltas de laço);
- Laço Cortesia: R\$ 30,00
- Laço Vaca Parada: Não é cobrado.

Os valores acima mencionados podem sofrer alterações, principalmente, quando o CTG promotor do evento decide fazer uma laçada diferenciada, como por exemplo, colocam um valor fixo de premiação numa laçada individual, pagando R\$ 3.000,00 de prêmio e cobrando R\$ 100,00 de inscrição. Nesses casos existem “n” possibilidades de valores tanto para premiações quanto para inscrições. Porém, vale ressaltar, que este projeto tem como fim, exemplificar uma maneira de desenvolver um Rodeio Crioulo que vale para toda uma Região

Tradicionalista, e que foi mais comumente identificado na pesquisa, o que não impede ao leitor deste trabalho fazer modificações quanto a programação de seu evento.

4.1.4 Premiações

A grande maioria dos prêmios pagos a cada categoria são relacionados à porcentagem, de acordo com o número de inscritos. Constatou-se que a porcentagem paga é de 30%, tanto para as categorias individuais quanto para as em dupla.

No caso do Laço Equipe ficou evidente que a maioria dos eventos paga até o sexto lugar, sendo respectivamente: 1ª Lugar R\$ 1.000,00; 2ª Lugar R\$ 700,00; 3ª Lugar R\$ 500,00; 4ª Lugar R\$ 400,00; 5ª Lugar R\$ 300,00 e 6ª Lugar R\$ 200,00.

O Troféu Cidade e/ou Taça Empresarial geralmente tem um valor fixo de premiação, uma vez que, esta laçada costuma ser patrocinada por grandes empresas das cidades sediadoras dos eventos, em sua grande maioria bancos, por isso a laçada tem um premiação fixa, não dependendo do número de inscritos para pagar a premiação proposta. Constatou-se que o valor mais costumeiramente pago nos rodeios da 12ª RT nesta modalidade foi de R\$ 3.000,00, lembrando é claro, que este valor pode variar e é totalmente a critério da entidade promotora do evento.

Na categoria Braço de Ouro, é pago um valor entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00. Por fim, os vencedores das categorias do Laço Família, levam além do dinheiro - no caso das modalidades que pagam inscrições - um troféu, maioria absoluta dos rodeios observados oferecem troféu de primeiro e segundo lugar nessas categorias. Da mesma forma o Laço Equipe oferece os troféus até o sexto lugar. O Troféu Cidade oferece apenas troféu para a dupla que ficar em primeiro lugar, sendo por vezes disputado ou sorteado entre as três duplas que chegam ao final ganhando o dinheiro. Na modalidade do Laço Vaca Parada também é concedido troféus de primeiro e segundo lugar para todas as categorias que ali se encaixam.

4.1.5 Exemplo de Convite

Com base no que foi explicado nos tópicos abordados, buscou-se trazer um modelo de convite para um Rodeio Crioulo, que melhor se encaixasse à realidade da 12ª RT/SC. De todos os rodeios observados e que foram realizadas as entrevistas, coletou-se os convites de

cada um deles. Desses, com a autorização do Patrão do CTG Coxilha do Quero-Quero, que optou por não identificar-se, será exposto na Figura 3.

O convite é do 5ª Rodeio Crioulo Interestadual, sendo que foi uma homenagem ao ano do centenário de Chapecó/SC. Ele é um modelo sugerido que pode ser seguido pois é simples, claro e objetivo, traz os horários das laçadas, valores de inscrições e as premiações, inclusive da modalidade Vaca Parada, que na maioria dos outros convites não constava. Além, é claro, os regulamentos a serem seguidos. Ele mostrou-se um pouco mais complexo que os demais, pois possui laçadas diferenciadas, como o Laço Braço Forte, uma modalidade de laço individual, com valor de premiação fixa, patrocinado pela prefeitura do município. Porém, todo e qualquer convite com suas premiações devem ser adequados ao evento da melhor forma possível, visando suprir ao que foi inicialmente proposto em sua programação.

Figura 3- Convite Rodeio Crioulo

PROGRAMAÇÃO 5º RODEIO CRIOULO

19.05.17 – SEXTA-FEIRA
 13h00 – Recepção das entidades tradicionalistas
 14h00 – Laço Individual (Inscrição R\$ 20,00)
 17h00 – Laço Dupla (Inscrição R\$ 40,00)

20.05.17 – SÁBADO
 07h00 – Início das modalidades oficiais
 - Patrão de Piquete
 - Patrão de CTG
 - Laço Piá
 - Laço Guri
 - Laço Prenda
 - Laço Prendinha
 - Laço Bonequinha
 - Laço Coordenador e Ex-Coordenador
 - Laço Veterano
 - Laço Vaqueano
 - Laço Pai e Filho
 - Laço Pai e Filha
 - Avô e Neto
 - Laço Irmãos

10h00 – Laço Individual - Segundo Braço Forte (Inscrição R\$ 100,00 – Força A, B e C – Classifica com 5, 4 e 3 armadas, sendo que os primeiros 100 inscritos atirarão todas as armadas)
 12h30 – Almoço
 13h30 – Continuação do Laço Individual
 15h30 – Início Laço Quarteto – 1ª e 2ª voltas (Inscrição R\$ 125,00) e Cortesia (Inscrição R\$ 30,00)
 18h00 – Oração da Ave - Maria
 18h30 – Abertura Oficial
 20h00 – Continuação Laço Individual

21.05.17 – DOMINGO
 07h00 – Recuperação de armadas
 07h30 – Laço Quarteto (3ª volta e Cortesia)
 09h00 – Início Troféu - 100 Anos de Chapecó (Inscrição R\$ 50,00)
 10h00 – Início Vaca Parada (Praça de alimentação)
 12h00 – Almoço
 13h00 – Laço Quarteto (4ª volta e Cortesia)
 14h00 – Paleteada (Inscrição R\$ 30,00)
 15h00 – Gineteada (Apresentação)
 18h00 – Finais de Laço e entrega de premiação

VACA PARADA			
Plazinho até 6 anos	Plazinho até 11 anos	Menininha até 6 anos	Bonequinha até 11 anos
1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu
2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu
Patrão de Piquete	Patrão de CTG	Laço Piá	Laço Guri
1º lugar: Troféu + 20% das inscrições	1º lugar: Troféu + 20% das inscrições	1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu
2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu
Laço Prenda	Laço Prendinha	Laço Bonequinha	Laço Coordenador e Ex-Coordenador
1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu
2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu
Laço Veterano	Laço Vaqueano	Laço Pai e Filho	Laço Pai e Filha
1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu + 20% das inscrições	1º lugar: Troféu + 20% das inscrições
2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu
Laço Avô e Neto	Laço Irmãos		
1º lugar: Troféu	1º lugar: Troféu + 20% das inscrições		
2º lugar: Troféu	2º lugar: Troféu		
Laço Cortesia	Laço Braço de Ouro	Laço Duplo - Seta 35,00	Laço Duplo - Seta 18,00
1º lugar: 20% (sem diploma)	1º lugar: R\$ 150,00	1º lugar: 20%	1º lugar: 20%
Laço Individual - Segundo Braço Forte - Sábado 20.05	Laço Duplo - Troféu 100 anos Chapecó - Domingo 21.05		
Força A - 1º lugar: Troféu + R\$ 3.000,00 (Classifica com 5 armadas) Para em 5 laçadas ou menos	1º lugar: 2 Troféus + R\$ 3.000,00 (Para em 6 duplas ou menos)		
Força B - 1º lugar: Troféu + R\$ 2.000,00 (Classifica com 4 armadas) Para em 5 laçadas ou menos			
Força C - 1º lugar: Troféu + R\$ 1.000,00 (Classifica com 3 armadas) Para em 3 laçadas ou menos			
Laço Equipe			
1º lugar: R\$ 1.000,00	7º lugar: R\$ 150,00		
2º lugar: R\$ 700,00	8º lugar: R\$ 150,00		
3º lugar: R\$ 500,00	9º lugar: R\$ 150,00		
4º lugar: R\$ 400,00	10º lugar: R\$ 150,00		
5º lugar: R\$ 300,00	11º lugar: R\$ 150,00		
6º lugar: R\$ 200,00	12º lugar: R\$ 150,00		
Paleteada			
1º lugar: R\$ 150,00	3º lugar: R\$ 50,00		
2º lugar: R\$ 100,00			

REGULAMENTO

- Todas as modalidades devem obedecer ao regulamento do MTG – SC;
- Será obrigatória a apresentação da carteira tradicionalista;
- Será obrigatório exame de Anemia, Mormo, Vacina, Influenza e GTA dos animais para entrada no parque;
- Será Expressamente proibido comercializar quaisquer produtos, sem autorização da entidade promotora do Evento;
- Será Expressamente proibido fazer fogo diretamente no solo, ou dentro dos cochos dos pavilhões de bovinos, os quais estarão disponíveis para acampamento;
- O Promotor do evento não se responsabiliza por qualquer acidente que venha ocorrer;
- Programação sujeita a alterações.

Fonte: 5ª Rodeio Crioulo Interestadual do CTG Coxilha do Quero-Quero - Chapecó/SC (2017)

4.1.6 Divulgação

Após a escolha da data, bem como, a programação do evento a ser posta no convite, se faz necessário divulgar o evento entre os participantes. No caso específico desse esporte, nota-se que existe, como assim chamam, uma troca de visitas. É de costume dos laçadores retribuir a visita, dos CTG's que se fizeram presentes no seu evento. Esta forma de retribuir, acaba por tornar os rodeios um círculo de visitas, por isso mesmo, geralmente os CTG's sempre reservam as mesmas datas, todos os anos para a realização dos rodeios.

Sendo assim, a forma mais utilizada de divulgação é nos próprios eventos, onde os Patrões dos CTG's que promoverão os próximos, distribui entre os acampamentos o convite do rodeio e também por meio dos narradores que anunciam a todo instante as datas dos próximos eventos, local, programação e premiação.

Com o auxílio das redes sociais, nota-se forte divulgação de eventos no aplicativo *Facebook*, bem como a colaboração de todos os integrantes dos CTG's em suas redes sociais, postando o convite para o rodeio. No aplicativo *WhatsApp* também há a divulgação entre os grupos que são criados propriamente para o evento e nos demais grupos de laçadores existentes.

Em outros canais de comunicação, nota-se a utilização das rádios comunitárias das cidades onde o evento acontecerá, bem como jornais e pequenos sites de notícias das mesmas. Nos rodeios observados não constatou-se a divulgação por meio da TV. Porém, há forte crescimento relacionado a um canal no *YouTube* próprio para eventos tradicionalistas. O Canal *Fan*, além de divulgar o evento, o transmite ao vivo para todo o Brasil, isso é claro, envolve elevado custo.

4.1.7 Demais Ajustes e Contratações

O próximo passo para a realização do evento é certificar-se quanto às condições da Pista de Laço, bem como toda a estrutura ofertada dentro do Parque de Rodeios. Isto inclui a manutenção da (o):

- Casinha de Inscrições, Narração e Juízes;
- Brete de Solta Boi e Saca Laço;
- Mangueiras;

- Arquibancadas;
- Banheiros;
- Luz e água;

Este tipo de trabalho se faz necessário para que o evento ocorra de forma adequada e oferecendo pelo menos o mínimo de conforto à seus visitantes e competidores.

Um CTG é uma entidade sem fins lucrativos, possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e que necessita para a realização de um evento uma Certidão Negativa de Débitos, cuja função é comprovar que a pessoa ou objeto não possui débito junto aos órgãos públicos, como, ações civil, criminal ou federal, este documento é emitido junto a Polícia Civil do município que sedia o evento. Ainda em relação à documentos burocráticos necessários para a realização de um Rodeio Crioulo, faz-se necessário o Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros mais próximo, que venha verificar o Parque de Rodeio e autorize a realização do evento.

Das contratações de terceiros necessárias para a realização do evento estão:

- Seguranças para os três dias de evento, visando o bem estar físico das pessoas presentes no local, pretendendo evitar furtos e eventuais brigas no parque. O número de seguranças necessários depende do tamanho do Parque de Rodeios e público presente, porém, constatou-se uma média de 5 seguranças por dia de evento;
- Veterinário responsável pelos animais do parque bem como da emissão do Guia de Trânsito Animal (GTA) que contém as informações sobre o destino e condições sanitárias, bem como a finalidade do transporte animal. Neste caso basta apenas um responsável nesta área.
- Ambulância acompanhada de um motorista e uma enfermeira com as competências necessárias para o rápido atendimento dos participantes em caso de algum acidente como a queda de um cavalo ou até mesmo o mal estar de alguém no público presente. É indispensável a presença contínua desses agentes enquanto houverem provas acontecendo dentro da pista de rodeio;
- Sonorização, para transmitir ao público presente e aos participantes as informações que serão ditas pelos narradores;
- Narradores, estes são responsáveis por narrar os acontecimentos que estão ocorrendo dentro da pista e fora dela;

- Juízes, responsáveis por julgar as armadas dos laçadores, afirmando se é boa o ruim;
- Aluguel de gado para os três dias de evento, sendo em torno de 100 animais para a sexta-feira e 150 para os sábado e domingo, lembrando que o gado que correr em um dia do evento não pode participar no dia seguinte, pois é de suma importância para o bem estar animal que os animais participem de apenas um dia do evento e depois passem ao descanso. sendo assim, se faz necessário a utilização de animais diferentes para cada dia de evento.

4.2 POSTOS DE TRABALHO

Posteriormente às etapas elencadas, que se configuram como decisões que devem ser tomadas antes do acontecimento do evento, seguem-se as etapas que devem ser desenvolvidas durante a realização do rodeio, portanto, possuem um caráter mais complexo, pois elas dizem muito sobre o evento, sobre sua qualidade e organização. Para a divisão dos postos de trabalho, verifica-se o interesse de cada sócio quanto ao setor que este virá a ocupar, ajustando conforme o número necessário à cada posto de trabalho e elegendo também sub-responsáveis para cada um destes setores que convidam mais voluntários para ajudar, não necessariamente vinculados ao CTG.

4.2.1 Casinha de Inscrições (1)

Primeiramente, antes de explicar sobre as atividades desenvolvidas neste posto de trabalho, faz-se necessário explicar porque assim é chamado. É utilizado o grau diminutivo de casa, pois está relacionado às proporções dos locais que abrigam os trabalhadores, em total maioria são pequenos, em torno de 4 metros quadrados. Tanto laçadores quanto o público presente, chamam assim, é algo que está na cultura desses rodeios e que impregnou ao vocabulário das pessoas que o frequentam. Portanto, achou-se de suma importância permanecer o mais próximo possível da verdadeira realidade desses eventos, uma vez que, este projeto realmente pretende atingir o público que participa e realiza esses eventos.

A Casinha de Inscrições é o local onde ficam as secretárias responsáveis por fazer as inscrições dos laçadores e receber o valor pago pela inscrição. Neste local trabalham

geralmente as mulheres dos homens que fazem parte da associação ao CTG e que buscam acompanhar e apoiar seus maridos, segundo relato das mesmas.

O trabalho resume-se basicamente em duas etapas: a inscrição e o recebimento. Por isso faz-se necessário o trabalho de pelo menos três secretárias. Neste caso duas para as inscrições, pois pode acontecer de mais de um tipo de laçada encontrar-se em aberto, e para que não haja algum tipo de equívoco, cada uma cuida de uma planilha de inscrição diferente, de acordo com a laçada que está ocorrendo. É de suma importância que elas façam as inscrições com base no Cartão Tradicionalista de cada laçador, este cartão, é como se fosse um documento, identificando o nome do participante, o CTG do qual faz parte, bem como os prazos de validade do mesmo, demonstrando se este ainda encontra-se regulamentado pelo MTG ou não.

Logo, uma secretária é o suficiente para cuidar do recebimento das inscrições, não se faz necessário mais uma, pois, como se trata de dinheiro, é importante que haja apenas uma responsável, para que não haja erros no caixa e se torne mais fácil inclusive para a prestação de contas após o rodeio. Haverá momentos em que esta se fará ausente, como por motivos de alimentação e idas ao banheiro, porém, como se trata de minutos, uma das secretárias responsáveis pelas inscrições pode estar auxiliando nestes momentos.

O material utilizado nesse setor é basicamente papel e caneta. É aconselhável que o Patrão do CTG escolha com antecedência quem irá trabalhar neste setor, para que estas possam estar se organizando quanto aos materiais e procedimentos. As planilhas das inscrições são impressas antes de iniciar o evento, e portanto baseiam-se de acordo com a programação do mesmo e as estimativas de inscritos. No caso da secretária responsável pelo caixa, esta fará uso de uma caixa para o armazenamento do dinheiro e de um caderno para os casos em que os laçadores marcam as inscrições para pagar ao final do rodeio, como por exemplo, com a utilização de um cheque. Não há problemas com relação à isso, pois como mencionado anteriormente, nesse tipo de evento todos se conhecem entre si e sabem quem são os bons e os maus pagadores.

Dos nove rodeios que houve entrevista e a observação, sete utilizavam o sistema de inscrição manual, com planilhas antecipadamente impressas e após preenchidas à mão. Dentre esses, dois contaram com sistema informatizado, onde as inscrições eram feitas em planilhas no próprio computador e após impressas. Desses dois, um contou com os serviços de secretaria prestados pela secretária oficial do MTG/SC, que fornece planilhas que são

desenvolvidas da melhor forma possível para o bom andamento do evento, porém, este tipo de serviço prestado pela secretária oficial, tem custos elevados para as proporções dos rodeios da região.

Das dificuldades enfrentadas nesse setor, foi relatado os momentos que apresentam acúmulo de pessoas querendo fazer as inscrições, que ocorrem geralmente aos sábados de manhã, durante a inscrição do Laço Família e a tarde durante as inscrições do Laço Equipe. Existe também a dificuldade das secretárias estarem anotando todas as entradas e saídas, pois o rodeio não para durante os três dias de evento, e entre estar fazendo as inscrições e as vezes auxiliando os Narradores, acontece de esquecer de anotar algo, acontecendo assim furos de caixa. A questão de anotar as inscrições para serem pagas após as laçadas também é algo questionável, pois não gira o caixa com dinheiro e ao final de cada laçada independente de quem pagou ou não, a premiação deve ser efetuada.

4.2.2 Casinha de Narração (2)

Neste local ficam os narradores que são responsáveis por narrar os acontecimentos que estão ocorrendo dentro e fora da pista. São eles que anunciam as laçadas que encontram-se em aberto na Casinha de Inscrições, também chamam por ordem de inscrição os laçadores para adentrar a pista, informando-lhes por meio dos juízes se armada foi válida ou não. Assim como informam qualquer acontecimento que esteja ocorrendo no parque, como a Vaca Parada, divulgação do próximo Rodeio e informes gerais.

Neste setor faz-se necessário apenas o narrador do horário, ele mesmo pega as planilhas de inscrições junto às secretárias, anuncia os laçadores e anota na planilha as armadas segundo o julgamento dos juízes, após, ele repassa as planilhas novamente as secretárias para que elas passem a limpo os laçadores que se encontram na final.

Nos rodeios da região, sugere-se, em média, pelo menos cinco Narradores, lembrando que estes devem ser credenciados no Departamento de Narradores do MTG/SC. Estes podem revezar entre si os horários de narração. Podendo ser uma hora cada um, ou trabalharem em duplas, narrando duas horas e intercalando as vozes durante todo o tempo entre as laçadas.

É comum também, que neste mesmo local fiquem os aparelhos responsáveis pela sonorização do evento. As caixas de som são espalhadas pelo parque, porém, os aparelhos que

regulam o volume do som, bem como o seu responsável, ficam na Casinha de Narração, intercalando as músicas com a narrativa do Narrador.

4.2.3 Casinha de Juízes (3)

Local destinado aos Juízes, que são os que julgam as armadas dos participantes, afirmando se a armada é válida ou não. Devem ser credenciados junto ao Departamento de Comissão Julgadora do MTG/SC. São capacitados para tal ato conforme as regras e técnicas impostas pelo regulamento do próprio MTG/SC.

O Regulamento Campeira do MTG/SC (Anexo II), deixa bem claro quanto ao Regulamento da Comissão Julgadora, art. 3º, “todos os juízes dos eventos campeiros são expressamente proibidos de participar dos eventos em que fazem parte da Comissão Julgadora.” Isso ocorre, uma vez que, se os juízes participarem das provas de laço, isso pode acabar por influenciar no julgamento das armadas, pois, para eles, além de participantes serão também adversários em pista. O caso é contrário aos Narradores e demais trabalhadores do evento, pois no caso dos Narradores, eles apenas relatam o que está acontecendo, e sempre baseados nas ordens da comissão julgadora e os demais trabalhadores estão sob supervisão do padrão de CTG da entidade promotora do evento.

Se faz necessário três juízes para uma boa condução do evento, já que não podem estar participando das provas de laço, tem dedicação exclusiva ao setor que ocupam e revezam entre si os horários de alimentação e demais necessidades.

Os materiais utilizados nesse setor são canetas e as segundas vias das inscrições que vem da secretaria, pois, além do narrador anotar as armadas, os juízes também anotam, e são essas planilhas que vão para o MTG/SC no caso das disputas para a seleção do estado.

4.2.4 Brete Solta Boi (4)

É neste setor que se encontram os trabalhadores responsáveis por embretar o gado, ou seja, manejarem os bois, fazer com que eles adentrem o brete, que é o lugar onde o gado espera para ser solto quando o laçador assim pedir para laçar. Essencialmente o trabalho é dividido entre três trabalhadores que tocam o gado e dois trabalhadores que soltam os bois para os participantes, sendo que um abre o primeiro portão para que o boi fique preso e o

outro abre o segundo portão para que a rês corra na pista e o laçador corra com seu cavalo atrás dela com o objetivo de laçá-la pelas aspás.

Neste posto de trabalho faz-se necessário cinco integrantes por turno. Se o rodeio não for de grandes proporções, duas equipes bastam para o trabalho. Essencialmente, o trabalho é braçal e não há a necessidade de cavalos para o serviço. Os Bretes Solta Boi geralmente são cobertos e as condições de trabalho são favoráveis. A dificuldade fica em evitar a fuga de algum boi, assim como, evitar que os laçadores possam escolher os melhores bovinos para serem laçados, porque os laçadores costumam observar os bois que tiram ou rebatem as armadas, e assim, fazem muitas coisas para não pegar novamente aquele boi, como passar na frente de algum laçador na hora de laçar, não respeitando a ordem de chamada.

4.2.5 Brete Saca Laço (5)

Este setor realiza a retirada dos laços que chegam nos bovinos ao final da pista, os trabalhadores desse setor também ajudam a equipe de juízes confirmando as armadas que chegam. Três trabalhadores se fazem suficiente para as retiradas dos laços, sendo um para o primeiro portão, fechando o bovino no brete, um retira o laço e outro abre o segundo portão largando o boi para o outro lado apartado da pista. Outra vez, nesse setor podem haver duas equipes que revezam os horários, o trabalho é tecnicamente fácil e não muito cansativo, podendo ser o horário dividido entre a manhã para uma equipe e a tarde para a outra.

Constatou-se durante as entrevistas que esse setor encontra duas grandes dificuldades. A primeira é quando os trabalhadores deixam o boi passar sem a retirada do laço, isso causa transtornos para o pessoal que está realizando o evento e também aos participantes, já que o laço é o instrumento de maior importância nesse esporte.

Quando um boi passa pelo Brete Saca Laço ocorrem geralmente duas situações, a primeira é o rompimento dos tentos do laço, isto é, o laço acaba por ser partido ao meio não podendo mais ser utilizado nas provas devido não estar mais com a metragem correta, a outra situação é um pouco mais favorável, porém desagradável da mesma forma, o laço não é retirado no brete e o boi se junta aos demais na mangueira, arrastando o laço no barro, sendo pisoteado pelos animais, quando este não estoura, acaba por voltar ao participante em péssimas condições, sujo além do barro com fezes dos animais. Esse tipo de situação ocorre

muitas vezes por descuido dos trabalhadores ou a dificuldade de manejar alguns bois que chegam ao final da pista e adentram ao Brete Saca Laço muito bravos e agitados.

A segunda dificuldade enfrentada nesse setor, e talvez a mais preocupante, segundo os relatos, é a falta de respeito que os participantes têm com os trabalhadores desse posto. Muitas vezes os laçadores chegam em alta velocidade com os seus animais no brete, acabando por jogar barro nos trabalhadores, outras vezes, os participantes não liberam o laço para a retirada da cabeça do boi, não afrouxando-o acabam por apertar os dedos e machucar as mãos dos que se encontram ali.

Há casos remotos, porém, constatados nos rodeios, em que os participantes agridem verbalmente os trabalhadores do Brete Saca Laço, por estes terem dito que a armada era negativa aos Juízes, nestes casos é difícil julgar quem está falando a verdade, e isso vem causando muito desconforto nos rodeios da região, mostrando ser importante que pelo menos um dos Juízes saia de seu posto oficial e venha até o Brete Saca Laço, para que assim julguem as armadas dos participantes.

4.2.6 Retorno Do Gado (6)

Esse setor é considerado por muitos, o mais difícil. Ele é responsável de retornar o gado do Brete Saca Laço ao Brete Solta Boi, para que assim o rodeio consiga dar continuidade as provas, pois o mesmo boi pode correr mais de uma vez. O aluguel do gado é o que mais gera custo ao rodeio. São necessários para os três dias de evento, em torno de 400 animais, sendo que 100 animais correm na sexta-feira e 150 no sábado e domingo, pois são os dias oficiais do evento e aglomeram mais laçadores.

Os animais são divididos para o manejo, sendo que metade se encontra correndo na pista e a outra metade descansando, e assim vão sendo remanejados. É expressamente proibida a utilização de qualquer elemento que provoque choque, bem como, objetos pontiagudos no manejo do gado. Ainda, faz-se necessário que as mangueiras tenham bebedouros e alimentos para que os animais tenham o devido descanso, fator que mais preocupa o proprietário do gado, além, é claro, do devido manejo, visando sempre o bem estar animal.

Quanto aos maus tratos aos animais, questão muito polêmica dentro desse universo de esportes que estão vinculados a utilização de animais, nota-se a fiscalização por parte do

Veterinário contratado para ser o responsável pelo parque e ocasionalmente técnicos dos órgãos de vigilância do Ministério Público e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC. Vale lembrar, que todas as pessoas que trabalham no manejo dos bovinos são orientadas a evitar qualquer tipo de agressão aos animais, bem como, os laçadores, qualquer atitude que identifique-se como agressão aos bovinos ou equinos, é punida com a expulsão do participante das provas campeiras.

Neste setor, faz-se necessário um número maior de participantes, pois o trabalho envolve muito esforço tanto dos trabalhadores como dos cavalos utilizados para fazer o manejo de um brete à outro. A principal dificuldade é em relação ao cansaço que vai surgindo nos três dias de evento e a exposição ao sol e chuva, pois este setor é totalmente desprovido de qualquer tipo de cobertura para proteger os trabalhadores. O custo de fazer uma pista de rodeio coberta, ou até mesmo apenas os bretes e mangueiras, é altíssimo, e geralmente não costuma se encaixar nos orçamentos destinados de uma temporada à outra de rodeios. Envolve além de muito trabalho, bons patrocínios e muito planejamento.

Sugere-se, que hajam três equipes de trabalho, cada uma contando com três trabalhadores, poderia ser mais, porém, os bretes são estreitos e não cabem mais de três cavalos por vez. É importante que cada membro da equipe tenha o seu cavalo, para poupar o animal entre a troca dos turnos de trabalho. Essa troca pode ocorrer a cada duas ou quatro horas.

4.3 DESENVOLVIMENTO DA FERRAMENTA DE ORGANIZAÇÃO

Após caracterizar o evento Rodeio Crioulo, especificamente a Prova de Laço, bem como, identificar os processos existentes, analisando os processos e identificando possíveis gargalos, pode-se perceber a falta de uma ferramenta de organização, que vise auxiliar algumas necessidades desse tipo de evento. Uma ferramenta que pode contribuir em mitigar esta dificuldade é o *Checklist*, que nada mais é que uma Lista de Verificações que, segundo o médico e escritor americano Atul Gawande (2009 *apud* Veiga, 2010), possui itens a serem observados, tarefas a serem cumpridas, materiais a serem comprados, etc. Basicamente, é uma lista onde você coloca itens que podem fazer falta em alguma tarefa ou em algo que esteja planejando ou executando, evitando assim futuros esquecimentos, falhas ou faltas. Pode ser usado não só por empresas, mas por qualquer pessoa que quer organizar algo a ser feito. O

autor ainda ressalta que o *Checklist* possui como vantagem a segurança, eficiência, exatidão, foco e humanidade.

O PMBOK (2014) refere-se a lista de verificação como uma ferramenta estruturada, usada para verificar se um conjunto de etapas necessárias foi executado, com base nos requisitos do projeto e nas práticas, as listas de verificação podem ser simples ou complexas. Muitas vezes a lista de verificação pode ser rápida e simples, porém, é impossível criar uma lista completa, por isso o PMBOK ressalta que, a equipe deve explorar os itens que não aparecem na lista de verificação, além, é claro, a mesma deve ser revisada de vez em quando para remover ou arquivar itens, e também, após o encerramento do projeto, para incorporar as novas lições aprendidas e ser aprimorada para uso em projetos futuros.

Portanto, trata-se de uma ferramenta simples, porém, se encaixa perfeitamente à organização do Rodeio Crioulo. Vale lembrar, neste momento, que poderia ter sido feita a escolha de qualquer outra ferramenta, até mesmo mais complexa, voltada a administração de um evento. Porém, complexidade não é sinônimo de eficiência, ainda mais vivenciando a realidade enfrentada pela organização desses eventos. Os Patrões de CTG's, assim como seus sócios, são todos voluntários, que não recebem pelo trabalho que desenvolvem, mas que são juntos, apaixonados por um esporte que pretendem não deixar acabar, apesar das polêmicas geradas nos últimos anos, quanto aos maus tratos aos animais. Muitas vezes, esses voluntários não possuem formação nenhuma, nem tão pouco, condições para a criação ou compra de um software, que poderia vir a suprir todas as necessidades desse tipo de evento. Então, optou-se pela criação de um *Checklist*, ferramenta simples de ser entendida tanto para o Patrão de CTG quanto as equipes de trabalho, e de muita praticidade, pois poderá estar com o Patrão por onde ele for, nos dias que antecedem o evento, visando sua preparação, e enquanto ocorre o evento, com a finalidade de verificação.

Apresenta-se a seguir o modelo de *Checklist* (Quadro 2) que visa auxiliar a organização do evento, voltada mais a utilização do próprio Patrão de CTG, que pode, por sua escolha, distribuí-la ou não entre suas equipes de trabalho. Os itens a seguir apresentados, foram escolhidos e desenvolvidos com base nos tópicos observados e comentados anteriormente por este trabalho.

Quadro 2 – Checklist Rodeio Crioulo

CHECKLIST RODEIO CRIOULO	
1ª ETAPA - O QUE ANTECEDE AO EVENTO	
Itens:	Observações:
<input type="checkbox"/> Definir Data	_____
<input type="checkbox"/> Definir Programação	_____
<input type="checkbox"/> Fazer Convites	_____
<input type="checkbox"/> Realizar a Divulgação	_____
<input type="checkbox"/> Fazer a Manutenção do Parque	_____
<input type="checkbox"/> Obter Certidão Negativa	_____
<input type="checkbox"/> Obter Alvará de Licença	_____
2ª ETAPA - CONTRATAÇÕES	
Itens a contratar:	Observações:
<input type="checkbox"/> Segurança	_____
<input type="checkbox"/> Veterinário	_____
<input type="checkbox"/> Ambulância	_____
<input type="checkbox"/> Sonorização	_____
<input type="checkbox"/> Narradores	_____
<input type="checkbox"/> Juízes	_____
<input type="checkbox"/> Aluguel do Gado	_____

3ª ETAPA - DIVISÃO DOS POSTOS DE TRABALHO		
Postos de Trabalho:	Equipes necessárias	Quant. De trabalhadores
<input type="checkbox"/> Casinha de Inscrições	1	3
<input type="checkbox"/> Casinha de Narração	1	5
<input type="checkbox"/> Casinha de Juízes	1	3
<input type="checkbox"/> Brete Solta Boi	2	5
<input type="checkbox"/> Brete Saca Laço	2	3
<input type="checkbox"/> Retorno do Gado	3	3

Fonte: Elaborado pela autora

Vale ressaltar, que os itens do *Checklist* devem ser acompanhados juntamente com os resultados descritivos deste trabalho, que na forma concreta para sua utilização, serão transformados em um manual que o acompanhará. Ou seja, caso haja alguma dúvida, por exemplo, em como definir a data do evento, o portador do *Checklist* se reportará ao manual que explicará mais detalhadamente o que compõe esta etapa. Bem como na 3ª Etapa, caso haja dúvidas sobre as equipes de trabalho, seus componentes e atividades desenvolvidas, poder-se-á recorrer ao manual para sanar eventuais dúvidas.

4.4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO EVENTO

Constatou-se, durante o estudo dos postos de trabalho, que são necessários no mínimo 37 trabalhadores divididos entre as funções relatadas. Resumidamente são: um Patrão de CTG, três Secretárias, cinco Narradores, três Juízes, 10 trabalhadores do Brete Solta Boi, seis no Brete Saca Laço e mais nove trabalhadores no Retorno do Gado.

Quando questionados, os Patrões de CTG's, relataram que os setores mais fáceis de gerenciar são o da Casinha de Narração, que geralmente os próprios narradores definem entre si os horários de trabalho e acatam os pedidos formulados pela entidade organizadora. O setor

dos juízes, também não apresenta problemas, desde que o trabalho seja realizado de forma imparcial. E o mesmo acontece com os acampamentos, pois cada entidade se organiza dentro do espaço necessário e isso nunca mostrou preocupação para os organizadores, pois é algo simples e do bom convívio entre todos os CTG's.

Das dificuldades, como um todo, está a preocupação com o tempo, se fará sol ou terá chuva, se estará quente ou frio, pois estes fatores influenciam na realização de alguns trabalhos e no número de visitantes. Rodeios com muita chuva, costumam receber poucos competidores e assim tendem a não cobrir os custos, gerando prejuízos que não conseguem ser pagos, uma vez que, os CTG's não possuem fins lucrativos, e as poucas reservas que possuem não podem arcar com essas despesas. Há também a preocupação quanto a manutenção do parque e sua depreciação, pois geralmente é usado apenas uma vez por ano, sempre necessitando de pequenos reparos e o parque sofre muito com a exposição ao tempo.

A necessidade da contratação de uma ambulância durante todo o evento, sem que esta possa se ausentar, também gera transtornos aos eventos, na maioria dos rodeios observados, estas ambulâncias eram cedidas pela prefeitura do município sediado do evento, não havendo assim, custos para a entidade tradicionalista, porém, em muitos casos, foi relatado que as ambulâncias às vezes precisam se ausentar do evento para atender algum chamado, o que ocasiona a paralisação do rodeio. A contratação de uma ambulância particular poderia estar resolvendo essa dificuldade enfrentada pela organização, porém, o elevado custo, em torno de R\$ 6.000,00, torna inviável essa alternativa aos CTG's.

Durante a realização do evento, outra dificuldade apresentada, é a tomada das decisões que surgem de forma urgente, sem que o Patrão de CTG tenha muito tempo de pesar os prós e contras da sua decisão, já que o rodeio está acontecendo no momento. Há também o percalço de gerenciar uma equipe de voluntários, o relacionamento entre esses, visando sempre solucionar e evitar conflitos. Por fim, está a sobrecarga ao Patrão de CTG, que por mais que divida as equipes de trabalho a cada setor, sempre é procurado para as tomadas de decisão, muitas vezes por medo de errar por parte do voluntário, mas, toda decisão, seja ela pequena ou grande, chega para que o Patrão decida, mostrando falta de autonomia por parte dos trabalhadores.

As leis, normas e regulamentos norteiam excepcionalmente o Regulamento Campeira do MTG/SC, como assim foi explicado durante o desenvolvimento do estudo. O regulamento possui algumas diretrizes para o parque de evento, bem como toda a indumentária de peões e

prendas e as características de cada laçada e tamanho das armadas dos participantes. (Anexo II). Por mais complexo que seja em alguns pontos, ou até mesmo rigoroso, este é o único documento que os Patrões de CTG's usam para auxiliar nas suas tomadas de decisões, não havendo nenhum outro tipo de documento ou ferramenta que seja utilizado para o auxiliar a organização do evento.

O que os organizadores costumam fazer é basear-se na experiência dos sócios que trabalharam nos eventos anteriores, ou até mesmo acompanhando o desenvolvimento do rodeio dos outros CTG's. Os Patrões que antecederam à patronagem, poucas vezes tem os relatórios das prestações de contas dos rodeios anteriores. Quando estes o possuem, são sempre anotações em cadernos, nada formalizado, porém, que se mostra muito importante, principalmente para ter uma base de gastos.

Em nenhum dos eventos estudados foi constatado qualquer tipo de avaliação de riscos, nem tão pouco controles financeiros. Comprovando grande déficit por parte de seus organizadores, e também, poucos, ou nenhum, estudo na área.

Para finalmente dar por encerrada as atividades que norteiam um Rodeio Crioulo, faz-se uma Reunião da Patronagem, que ocasionalmente ocorre na semana seguinte à realização do evento, onde os trabalhadores de cada setor prestam contas. Explicam como foram os serviços, dificuldades, materiais utilizados, gastos que tiveram entre outros informes gerais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo é destinado a apresentar as principais considerações acerca dos resultados obtidos com a pesquisa, bem como expor as limitações do estudo e recomendações para estudos futuros.

O objetivo geral foi estratificado em objetivos específicos que foram devidamente alcançados, os principais resultados obtidos são apresentados em seguida.

Em resposta aos objetivos específicos, a partir da realização das entrevistas e observação, foram identificadas as principais características do evento Rodeio Crioulo e da Prova de Laço, bem como, identificar e analisar os processos existentes, expondo as diferenças entre cada posto de trabalho, identificando deficiências no processo e propondo possíveis melhorias.

Constatou-se que a Administração de Projetos, mostra-se como um método mais indicado devido sua simplicidade e vantagens como a maior agilidade no desenvolvimento da ferramenta de organização, torna mais visível os processos existentes em cada posto de trabalho, assim como fornece informações detalhadas, e é um método com manutenção rápida e pouco dispendioso, o que se apresenta de grande importância principalmente para esses tipos de eventos tradicionalistas.

Em relação à metodologia utilizada destaca-se que a utilização do estudo de campo como método de pesquisa mostrou-se de extrema relevância para obter os dados reais relacionados ao contexto do evento, o que possibilitou maior compreensão dos processos que ocorrem. Outro fator que colaborou para o desenvolvimento da pesquisa refere-se à possibilidade em utilizar diversas técnicas de coleta de dados, como entrevistas semi estruturadas, observação participante e pesquisa bibliográfica, o que proporcionou melhor conhecimento e compreensão dos fatos, bem como auxiliou em uma melhor clareza e profundidade na realização de análise qualitativa.

Apresentado as principais considerações acerca dos resultados obtidos, em seguida discorre-se sobre as dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa. É importante reconhecer que a pesquisa realizada possui algumas limitações, ainda que tenha alcançado o objetivo desejado de propor uma ferramenta para auxílio na organização aos rodeios.

A primeira limitação refere-se a fase de coleta de dados, destacando-se a inviabilidade do pesquisador poder estar presente em todos os rodeios realizados na 12ª RT/SC, uma vez

que, envolvia custos de transporte, alimentação, e é claro, tempo, pois os eventos aconteciam todos os finais de semana, de sexta-feira à domingo.

A falta de material sobre o tema também dificultou o desenvolvimento do referencial teórico, uma vez que, não havia livros tratando sobre rodeios ou afins na biblioteca do *campus*, encontrou-se algum material na *internet*, como artigos, cartilhas e regulamentos, porém, livros, todos datavam de épocas antigas

Outro fator limitador constitui-se no desenvolvimento dos resultados, uma vez que, não há nada parecido publicado, o estudo é pioneiro nesta área, portanto não se teve bases para a realização dos resultados, trata-se de uma completa adaptação dos modelos existentes e estudados.

Como recomendação para estudos futuros, ficam sugestões para a melhoria na gestão e controle: quanto à organização, destaca-se a possibilidade de implementação de controles básicos, como o controle de materiais utilizados em cada setor, com esta prática os dados sobre quantidades e custos estariam disponíveis para a determinação de custos, mesmo que realizados por amostragem e sem a utilização de sistemas, bem como, avaliação de riscos e controles financeiros.

Por fim, recomenda-se novos estudos na área de eventos tradicionalistas em geral. Mesmo sendo considerado por muitos, como um esporte, não dispõem de sistemas de gestão avançado, apresentando-se como uma alternativa a ser mais estudada e divulgada para o desenvolvimento de sistemas de custeio e gerenciamento avançado.

Apesar das dificuldades, destaca-se a grande satisfação de poder desenvolver um trabalho pioneiro na área, que buscar-se-á servir de referências para trabalhos futuros, uma vez que os resultados foram alcançados e a pesquisa se mostrou satisfatória e prazerosa para o pesquisador, uma vez que, pode-se unir todo o aprendizado de uma graduação com o trabalho, mostrando que podemos unir o útil ao agradável.

REFERÊNCIAS

- APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa** / Fabio Appolinário. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- BUARQUE, Cristovam. **Avaliação Econômica de Projetos: Uma Apresentação Didática**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1984.
- MTG/SC, Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina. **Regulamento Campeira**. 2015. Disponível em: <http://www.mtgsc.com.br/regulamento_campeira.php>. Acesso em: 12 set. 2016.
- CBTG, Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha . **Estatuto Social**. 2014. Disponível em: <<http://cibtg.com.br/df/wp-content/uploads/2015/11/Estatuto2015.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- COSTA, Luís Augusto Gonçalves et al. **Cartilha para realização de rodeios crioulos**. 2. ed. Porto Alegre: Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 2016. 26 p. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/Cartilha Orientações Realização de Rodeios Crioulos.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.
- DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- IGTF, Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore**. 2016. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/?page_id=22>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- KERZNER, Harold. **Gestão de Projetos: as melhores práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 1978.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Rio Grande do Sul: cultura e tradições**. 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/cq8kr/pdf/luvizotto-9788579830884-04.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de Projetos: Como Transformar Ideias em Resultados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEREDITH, Jack R.; MANTEL, Samuel J.. **Administração de Projetos: Uma Abordagem Gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2011.

MÜLLER, Cristiane; VARGAS, Jamily Charão; GUTERRES, Clóvis Renan Jacques. **Educação e Tradicionalismo: Um Espaço para a Cultura Gaúcha na Escola.** Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao2006/2006/pdf/artigos/historia/EDUCAÇÃO E TRADICIONALISMO.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SAVARIS, Manoelito. **Conceitos importantes para a compreensão da identidade do gaúcho.** 2010. Disponível em: <<http://sentinelasdopago.blogspot.com.br/2010/03/conceitos-importantes-para-compreensao.html>>. Acesso em: 16 maio 2017.

SCHEIBE, Gabriela. **Cultura Gaúcha: O Tradicionalismo Como Marca Regional.** Disponível em: <<http://www.ctgsentineladascoxilhas.com.br/index.php/cultura/tradicionalismo/269-artigo-teste>>. Acesso em: 16 maio 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** – 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (guia PMBOK®) / [texto e tradução] Project Management Institute. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VALERIANO, Dalton L.. **Gerenciamento Estratégico e Administração por Projetos.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2001.

VALERIANO, Dalton. **Moderno Gerenciamento de Projetos.** São Paulo: Prentice Hall, 2005.

VARGAS, Ricardo Viana. **Manual prática do plano de projeto: utilizando o PMBOK Guide.** 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

VEIGA, Mariana. **Checklist: O que é e qual é a sua importância?.** 2010. Disponível em: <<http://blog.empresaenxuta.com/checklist-o-que-e-e-qual-e-a-sua-importancia/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de Entrevista.

1. Quais são os preparativos que antecedem a realização do evento? Liste-os, de preferência em ordem cronológica de acontecimentos.
2. Qual é o número necessário de pessoas trabalhando para a realização do evento?
3. Como é feita a divisão dos postos de trabalho?
4. Quais as maiores dificuldades enfrentadas atualmente para a realização desse tipo de evento? Elenque pelo menos 5 (cinco):
5. Quais partes do evento são mais fáceis de gerenciar? Elenque pelo menos 3 (três):
6. Quais as normas ou regulamentos seguidos?
7. Há dificuldades no cumprimento das referidas normas e regulamentos?
8. Existe mão-de-obra contratada? Quais?
9. Há algum estudo ou análise referente aos rodeios anteriormente realizados?
10. Existe alguma avaliação dos riscos?
11. Com relação ao gado:
 - a) O gado se mostrou suficiente para os dias de evento?
 - b) Há troca de gado entre os dias de rodeio?
 - c) Há alguma forma de descanso?
 - d) O locatário demonstra preocupação com os animais?
 - e) Há alguma recomendação do Ministério Público ou “CIDASC” quanto ao manejo?
 - f) Existe algum tipo de fiscalização durante o evento?
 - g) Percebe-se algum tipo de maus tratos aos animais durante a realização do evento?
12. Equipes de trabalho:
 - a) Qual é o trabalho desenvolvido pela equipe do Brete Solta Boi? Elenque as principais dificuldades na realização dessa tarefa:
 - b) Qual é o trabalho desenvolvido pela equipe do Brete Saca Laço? Elenque as principais dificuldades na realização dessa tarefa:
 - c) Qual é o trabalho desenvolvido pela equipe do Retorno de Gado? Elenque as principais dificuldades na realização dessa tarefa:

- d) Qual é o trabalho desenvolvido pela equipe das Inscrições? Elenque as principais dificuldades na realização dessa tarefa e que tipo de material geralmente é utilizado?
- e) Qual é o trabalho desenvolvido pela equipe de Juízes?
- f) Qual é o trabalho desenvolvido pela equipe de Narradores?

ANEXOS

ANEXO I - Calendário de Eventos 12ª RT Temporada 2016/2017

CALENÁRIO DE EVENTOS 12 RT TEMPORADA 2016/2017SETEMBRO 2016

<u>DATA</u>	<u>CTG/CIDADE</u>	<u>EVENTO</u>
03-04		
10-11	CTG- NOSSA S APARECIDA. S L DÓESTE	RODEIO CRIOULO
17-18		
24-25		

OUTUBRO 2016

<u>DATA</u>	<u>CTG/CIDADE</u>	<u>EVENTO</u>
01-02	ELEIÇÃO	
08-09	CTG-CULTIVANDO A TRADIÇÃO. QUILOMBO	RODEIO CRIOULO
15-16	CTG- RANCHO DA SAUDADE. N. ITABERABA	RODEIO CRIOULO
22-23	CTG- DOSE BRAÇAS. JUPIA	RODEIO CRIOULO
29-30	CTGs- S DE FARRAPO- VAQUEANO.CHAPECO	RODEIO CRIOULO

NOVEMBRO 2016

<u>DATA</u>	<u>CTG/CIDADE</u>	<u>EVENTO</u>
05-06	CTG- RINCÃO D SAUDADE. GALVÃO	CANCELADO
12-13	CTG- CORAÇÃO DE GAUDÉRIO. MAREMA	CANCELADO
19-20	CTG- POTRO SEM DONO. GUATAMBÚ	RODEIO CRIOULO
26-27	CTG- PORTEIRA DO PINHAL. PINHALZINHO	RODEIO CRIOULO

DEZEMBRO 2016

<u>DATA</u>	<u>CTG/CIDADE</u>	<u>EVENTO</u>
03-04	CTG- AGUAS DA TRADIÇÃO. AGUAS FRIA	RODEIO CRIOULO
10-11	CTG- ESPORA E MANGO. XAVANTINA	RODEIO CRIOULO
17-18	CTG- PASSO DOS TROPEIROS. BOM JESUS	RODEIO CRIOULO
24-25		
31		

JANEIRO/2017

<u>DATA</u>	<u>CTG/CIDADE</u>	<u>EVENTO</u>
31-01	CTG- LENÇO BRANCO. SANTO INÁCIO	RODEIO CRIOULO
07-08	CTG- CANCELA DA AMIZADE. OURO VERDE	RODEIO CRIOULO
14-15	CTG- TRANÇADO D GUAPO. FORMOSA D SUL	RODEIO CRIOULO

21-22	CTG- HERANÇA D GUAPO. IPOAÇÚ	RODEIO CRIOULO
28-29	CTG- QUERÊNCIA D MINUANO. F D GUEDES	RODEIO CRIOULO

FEVEREIRO/2017

<u>DATA</u>	<u>CTG/CIDADE</u>	<u>EVENTO</u>
04-05	CTG- QUERO-QUERO. SÃO DOMINGOS	RODEIO CRIOULO
11-12	CTG- MARCA DA FERRADURA. XAXIM	RODEIO CRIOULO
18-19	CTG- ESPELHO DA TRADIÇÃO. XANXERÊ	RODEIO CRIOULO
25-26	CTG- QUERÊNCIA FARROUPILHA . AB. D. LUZ	RODEIO CRIOULO

MARÇO/2017

<u>DATA</u>	<u>CTG/CIDADE</u>	<u>EVENTO</u>
04-05	CTG RECANTO DOS TROPEIROS. CHAPECÓ	RODEIO CRIOULO
11-12	CTG- SEARA E PAMPA . SEARA	RODEIO CRIOULO
18-19	CTG- GALPÃO DA AMIZADE. SAUDADE	RODEIO CRIOULO
25-26	CTG- CHAMA CRIOULA S.TIAGO DO SUL	RODEIO CRIOULO
		RODEIO CRIOULO

ABRIL/2017

<u>DATA</u>	<u>CTG/CIDADE</u>	<u>EVENTO</u>
01-02	CTG- ESTÂNCIA NATIVA. CORONEL MARTINS	RODEIO CRIOULO
08-09	CTG POTRO-SEM DONO GUATAMBU	FESTA CAMPEIRA
15-16	PASCOA	RODEIO CRIOULO
22-23		
29-30		

MAIO/2017

<u>DATA</u>	<u>CTG/CIDADE</u>	<u>EVENTO</u>
06-07	CTG AMIZADE SEM FRONTEIRA. SÃO L DÓESTE	RODEIO CRIOULO
13-14		
20-21	CTG- COXILHA D QUERO-QUERO. CHAPECÓ	RODEIO CRIOULO
27-28		

ANEXO II - Regulamento Campeira
REGULAMENTO CAMPEIRA

APRESENTAÇÃO
DAS PROMOÇÕES TRADICIONALISTAS
DAS FESTAS CAMPEIRAS
DAS ESPÉCIES DE FESTIVIDADES

DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE
FESTIVIDADES DAS CONDIÇÕES PARA A
REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES DOS
PARTICIPANTES

DAS CATEGORIAS POR FAIXA ETÁRIA

DAS INSCRIÇÕES
DO TIRO DE LAÇO
DAS MODALIDADES DE DISPUTAS DE LAÇO
DAS LAÇADAS DE SELEÇÕES MUNICIPAIS E SELEÇÕES DE CTG'S

DA PROVA DE GINETEADA

DA PROVA DE PEALO
DA PROVA DA CURA DO TERNEIRO
DA PROVA DE RÉDEAS
DA PROVA DE RÉDEAS CRONÔMETRO
DA PROVA DE RÉDEAS DESAFIO
DA PROVA DE CHASQUE
DA PROVA DE LAÇO VACA PARADA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
REGULAMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE NARRADORES

DOS OBJETIVOS

DA DIRETORIA

DO CREDENCIAMENTO E DO
DESCREDENCIAMENTO DAS
OBRIGAÇÕES

REGULAMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE NARRADORES

DOS OBJETIVOS

DA DIRETORIA

DO CREDENCIAMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

REGULAMENTO DA COMISSÃO JULGADORA

TERMO DE RESPONSABILIDADE CADASTRO DE JUIZ OFICIAL DO MTG/SC
MUNICIPIOS DAS 17º REGIÕES TRADICIONALISTAS

APRESENTAÇÃO

A Diretoria do MTG-SC, através do Departamento Campeiro, objetivando disciplinar e tornar homogêneas as atividades campeiras praticadas no Estado de Santa Catarina, oportunizando assim uniformidade e conseqüente igualdade de condições entre todos os tradicionalistas gaúchos, resolve reeditar o presente REGULAMENTO, que passará a vigorar em todo o território catarinense, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua aprovação, ou seja, 21/05/2015.

O presente documento, que mereceu revisões necessárias e imprescindíveis em sua forma didática e redacional, restou reformulado em muitos de seus aspectos, contudo, sem prejuízo do mérito e essência de normativos já consagrados. Contempla todas as alterações ocorridas a partir da edição da sua versão primitiva, até a presente data, resultantes de exaustivas discussões, debates e aprovações pertinentes ocorridas ao longo do tempo, culminando com sua aprovação integral em Convenção Tradicionalista realizada em 21/05/2015, na forma dos artigos 25 e 26 do Estatuto Social do MTG-SC.

Apresenta também um novo formato, com a finalidade de facilitar sua mais ampla divulgação, manuseio, interpretação, sobretudo rigorosa observância e aplicação.

Doravante as alterações que se sucederem passarão a integrar, imediatamente após as respectivas aprovações, a matriz que é mantida no Site do MTG-SC (www.mtgsc.com.br), que, por sua vez, fará a inserção nota/aviso alertando sobre o fato. Afigura-se recomendável, assim, que todos os tradicionalistas interessados acessem periodicamente à referida página, de sorte a resgatar eventuais modificações, transportando-as para os exemplares que detenham, mantendo-os convenientemente atualizada.

Todas as entidades filiadas (CTG's, Piquetes, etc.), receberão um exemplar deste Regulamento, cabendo aos respectivos Patrões à responsabilidade e obrigação de promover sua mais ampla divulgação perante todos os integrantes de seus quadros associativos, para prevenir responsabilidades e para que ninguém possa alegar desconhecimento.

Diretoria do MTG/SC

Gestão 2014/2017

Lages (SC), 21 de Maio de 2015.

MTG-SC 42 ANOS DE TRADIÇÃO (18/05/1973 – 14/04/2016)

REGULAMENTO CAMPEIRO DO MTG-SC

CAPÍTULO I

DAS PROMOÇÕES TRADICIONALISTAS

Artigo 1º. - Consideram-se Promoções Tradicionalistas, para os efeitos deste regulamento, as atividades cívicas, culturais, esportistas, festivas, campeiras e associativas, desenvolvidas em torno de motivação inspirada nos objetivos do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Estado de Santa Catarina – MTG-SC.

Artigo 2º. - As promoções de maior vulto e repercussão no âmbito e prática do Tradicionalismo Gaúcho no Estado de Santa Catarina, alcançáveis pela atuação do MTG-SC, passam a ser disciplinadas neste regulamento e nas alterações específicas que se sucederem.

Parágrafo único - Novas variáveis de promoções que doravante surjam e que guardem verossimilhança com aquelas abrangidas por este Regulamento, serão objeto de regulamentação adequada, sujeita a aprovação pelo MTG-SC.

CAPÍTULO II

DAS FESTAS CAMPEIRAS

Artigo 3º. – Entende-se por Festas Campeiras, também podendo ser denominadas por Eventos Campeiros, todas as atividades esportivas direcionadas ao exercício e demonstrações de habilidades relacionadas às lidas campeiras, prática que bem identifica o cotidiano próprio do

Gaúcho, e que se caracterizam pela realização de concursos e campeonatos compatíveis com as suas tradições e folclore.

Artigo 4º. - Respeitadas as denominações características de cada região e as inovações que não atinjam a essência da tradição, cultura e folclore gaúcho catarinense, as Festas Campeiras regulamentadas pelo MTG-SC poderão ser denominadas de: Rodeio Crioulo, Festa Crioula, Torneio de Laço, Torneio de Gineteadas, Festa da Tradição, Festa da Marcação, Cavalhada, Cavalgada, entre outras, podendo em qualquer caso, se o mérito do evento comportar, ser adotada a denominação inicial de campeonato.

CAPÍTULO III

DAS ESPÉCIES DE FESTIVIDADES

Artigo 5º. - As Festas Campeiras dividem-se em:

I – Interna (considerada aquela realizada no âmbito interno de uma entidade, com a participação restringida exclusivamente aos seus associados);

II – Local (considerada aquela realizada entre uma ou mais entidades do mesmo Município);

III – Regional (considerada aquela que objetive a participação de entidades de uma Região Tradicionalista ou de outras Regiões Tradicionalistas próximas);

IV – Estadual (considerada aquela que objetive a participação de entidades de todo o Estado de Santa Catarina);

V – Interestadual e/ou Nacional (considerada aquela que objetive a participação de entidades oriundas de quaisquer Estados da Federação);

VI – Internacional (considerada aquela que objetive a participação de entidades e/ou delegações de outros Países);

Parágrafo único - Para realização de Rodeio Internacional, além da programação que terá de ser previa e expressamente aprovada pela diretoria do MTG-SC, deverá estar à mesma acompanhada de uma manifestação formal do Prefeito do Município anfitrião do evento, na qual conste o seu necessário e imprescindível apoio à para a sua realização.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES

Artigo 6º. – Para a realização de promoções de caráter Interno, a entidade promotora não depende de outra autorização, que não exclusivamente a da sua Diretoria.

Artigo 7º - Nas promoções de caráter Local, a entidade promotora, com a devida antecedência, deverá apenas e tão somente informar o fato ao Coordenador Regional;

Artigo 8º. - As festividades com características Regionais, Estaduais e Interestaduais deverão ser devidamente agendadas e homologadas em Encontro Regional, cabendo ao respectivo Coordenador submeter a ata resultante ao MTG-SC, a quem competirá conciliar e/ou mesmo impedir a realização concomitante de eventos em cidades próximas entre si, mesmo que integrantes de Regiões distintas.

1º - O MTG-SC obriga-se a pleitear junto à Secretaria de Estado de Agricultura e Política Rural, no prazo hábil estabelecido por aquele órgão, a inclusão no Calendário Oficial de Exposições e Feiras Agropecuárias do Estado de Santa Catarina, das festas programadas pelas entidades a ele filiadas e que tenham merecido a necessária homologação.

2º - Os CTG's promotores deverão especificar no convite e na programação a espécie de evento que promoverão: rodeios, festas campeiras e outros, inclusive a premiação de cada modalidade, o horário das provas, a quantidade de armadas e o valor das inscrições.

3º – É terminantemente proibida, sob qualquer hipótese e condição, a venda (terceirização) das atividades campeiras de qualquer evento homologado pelo MTG-SC, devendo a execução de tal atribuição ficar sempre sob o mais absoluto controle e responsabilidade da entidade promotora, que, por sua vez, poderá transferir a terceiros apenas atividades correlatas, relacionadas a bailes, shows, comércios em geral, etc.

4º - A prova de laço conhecida como crioulaço será permitida. No entanto, é absolutamente vedada sua previsão e realização aos sábados e domingos, conjuntamente com as demais provas usuais. Terá também que ser previamente submetida ao Coordenador da respectiva Região, para fins de liberação ou não. Em caso de efetiva realização, terá que respeitar o

regulamento do MTG- SC. Fica totalmente proibida qualquer outra modalidade de laçada inventada exclusivamente para cavalos crioulos.

CAPÍTULO V

DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES

Artigo 9º. - Para a realização de qualquer evento, seus promotores obrigam-se a dispor de locais e instalações compatíveis, que ofereçam absoluta comodidade e, sobretudo segurança aos participantes e ao público assistente, condições tais indispensáveis para que possam obter a oficialização das mesmas.

Parágrafo único – Destacam-se, entre o que se entende por “locais e instalações compatíveis”:

I – Mangueiras, bretes, poteiros, corredores, canchas, instalações para o abrigo de juízes, narradores e secretaria, nas proporções compatíveis com a envergadura do evento, todos oferecendo absolutas condições de segurança;

I.a - A cancha deverá ter no mínimo 150 metros de comprimento por 30 metros de largura, enquanto que deverá ser de no mínimo 100 metros a distância para o lançamento da armada, distância esta considerada a partir da porta do brete de largada e a marca limite que deverá ficar preferencialmente defronte o local destinado aos juízes, tudo independentemente de todos os demais aspectos de infraestrutura para o correto manejo de animais.

II – Arquibancadas e instalações/acomodações outras que propiciem comodidade, conforto e segurança para o público assistente;

III– Locais amplos para acampamento, dotados de infraestrutura adequada, com disponibilização de água tratada, eletricidade e instalações sanitárias, além de estabelecimentos para comercialização de bebidas e gêneros alimentícios in natura, restaurante e outros meios de fornecimento de alimentos;

III. a - Ao projetar e organizar as áreas destinadas a camping, obrigar-se a fazê-lo de forma que fiquem absolutamente separados entre si os acampamentos das entidades visitantes cujos integrantes participarão das provas programadas, e os acampamentos destinados a terceiros outros, meros e descompromissados visitantes, assistentes, curiosos, patrocinadores, etc.

III. b - Reservar espaço para acampamento ao Coordenador Regional, de preferência próximo a secretaria;

III.c – Observar para que usuários do camping, barracas de comércio e afins, ao utilizarem rabichos coletores de energia elétrica dos postes até suas instalações, o façam exclusivamente através de cabo único tipo PP (com duplo isolamento).

IV - É terminantemente proibida qualquer cobrança de ingresso para acesso ao local do evento, de peões e prendas filiados ao MTG-SC, desde que portadores da Identidade Tradicionalista;

V – É também proibida a cobrança tanto para ingresso quanto para estacionamento em locais onde realizarem-se promoções tradicionalistas, de caminhões, reboques, automóveis e similares, desde que vinculados aos participantes do evento, na razão de no mínimo dois veículos, sendo um grande e um pequeno, por CTG, Piquete ou Equipe;

VI – Ambulatório para assistência médica de urgência com médico ou para-médico, equipe de enfermagem, material e equipamento de primeiros socorros, além de transporte para eventuais necessidades de deslocamentos de pessoas para estabelecimentos médicos especializados;

VII – Destacar prepostos para ficarem responsáveis pelas mais diversas áreas, equipes técnicas de trabalho veterinário, assim como animais suficientes para cada modalidade de prova a ser desenvolvida;

VII. a – O gado a ser utilizado nas provas de laço terá que ter aspas com comprimento mínimo de 10 cm;

VII. b - Excepcionalmente será permitido o uso de “aspas artificiais” e/ou “cabrestos” em animais mochos, desde que ofereçam plenas condições de laço e sejam aprovados pela Comissão Julgadora, que em caso de dúvida desclassificará o animal. O MTG-SC dispõe de modelo adequado, apresentado e aprovado na Convenção realizada em 30.05.2007;

VIII – Amplas condições de iluminação e som de qualidade em todos os locais;

IX – Cumprir rigorosamente o regulamento que será apresentado aos convidados, acompanhando e/ou integrando o convite e programação da festividade;

X – Obedecer com exatidão a programação previamente divulgada, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior, situações em que os inscritos deverão ser prévia e pessoalmente comunicados das modificações a serem efetuadas.

XI – Cumprir previamente, até no máximo a data prevista para o início do evento, todas as exigências impostas pela Portaria 002/2007/PC/GEFIJ-DGPC-SC, de 03.09.2007, cuja íntegra deverá ser obtida junto a Delegacia de Polícia responsável pela emissão do correspondente alvará de licença para a realização do evento, e bem assim, todas as demais disciplinamentos legais que a sucederem.

XII – Incluir no convite e programa, assim como efetivamente fazer cumprir, observação de que será sumariamente eliminado do evento e/ou impedido de participar de qualquer de suas competições, aquele que for flagrado maltratando animais, quaisquer que sejam (surrar montaria; gado, etc...). (v. arts. 28 e 33) - (MOÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS NA XXIII CONVENÇÃO TRADICIONALISTA, DE 01.06.2011).

XIII – Fazer observar e cumprir a proibição de execução quer no sistema oficial de som, quer nos bailes, barracas e shows, de musicas que não aquelas tipicamente gauchescas nativistas e afins, entendendo-se como tal todas aquelas variações dedicadas aos costumes, cultura, enfim, ao cotidiano e a própria vida do homem do campo. (MOÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS NA XXIII CONVENÇÃO TRADICIONALISTA, DE 01.06.2011).

CAPÍTULO VI

DOS PARTICIPANTES

Artigo 10 - Dos eventos poderão participar como concorrentes:

I – Dentro dos limites territoriais do Estado de Santa Catarina, todas as pessoas vinculadas a alguma entidade filiada ao MTG-SC, desde que detentoras de Carteira de Identidade Tradicionalista, e que não estejam sujeitas a impedimentos decorrentes tanto de eventuais situações punitivas, quanto de pendências financeiras perante o referido MTG;

I.a - É terminantemente proibida a participação de entidades tidas como “paralelas”, assim como de pessoas a elas vinculadas;

I.b - Fica proibido aos integrantes de CTG's e/ou entidades filiadas ao MTG-SC, de participarem de eventos em canchas consideradas clandestinas, quando houver algum evento oficial na sua região ou região vizinha;

II – Nas promoções de caráter interestadual, além das mencionadas no inciso “I” acima, também aquelas que representem entidades afins de outros Estados, ou que oficialmente representem Municípios;

III – Nos eventos de caráter internacional, as representações oficiais de entidades afins e dos respectivos países, devidamente filiadas a CITG, além daquelas mencionadas nos incisos anteriores.

IV – É absolutamente proibida a qualquer pessoa vinculada a alguma entidade filiada ao MTG-SC, de manter também vinculação paralela com entidades filiadas a MTG's de outros Estados da Federação.

Artigo 11 - Será impedido de participar de qualquer prova, concurso ou demonstração, aquele que:

I – Não estiver usando o traje gaúcho, isto é, bota, bombacha, camisa, guaiaca ou rastra cinturão ou tirador, lenço e chapéu, conforme artigo 12 inciso I, deste Regulamento;

II- Ficam proibidas as participações nos eventos tradicionalistas em Santa Catarina, de entidades que embora filiadas em MTGs de outros Estados, tenham sede e jurisdição em nosso Estado.

Artigo 12 - Os participantes em todas as modalidades de provas, concursos ou demonstrações, deverão apresentar-se devidamente pilchados, assim como os seus cavalos deverão estar adequados e corretamente encilhados, observados as especificações que se seguem:

I – Indumentária:

I.a - CHAPÉU de feltro ou pele de lebre, com abas a partir de 6 cm, com a copa de acordo com as características regionais podendo ser do tipo maidana; Barbicacho é de uso opcional, quando usado deverá ser de couro, metal, ou couro e metal, ou tipo Maidana..

I.b - LENÇO em cores sóbrias, e que deverá manter-se visível por fora da camisa.

I.c – CAMISA estilo social com mangas longas ou curtas, com colarinho e botões na parte frontal, em cores sóbrias, sendo vedado o uso de camiseta e camisa modelo pólo;

I.d – BOMBACHAS que deverão seguir padrões sóbrios, sendo proibidas apenas aquelas excessivamente justas (apertadas) que destoem dos padrões consagrados pelos usos e costumes, ao longo dos tempos.

I.e – FACA na cintura, ESPORAS e TIRADOR são de uso opcional, a critério exclusivo de cada participante;

I.f – BOTAS exclusivamente de couro, assim como GUAÍACA, RASTRA ou CINTURÃO, são de uso obrigatório, salvo no caso de opção pelo uso do TIRADOR.

II – ENCILHAS

II.a – Xergão ou baxeiro, feitos de lã natural;

II.b – Carona de couro ou sola em ambos os lados, podendo ser forrada de couro ou feltro;

II.c – Arreios dos tipos basto, lombilho, serigotes e serigotes-cela, com basteiras de couro ou feltro;

II.d – Travessão e látigos feitos de couro cru ou sola; com a barrigueira de algodão, crina ou couro torcido, com as tramas em algodão ou couro;

II.e – Pelego ou coxinilho nas cores branca, preta, marrom, sempre sem tingimento; II. f – Badana, embora de uso opcional, se for usada deverá ser em couro;

II. g – Sobrecincha e láticos, sempre de couro cru ou sola;

II.h – Barrigueira da sobrecincha, confeccionada de algodão, crina ou couro torcido, com as tramas em seda ou couro;

II.i - Laços, confeccionados com couro cru, não podendo ser emborrachados ou ainda revestidos de fitas plásticas, podendo ser pintados nas cores preta ou marrom, desde que se visualize a trança. Fica a critério de o laçador manter ou não o laço apresilhado na montaria. No entanto, caso opte por mantê-lo desapresilhado, não poderá largá-lo da mão, permitindo que caia no chão, antes de ser validada sua armada pela Comissão Julgadora, sob pena ser decretada nula, excetuadas apenas as situações previstas nos §§ 6º e 8º do art. 47;

II. j – Loro de couro, podendo conter reforços internos, inclusive sintético;

II.k – Estribos, de ferro, aço inoxidável, latão, alumínio, bronze, prata, alpaca, osso ou chifre, podendo ser retovados com couro;

II.l – Rédeas, confeccionadas em couro, inclusive o de cabrito, lã, crina ou algodão, sem nenhum tipo de reforço interno que não seja destes materiais, nas cores branca, preta ou marrom, sendo que as de algodão na sua cor natural, sem tingimento. Não serão admitidas rédeas confeccionadas com quaisquer outros tipos de materiais, principalmente sintéticos.

II.m – Buçal com cabresto, peiteira e rabicho, peças tais que são de uso opcional. Porém, quando usadas, devem ser confeccionadas com observância das características dos demais materiais especificados nos incisos anteriores.

Parágrafo único – Excepcionalmente, em eventos onde intempéries climáticas justifiquem o uso de botas de borracha, a sua liberação fica a exclusivo critério da entidade promotora, desde que com anuência do Coordenador, se este estiver presente na ocasião.

Artigo 13 - Será levado ao conhecimento do MTG-SC, para que sejam tomadas as devidas providências, os nomes de participantes que se portarem de modo desrespeitoso ou desleal para com qualquer representante dos promotores do evento, comissão julgadora e autoridades tradicionalistas.

Parágrafo único: Quando da punição de tradicionalistas gaúchos, cabe ao respectivo CTG ou entidade filiada ao qual estejam vinculados, após formalmente noticiadas do veredicto, observar para que haja o rigoroso cumprimento da penalidade, sob pena de ficarem também sujeitos a punições pertinentes.

Artigo 14 - É proibido a qualquer integrante de um CTG ou outra entidade similar, participar de quaisquer atividades esportivas e oficiais representando outra congênere. Fica claro e inquestionável que suas atuações são incontornavelmente restritas àquela de sua vinculação perante o MTG-SC.

Artigo 15 - Todo integrante que obter a sua transferência de um CTG para outro ou para entidade similar, independentemente de região tradicionalista, deverá permanecer na nova vinculação pelo período mínimo de 01 (um) ano. No caso de pretender nova transferência

dentro deste lapso temporal, a mesma só será procedida pelo MTG-SC, mediante o pagamento de uma taxa pecuniária equivalente a 01 (um) Salário Mínimo vigente na ocasião, sendo que do total da taxa pecuniária, 50% (cinquenta por cento) deverá ser paga ao MTG/SC e 50% (cinquenta por cento) deverá ser paga diretamente ao CTG ou entidade similar que o pretendente estiver se desvinculando.

Artigo 16 - A instituição de Piquetes vinculados a CTG's configura-se em aspecto restrito a mais exclusiva decisão e responsabilidade de ambos, sem prejuízo, contudo, da necessidade de serem submetidos a devida legalização perante o MTG-SC, assim como do cumprimento de exigências, normas e disciplinamentos pertinentes dele emanados.

Artigo 17 - As entidades promotoras de eventos ficam obrigadas, sob pena de responsabilização cível e criminal de seus dirigentes, a impedir e/ou cancelar inscrições de participantes que apresentem visível estado anormal de comportamento, seja ele causado por consumo de bebidas alcoólicas em excesso; uso de substâncias entorpecentes; desequilíbrios emocionais; entre tantos outros aspectos que possam acarretar riscos a si próprios ou a outrem.

CAPÍTULO VII

DAS CATEGORIAS POR FAIXA ETÁRIA

Artigo 18 – Para efeito de oferecer melhores condições e equilíbrio de disputas entre concorrentes nas mais diversas modalidades de competições ficam estabelecidas divisões em Categorias tendo por parâmetro faixas etárias, assim definidas:

I. Piazinho - Vaca Parada - De 00 a 07 anos.

II. Piaquito- Vaca Parada - De 07 a 11 anos.

III. Bonequinha- Vaca Parada -De 00 a 07 anos.

IV. Prendinha- Vaca Parada -De 07 a 11 anos.

V. Prenda Mirim -De 07 a 12 anos.

VI. Prenda Juvenil –De 12 a 15 anos.

VII. Prenda Adulta- Com mais de 15 anos.

VIII. Piá -De 07 a 12 anos.

IX. Guri -De 12 a 15 anos.

X. Rapaz-De 15 a 18 anos.

XI. Peão- Com mais de 15 anos.

XII. Veterano -De 60 a 70 anos.

XIII. Vaqueano - Com mais de 70 anos.

1º - As idades das modalidades e categorias para o Rodeio Nacional de Campões serão as que constam no Regulamento Campeiro da CBTG.

2º : A participação de menores de 07 (sete) anos, somente é permitida na modalidade Laço Vaca Parada.

3º : Para poder ser Patrão de CTG terá que ter idade mínima de 18 (dezoito) anos. Para poder ser Patrão de Piquete terá que ter idade mínima de 16 (dezesesseis) anos.

4º - Os Vaqueanos de entidades diferentes poderão formar equipes com inscrição gratuita.

CAPÍTULO VIII

DAS INSCRIÇÕES

Artigo 19 – A Carteira do MTG-SC é o documento oficial de Identidade Tradicionalista.

1º – O MTG-SC emitirá a Identidade Tradicionalista dos componentes dos CTG's mediante requerimento dos respectivos Patrões Gerais, acompanhado da documentação necessária, a seguir relacionada, e do pagamento de taxas correspondentes, na forma estipulada pela Diretoria:

a.1 - Cópia da Identidade Civil (RG),acompanhada de comprovante de residência;

a.2 - Cópia do CPF. (se o número não constar na RG);

a.3 – Duas fotos atual tamanho 3 x 4, com camisa social e lenço no pescoço, de sem chapéu ou qualquer outro tipo de cobertura;

a.4 – Preenchimento de formulário cadastral conforme modelo fornecido pelo MTG/SC, firmado EXCLUSIVAMENTE pelo Patrão da entidade autorizando a filiação.

a.5 - Em nenhuma hipótese, serão confeccionadas Identidades Tradicionalistas sem a apresentação dos documentos constantes dos itens acima ou mesmo diante da apresentação de outros documentos.

b - Para a substituição da Identidade, em razão da transferência do interessado para outra entidade filiada:

b.1 – Documento autorizando a liberação do interessado, firmado pelo Patrão Geral da entidade da qual está se desligando, devidamente datado de forma clara e precisa, assim como também obrigatoriamente firmado pelo Patrão Geral da entidade para a qual irá transferir-se, e pelo Coordenador da respectiva Região. Referido documento de liberação e transferência terá validade improrrogável de 20(vinte) dias contados da data em que for emitido, prazo em que deverá dar entrada na Secretaria do MTG/SC, sob a mais inteira e solidária responsabilidade do interessado e da nova entidade para a qual irá vincular-se. Vencido tal lapso de tempo, será irremediavelmente considerado inútil e compulsoriamente recusado, não se prestando mais para qualquer finalidade perante o MTG/SC, assim como também para todas as entidades a ele vinculadas. (MOÇÃO DECORRENTE DA RESOLUÇÃO02/2011 DO MTG/SC, E APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS NA XXIII CONVENÇÃO TRADICIONALISTA, DE 01.06.2011).

b.2 - Anexação da via original da Identidade a ser substituída;

b.3 - Duas fotos atual, tamanho 3 x 4, pilchado ou de camisa social e sem chapéu;

2º – Para emissão de 2 a. via da Identidade Tradicionalista, o interessado deverá apresentar, juntamente com o requerimento para tal finalidade, BO (boletim de ocorrência) emitido por Delegacia Polícia do seu domicílio, dando conta do que possa ter havido com o documento anterior. Ainda, se a pretensão da 2 a. via for encaminhada antes de completado 01 (um) ano da emissão do documento desaparecido, o interessado estará obrigado a recolher previamente aos cofres do MTG-SC, uma taxa em valor correspondente a 5% do Salário Mínimo vigente na ocasião.

3° – No ato da inscrição bem como quando solicitado pela entidade Promotora do Evento, pela Comissão Julgadora ou pelo Coordenador Regional é OBRIGATÓRIA a apresentação da Identidade Tradicionalista do interessado.(14ª Convenção Tradicionalista em 14.06.2013).

4° – Para a realização de inscrições de Patrões de Piquetes e de outras entidades similares, que por sua vez ficam condicionadas e vinculadas às inscrições das respectivas duplas e/ou equipes, é também absolutamente indispensável a apresentação da Identidade Tradicionalista.

5° – Apenas e exclusivamente aos Patrões de CTG's é conferida a prerrogativa de participar de prova de laço específica para tal categoria, mesmo que nenhuma dupla ou equipe de sua entidade esteja participando do evento, tudo sem prejuízo da obrigatoriedade de exibição da Identidade Tradicionalista no ato da inscrição, ou a do Capataz que eventualmente estiver substituindo-o, na forma prevista no parágrafo sexto adiante.

6° - Nas provas de laço destinadas a Patrões de CTG's, estando os titulares ausentes do evento, ou mesmo presentes, porém, sem que estejam participando de qualquer outra modalidade de competição prevista na programação, poderão ser representados pelos respectivos Capatazes, prerrogativa esta que não é aplicável, sob qualquer hipótese, para as provas destinadas a Patrões de Piquetes, eis que vedada suas substituições por quem quer que seja.

7°– Quando da inscrição da equipe, deverá ela estar completa, ou, excepcionalmente, se ainda não o estiver com pelo menos 50% + 1 (nos casos de quartetos, quintetos ou mais) quando da primeira rodada de laço, deverá ter sua participação compulsoriamente suspensa pela comissão julgadora, devendo o fato ser imediatamente levado ao conhecimento do Coordenador da Região do evento para que adote as medidas aplicáveis à situação. (v. art. 38)

8° - É admitida, a exclusivo critério da entidade promotora do evento, a participação de convidados especiais nas provas de laço, devendo tal liberalidade ocorrer sempre no início ou no final das rodadas, de sorte a que não sejam utilizados os bovinos já embretados para os laçadores regulares, na ordem de suas inscrições.

Artigo 20 - Nas Festas Campeiras (Rodeios, Torneios, etc.), a quantidade de integrantes para a formação de equipes (duplas, trios, quartetos, quintetos, etc.), ficará a exclusivo critério da entidade promotora.

1° – Com exceção daquelas modalidades de provas cuja cobrança de inscrições é proibida, a entidade promotora poderá cobrá-las em relação a todas as demais, sejam individuais ou coletivas, sendo absolutamente proibidas reinscrições em qualquer daquelas identificadas como oficiais.

2° - Fica permitida a reinscrição em qualquer dia do evento nas laçadas não oficiais (duplas e trios), observados os seguintes ordenamentos:(15ª Convenção Tradicionalista de 26.03.2014).

3° –Em hipótese alguma e em nenhuma modalidade o competidor poderá disputar A FINAL COM DUAS VIDAS em qualquer dia do evento (15ª Convenção Tradicionalista de 26.03.2014)

4° – Entidade que permitir tal situação, AUTOMATICAMENTE estará suspensa das atividades tradicionalista no Estado de Santa Catarina independente de abertura de processo disciplinar. (Código Disciplinar e 15ª Convenção Tradicionalista de 26.03.2014)

I – A realização das modalidades tidas como opcionais ou alternativas não poderão ser desenvolvidas, sob qualquer hipótese, intermediando disputas obrigatórias do evento, significando que não poderão prejudicar e/ou retardar o cumprimento da programação normal;

II – As modalidades paralelas de que trata este Artigo deverão ser iniciadas e concluídas integralmente em etapa única, sem interrupções que possam transferi-las para outra oportunidade.

III - Em ocorrendo classificação para as finais de algum participante reinscrito em mais de uma composição, o mesmo terá que optar por continuar participando por apenas uma delas (uma vida), implicando assim na desclassificação automática das demais classificadas que o mesmo eventualmente integrar.

IV - A realização dessas modalidades tidas como opcionais ou alternativas não poderão ser desenvolvidas, sob qualquer hipótese, intermediando disputas obrigatórias do evento, significando que não poderão prejudicar e/ou retardar o cumprimento da programação normal;

V - As modalidades paralelas de que trata este Artigo deverão ser iniciadas e concluídas integralmente em etapa única, sem interrupções que possam transferi-las para outra oportunidade.

CAPÍTULO IX

DO TIRO DE LAÇO

Artigo 21 - A chamada dos concorrentes obedecerá a ordem das fichas de inscrição, entendendo-se aí tanto a inscrição por equipes quanto a ordem dos participantes dentro das mesmas.

Artigo 22 – Ao ser chamado, o concorrente que não estiver presente perderá o direito de participar da rodada em disputa, mantido, porém, o direito de participar nas rodadas seguintes, salvo se a entidade promotora entender por relevar o fato, caso em que somente poderá ser recuperada a armada ao final da série que estiver sendo realizada.

Parágrafo único – É prerrogativa dos participantes que integram a Diretoria Executiva do MTG-SC, assim como os Coordenadores Regionais, postular a antecipação ou retardamento de suas armadas em eventos tradicionalistas.

Artigo 23 – O laçador poderá escolher o lado do brete de largada, conforme sua preferência.

Artigo 24 – Em qualquer categoria, com exceção dos piás e prendas mirim, os concorrentes serão obrigados a conferir a armada cada vez que forem laçar, se a entidade promotora assim entender necessário;

Artigo 25 – A entidade promotora do evento poderá, nas finais das modalidades de laço, decidir que os competidores não deverão bolear o laço antes da marca do 20 (vinte) metros, após ser solta rês, não devendo sair na frente da mesma e nem deixar de persegui-la após o pedido de soltura.

Artigo 26 – Após a rês sair do brete, cabe somente a Comissão Julgadora determinar se a mesma se prestou ou não para o desenvolvimento desejável para a laçada.

Artigo 27 – A rês deverá ser laçada somente pelas aspas, observada as seguintes condições:

I - A armada que cair diretamente no pescoço será imediatamente considerada nula, não sendo admitido qualquer outro recurso do laçador para reverter a situação;

II - Só será válida a armada se o laço estiver totalmente cerrado antes da rês entrar no brete de chegada;

III – Nas situações em que entrar perna, mão e/ou formar focinheira, embora saia posteriormente, a armada será sumária e imediatamente decretada nula; enquanto que na armada em que a rês apenas pisar em cima (ponta do casco ou unha), mas sair naturalmente será considerada válida;

IV - Será válida a armada que, lançada sob efeito que resulte em duas ou mais voltas em torno dos dois chifres da rês, ou que forme um “oito”, esteja indubitavelmente cerrada quando o animal adentrar ao brete de chegada.

V – A armada deverá obrigatoriamente que ser lançada, sendo considerada nula aquela que de alguma forma, acidentalmente ou não, for apenas enganchada nas aspas da rês;

VI – Em todas as modalidades e categorias, ao lançar o laço o participante não poderá reter rodilhas na mão.

VII – Em ocorrendo que a rês venha a pular obstáculos (pneus, latões ou similares), colocados próximos do limite dos cem metros e destinados a fazê-la afastar-se da cerca para facilitar o aproveitamento da armada, poderá a Comissão Julgadora determinar que seja destinado outro bovino ao concorrente, isto desde que o mesmo não tenha lançado o laço e independentemente de ter ultrapassado ou não o referido limite da cancha;

Artigo 28 – O lançador que golpear secamente a rês terá sua armada anulada, sempre a critério da Comissão Julgadora, sujeitando-se, inclusive, a ser punido com a eliminação para o restante das provas do evento. (v. art. 9 – inciso XIII c/c art. 33)

Artigo 29 – O cavalo deverá estar totalmente dentro da raia delimitada na respectiva cancha, quando do ato de lançamento da armada pelo participante, sendo que a rês poderá já ter ultrapassado referido limite.

Artigo 30 – Será considerada como concluída e nula a armada nos casos em que o cavalo alcançar (queimar) a raia delimitada, mesmo que não chegue a ultrapassá-la totalmente, e ainda mesmo que a rês tenha permanecido dentro do referido limite.

Artigo 31 – (NOVA REDAÇÃO decorrente da PORTARIA 001/2010 – Homologada na XXII CONVENÇÃO TRADICIONALISTA, DE 26.05.2010) - o lançador que praticar a

campeireada antes da rês entrar no brete terá sua armada valida, mas para isso não poderá encolher o laço que deverá permanecer na distância em que foi lançado.

1° - A campeireada é admitida somente nas situações em que a armada:

- a) Atingir somente uma das aspás da rês;
- b) Saltar posteriormente para apenas uma das aspás; c) Entrar na garupa da rês;
- d) passar por debaixo da cola da rês (rabicho);
- e) Prender de alguma forma ao sedenho da cola da rês;

2° – A campeireada nas situações permitidas deverá ser realizada dentro do tempo de 3 (três) minutos.

Artigo 32 – (NOVA REDAÇÃO decorrente da PORTARIA 001/2010 – Homologada na XXII CONVENÇÃO TRADICIONALISTA, DE 26.05.2010) – não será válida a armada de concorrente que perder qualquer objeto de uso campeiro dentro da cancha até a entrada da rês no brete.

1° - Nas situações em que o cavalo venha a cair com o laçador independente do laçador não perder o domínio do cavalo, deverá a comissão assim proceder: (14ª Convenção Tradicionalista em 14.06.2013)

I – Validar a armada, se tiver cerrado ou venha cerrar;

II – Repetir a rês, caso a armada não tenha ainda sido lançada;

2° - Se para evitar algum acidente iminente, o laçador tiver que cinchar bruscamente a rês, mesmo que golpeando-a ou não, assim como se tiver alguma consequência disso decorrente, como ruptura do laço, presilha ou cinchão, a sua armada será considerada válida.

Artigo 33 – O peão que maltratar/surrar a rês, o seu equino ou animal existente no ambiente do evento, será impedido de participar de qualquer competição, assim como terá sumariamente cancelada qualquer inscrição que já tenha efetuado, sujeitando-se, inclusive, a ter que se retirar do local. A mesma punição deverá ser aplicada a eventuais pessoas que não

estejam participando das provas do evento. (v. art. 9 – inciso XIII c/c art. 28) (MOÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS NA XXIII CONVENÇÃO TRADICIONALISTA, DE 01.06.2011).

Parágrafo Único: Se os atos de que trata este artigo acontecerem no decorrer de provas de laço, a punição acarretará também na compulsória anulação da armada, mesmo que tenha sido positiva.

(MOÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS NA XXIII CONVENÇÃO TRADICIONALISTA, DE 01.06.2011).

Artigo 34 – Será anulada a armada que tenha sido objeto de interferência positiva por parte de qualquer outro competidor, seja da mesma equipe ou não, notadamente naquelas situações em que alguém atravessa o cavalo no brete de chegada para impedir o acesso da rês e consequentemente auxiliar na eliminação de dificuldades que estejam atrapalhando o laçador da vez.

Artigo 35 – Um mesmo cavalo não poderá ser utilizado por mais de um laçador da mesma equipe, salvo nos casos de serem elas formadas a partir de quintetos, e desde que o seja pelo primeiro e o último componente.

Artigo 36– A Comissão Julgadora é soberana em suas decisões, sendo terminantemente vedado a qualquer participante dirigir-se à mesma, com exceção dos Patrões de CTG's e, na ausência destes, pelo Capataz, ou ainda, na ausência de ambos, pelo primeiro dos componentes da equipe.

Artigo 37 – a entidade promotora poderá participar das competições, assim como disputar prêmios.

Artigo 38 – Fica terminantemente proibida a inscrição para a participação de laçadores excedentes, além da quantidade estabelecida no convite e programa do evento (popularmente chamada laçada do quinto ou sexto homem para concorrer pelo individual), prevalecendo assim a regra estabelecida no parágrafo sétimo do Artigo 19 deste Regulamento.

Artigo 39 – Fica a critério de cada região, por consenso entre o Coordenador Regional e a entidade promotora, a permanência ou não de laçadores dentro da cancha de laço durante as disputas.

Artigo 40 – É vedado ao Coordenador da Região Tradicionalista onde está sendo realizado o evento, agregar atribuições diversas daquelas inerentes às suas funções regulamentares, tais como narração, julgamentos e outras atividades.

Artigo 41 – A entidade promotora obriga-se a observar e fazer cumprir exigência de que Narradores de quaisquer modalidades de competição, Juízes, assim como qualquer outra pessoa que venha a exercer qualquer função oficial relacionada ao evento, estejam adequadamente pilchados, nos moldes constantes do inciso I do art. 22 deste Regulamento, no que couber. (v. tbem art. 11 – incisos I e II).

Artigo 42 – Para o julgamento das laçadas em todo o Estado de Santa Catarina, a bandeira vermelha designa a armada positiva ou válida, a bandeira branca correspondente a armada negativa ou anulada, enquanto que as duas bandeiras agitadas simultaneamente representam sinal de alerta e/ou interrupção momentânea da disputa. Idêntica regra aplica-se nos casos em que são utilizados sistemas elétricos, com lâmpadas vermelhas e brancas.

Artigo 43 – A modalidade Laço Individual realizada para a apuração do melhor laçador do evento (restrita aos participantes que validaram as suas três armadas na principal modalidade coletiva de laço), a entidade promotora, se fizer constar no convite/programa, poderá substituí-la pela modalidade Braço de Ouro (restrita aos participantes que alcançarem a primeira colocação nas modalidades de laço), a saber: Laço Patrão de CTG; Laço patrão de Piquete; Laço Equipe; Laço Piá; Laço Guri; Laço Prenda Mirim; Laço Prenda Juvenil, Laço Prenda Adulta; Laço Pai e Filhos; Laço Pais e Filhas; Laço Veterano, Laço Vaqueano; Laço MTG/SC; Laço Troféu Cidade; e Laço Dupla Embutida. Executam-se, independentemente da vontade da entidade promotora, outras modalidades consideradas como alternativas.

Artigo 44 – "O Laçador que se classificar mais de uma vez para a MODALIDADE BRAÇO DE OURO, disputará a modalidade com apenas uma classificação"(14ª. Convenção Tradicionalista em 14.06.2013).

Artigo 45 – Nos eventos em que a modalidade laço equipe contemple também disputas com duplas embutidas, a entidade que pretender participar com apenas uma dupla ficará isentada do pagamento integral estabelecido para inscrição da equipe completa, bastando que pague tão somente a quantia complementar estabelecida para a inscrição da dupla.

Artigo 46 – No evento em que para a modalidade de Laço Equipe for estabelecida a cobrança de valores que ultrapassem o percentual de 5% (cinco por cento) do salário mínimo, por integrante, a entidade promotora obrigar-se-á ao desmembramento da modalidade em pelo menos duas categorias, a serem designadas de “Força A”, “Força B” e assim sucessivamente. Na inscrição para a “Força A” é livre o estabelecimento do valor a ser cobrado, assim como também em relação as premiações. Já na “Força B”, se não houver outra opção sucessiva, a inscrição por peão não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) do valor de um salário mínimo, assim como a premiação a ser oferecida não poderá ultrapassar o montante equivalente a um salário mínimo.

1º: Na categoria “Força B”, assim como nas demais sucessivas, quando ocorrerem, as disputas finais encerrar-se-ão quando restarem no máximo 3 (três) equipes classificadas, sendo que a premiação será dividida igualmente entre elas, independentemente da ordem de classificação que será feita por sorteio a cargo da entidade promotora.

2º: Fica a exclusivo critério e responsabilidade da entidade promotora adotar outro critério para solução dos aspectos estabelecidos no parágrafo primeiro acima, devendo, para tanto, fazer com que conste do convite e programa do evento.

Parágrafo terceiro: É vedada a inscrição de qualquer participante em mais de uma das categorias previstas neste Artigo.

Artigo 47 – O tamanho da armada será de acordo com a faixa etária de cada participante, nas formas especificadas nos parágrafos que se seguem:

1º – Para efeito de competições de laço envolvendo adultos, as armadas deverão medir oito (8) metros de circunferência, com 4 (quatro) rodilhas de no mínimo 25 (vinte e cinco) centímetros de diâmetro, sendo que o laçador não poderá reter nenhuma das rodilhas na mão no ato de atirar o laço.

2º – Excetuam-se da norma estabelecida no parágrafo primeiro acima, os participantes que se enquadrarem nas condições excepcionadas previstas no art. 44 (detentores de limitações físicas), e no § 6º, do art. 48 (amputados), hipóteses em que poderão participar em quaisquer competições de laço com armadas nas dimensões estabelecidas naquele dispositivo.

3º – Na Categoria Vaqueanos, a armada poderá medir qualquer tamanho, com 4 (quatro) rodilhas com diâmetro livre, sendo que não poderá ser retida nenhuma das rodilhas na mão quando do ato de atirar o laço. A prerrogativa aqui estabelecida prevalece também para participação em toda e qualquer outra disputa de laço.

4º – Na Categoria Veteranos, a armada deverá medir no mínimo 7 (sete) metros de circunferência com 4 (quatro) rodilhas de no mínimo 25 (vinte e cinco) centímetros de diâmetro, sendo que não poderá ser retida nenhuma das rodilhas na mão quando do ato de atirar o laço. A prerrogativa aqui estabelecida prevalece também para participação em toda e qualquer outra disputa de laço.

5º – Na Categoria Guris, a armada medirá no mínimo 6 (seis) metros de circunferência com no mínimo 3 (três) rodilhas com diâmetro livre, sendo que não poderá ser retida nenhuma das rodilhas na mão no ato de atirar o laço. A prerrogativa aqui estabelecida prevalece também para participação em toda e qualquer outra disputa de laço.

6º – Na Categoria Piá e Prenda Mirim, a armada será com diâmetro livre, com no mínimo 3 (três) rodilhas de tamanho igualmente livre, sendo que não poderá ser retida nenhuma das rodilhas na mão no ato de atirar o laço, que deverá estar, obrigatoriamente, desapresilhado (v. parte final do inciso II.i do art. 12). A prerrogativa aqui estabelecida prevalece também para participação em toda e qualquer outra disputa de laço.

7º - Na categoria Prenda Adulta a armada medirá no mínimo 6 (seis) metros de circunferência, com 4 (quatro) rodilhas com diâmetro livre, sendo que não poderá ser retida nenhuma das rodilhas na mão no ato de atirar o laço. A prerrogativa aqui estabelecida prevalece também para a participação em toda e qualquer outra disputa de laço.

8º – Nas Categorias Prendinhas e Bonequinhas, a armada será com diâmetro livre, com no mínimo 3 (três) rodilhas de tamanho igualmente livre, sendo que não poderá ser retida nenhuma das rodilhas na mão no ato de atirar o laço, que deverá estar, obrigatoriamente,

desapresilhado (v. parte final do inciso II.i do art. 12). A prerrogativa aqui estabelecida prevalece também para participação em toda e qualquer outra disputa de laço.

9º - Nas categorias Pai e Filhos e Pais e Filhas poderão ser feitas tantas inscrições quanto sejam os filhos (as) que participarão. Na eventualidade de classificarem-se para a rodada final apenas duplas formadas pelo mesmo pia(s), com filhos (as) distintos, não haverá disputa, devendo a premiação ser destinada aos classificados, e a ordem de classificação será realizada por sorteio a cargo da entidade promotora.

10º - Na categoria Pais e Filhos, Pai e Filhas são admitidos à formação das duplas, independentemente de serem seus integrantes filiados ou não na mesma entidade.

11º - Na categoria Pais e Filhos tanto o pai quanto a mãe podem fazer inscrições separadas, com tantos quantos forem seus filhos participantes.

SEÇÃO I

DAS MODALIDADES DE DISPUTAS DE LAÇO

Artigo 48 – A entidade promotora do evento terá por obrigação a realização das seguintes modalidades, consideradas como oficiais pelo MTG-SC:

I. Laço Patrão de CTG;

II. Laço Patrão de Piquete;

III. Laço de Equipe (Dupla, Trio, Quarteto, Quinteto, etc.); IV. Laço Piá;

V. Laço Guri;

VI. Laço Prenda Mirim;

VII. Laço Prenda Juvenil;

VIII. Laço Prenda Adulta;

IX. Laço Pai e Filhos;

X. Laço pais e Filhas (Pai e Filha, Mães e Filha e Mães e Filho);

XI. Laço Avós e Netos (Avô e Neto(a) e Avó e Neto(a));

XII. Laço Veterano; XIII. Laço Vaqueano;

XIV. Laço MTG-SC (Diretoria do MTG-SC, Coordenadoria Campeira e Ex-coordenadores Campeiros e Artísticos e Departamento Campeiro;

XV. Laço Vaca Parada (Piazinho, Piazito, Bonequinha e Prendinha).

1º – As modalidades I, II, V, VII, VIII, IX, X, XI, e XIV, poderão ser de caráter eliminatório, a critério da entidade promotora. Para as Modalidades III, IV, VI, e XII, XIII e XV, será obrigatório no mínimo três (3) armadas na fase classificatória.

2º – As modalidades de caráter obrigatório relacionadas neste artigo deverão ser realizadas nos dias de sábado e domingo, salvo quando for feriado nacional na sexta ou na segunda feira do evento.

3º – Nos eventos cuja programação estabelecer seu início na 6a. feira, a modalidade Laço Patrão de Piquete poderá também ser iniciada em tal dia, porém, apenas para efeito classificatório, devendo prosseguir no sábado com outra etapa também classificatória, sendo que as disputas finais poderão ser concluídas no mesmo sábado ou outro dia, a critério da entidade promotora. Tais aspectos necessariamente terão que estar especificados no convite e programa do evento.

4º - Nas modalidades I, IV, VI, VII, XII, XIII, XIV, e XV, é vedada a cobrança de inscrição dos participantes.

5º - Nas modalidades Oficiais de laço poderá participar com isenção de cobrança de inscrição, o participante que apresentar ausência de mão ou pé, desde que realizado os seguintes procedimentos:

I - obtenção de habilitação perante o MTG/SC, mediante requerimento encaminhado ao coordenador regional, que emitirá declaração confirmando a ausência de mão ou pé;

II - o MTG/SC fará constar a habilitação na Identidade Tradicionalista do beneficiado.

6º - Quando a disputa de qualquer modalidade de laço chegar ao total de 10 (dez) armadas, poderá a entidade promotora do evento decidir que a competição estará encerrada. A ordem dos vencedores será estabelecida através de sorteio sob a responsabilidade da comissão

julgadora. O resultado valerá para classificar o campeão de cada modalidade para a modalidade Braço de Ouro.

7º – Nas modalidades XII e XIII, as disputas deverão ser programadas para serem realizadas exclusivamente enquanto dia claro.

8º – Em qualquer das modalidades oficiais de laço as disputas não poderão iniciar-se antes das 8:00 horas e ultrapassar o horário de 24:00 horas. O laço equipe programado para o domingo deverá iniciar-se até às 11h 00 min. (14ª Convenção Tradicionalista em 14.06.2013).

9º – Na Modalidade Laço Equipes, é obrigatória a realização de três (03) armadas em sequência. Fica a critério de a Região Tradicionalista efetuar esta laçada com 4 voltas . (14ª Convenção Tradicionalista em 14.06.2013).

10º – Na Modalidade Laço MTG-SC (Diretoria do MTG-SC, Coordenadoria Campeira e Artística, Ex-Coordenadores Campeiros e Artísticos e Departamento Campeiro), excepcionalmente, poderá participar da modalidade representando o respectivo Coordenador no exercício de mandato vigente, desde que este não participe de nenhuma modalidade campeira do evento. Ressalta-se que tal prerrogativa é exclusiva para o cargo de Coordenador Campeiro ou Artístico, não alcançado, sob qualquer hipótese, ocupantes de quaisquer outros cargos e respectivos vices e ou substitutos de qualquer natureza.

SEÇÃO II

DAS LAÇADAS DE SELEÇÕES MUNICIPAIS E SELEÇÕES DE CTG'S

Artigo 49 – Para a laçada entre Seleções Municipais deverão ser observados, rigorosamente os seguintes critérios:

I – Todos os laçadores que compuserem uma Seleção Municipal deverão ser filiados em algum CTG do respectivo Município, não importando o lugar onde o componente possa residir ou manter seu domicílio;

II – No ato da inscrição deverão comprovar a filiação exigida, exclusivamente através da Carteira de Identidade Tradicionalista expedida pelo MTG-SC, assim como dispor e exhibir autorização explícita do Prefeito Municipal;

III – A Seleção que se apresentar em dissonância com o que estabelecem os incisos anteriores será compulsoriamente eliminada da competição;

IV – A entidade promotora e conseqüentemente responsável pela inscrição irregular de alguma Seleção ficará impedida de programar tal modalidade em seu próximo evento.

V – É absolutamente vedada a participação de mais de uma seleção representando um mesmo Município. Prevalecerá sempre a inscrição da Seleção que apresentar documento de oficialização por parte da Prefeitura Municipal.

Artigo 50 – Para a laçada entre Seleções de CTG's deverão ser observados, rigorosamente os seguintes critérios:

I – Cada Seleção deverá ser composta exclusivamente por laçadores do seu quadro de componentes;

II – É vedada a participação de mais de uma Seleção pela mesma entidade;

III - No ato da inscrição deverá comprovar a filiação de seus componentes, exclusivamente através da Carteira de Identidade Tradicionalista de cada um;

IV – Aa Seleção que se apresentar em dissonância com o que estabelecem os incisos anteriores será compulsoriamente eliminada da competição, obrigando-se a entidade promotora a levar o fato ao conhecimento do MTG-SC.

CAPÍTULO XI

DA PROVA DE GINETEADA

Artigo 51 – Preferencialmente serão fornecidas pela entidade promotora as esporas utilizadas pelos ginetes quando da realização da prova. É proibida, em qualquer hipótese, o uso de esporas tipo nazarenas, assim como qualquer outra variação que tenha a roseta travada ou que se trave (acampanada).

Artigo 52 – A gineteada será em pelo e os ginetes poderão utilizar um tento no pescoço do animal para auxiliar a fixação, não podendo asfixiá-lo.

Parágrafo único - Para surrar o animal é lícita aos ginetes a utilização apenas e tão somente de mango de sedenho, pala ou lenço, sendo-lhes vedada a utilização de qualquer outro tipo de mango, relho ou qualquer outro objeto.

Artigo 53 – Os cavalos serão sorteados na presença dos ginetes, assim como de algum preposto credenciado pela entidade promotora, tudo sob o acompanhamento de um Dirigente do MTG-SC, sendo que a ordem de montada seguirá a mesma da entrada do animal no brete, salvo convencionado em contrário por consenso unânime entre os participantes, entidade promotora e representante do MTG-SC.

Artigo 54 – O ginete, ao ser chamado, deverá estar pronto para montar, sob pena de ser desclassificado.

Artigo 55 – A Comissão Julgadora poderá determinar que os ginetes montem tantas vezes quantas forem necessárias, para efeito de classificação.

Artigo 56 – A Comissão Julgadora, para efeito de pontuação observará:

I – Posição e estilo do ginete

II – Desempenho do animal

III – Tempo de preparo do ginete (2 minutos) IV – Uso e emprego das esporas

1º – A Comissão Julgadora terá por base as notas de um (1) a cinco (5), valendo-se dos décimos para efeito de totalização e consequente classificação, sendo que não poderá haver rasuras nas planilhas. Deverá também somar as notas e divulgá-las aos ginetes antes da segunda montaria. Referido colegiado deverá ser o mesmo que iniciou os julgamentos e, para a classificação, deverá ser feita a somatória de todas as notas do participante.

2º – A Comissão Julgadora é soberana em suas decisões, que serão irrecorríveis, competindo-lhe ainda dirimir situações imprevistas.

Artigo 57 – Os ginetes ou, se for o caso, seus representantes legais, deverão assinar um termo específico, assumindo toda e qualquer responsabilidade e consequências de ordem legal que possam advir da sua participação no evento, delas isentando, em caráter irrevogável e

irretratável, a entidade promotora assim como também o MTG-SC. Para tanto, deverão estar de posse do seu RG, além da respectiva Identidade Tradicionalista.

Parágrafo único – É terminantemente proibido a inscrição de ginete que não possua ou não apresente na Secretaria a sua Carteira de Identidade Tradicionalista, comprovando sua vinculação a alguma entidade filiada ao MTG (v. §§ 1o., 3o. do art. 19 c/c Art. 10 e seus incisos).

CAPÍTULO XII

DA PROVA DE PEALO

Artigo 58 – A prova de Pealo será disputada em três modalidades, a saber:

I – Bolcado,

II – Paleta,

III – Sobre Lombo.

1º – As três modalidades serão realizadas a pé, podendo apenas a de Sobre Lombo ser realizada a cavalo, a exclusivo critério do participante;

2º – Em cada prova participarão 2 (dois) pealadores por entidade;

3º – É livre o tamanho da armada, devendo conter no mínimo uma rodilha;

Artigo 59 – Para as provas de Pealo o gado deverá ter idade máxima de sobre ano e será largada uma rês para cada participante da vez, em cada rodada.

Artigo 60 – Será obrigatório o uso de tirador na indumentária do concorrente, nas modalidades que forem realizadas a pé.

Artigo 61 – Só será válido o pealo que cerrar nas duas patas dianteiras, derrubando a rês.

Parágrafo único: Em caso de arrebentar o laço, só será válido o Pealo se o concorrente apertar a rês antes dela levantar-se.

CAPÍTULO XIII

DA PROVA DA CURA DO TERNEIRO

Artigo 62 – A prova da Cura do Terneiro consiste em laçar, derrubar e curar o terneiro no menor lapso de tempo possível observado as seguintes normas:

I – Será realizado na mesma pista (cancha) oficial destinado para as disputas de laço;

II – Terá que ser observada armada com no mínimo 6 (seis) metros de circunferência e 3 (três) rodilhas com diâmetro livre, sendo que o laço utilizado não poderá ser de tamanho inferior a 10 metros;

III – Será válida somente a armada cerrada no pescoço do terneiro.

1º: O Juiz acionará o cronômetro no instante em que o terneiro sair do brete, só paralisando-o no momento em que o participante levantar os dois braços simbolizando a cura, ato que só poderá ser feito e validado depois de imobilizado o animal, maneado com suas quatro patas juntas, e ter o seu umbigo tocado pela mão do concorrente;

2º: Será considerado vencedor aquele que completar a prova com o menor tempo;

Artigo 63 – Os terneiros para realização das provas deverão ter no máximo, 90 (noventa) dias e peso máximo de até 120 kg.

CAPÍTULO XIV

DA PROVA DE RÉDEAS

Artigo 64 – São duas as modalidades para as Provas de Rédeas, uma designada como Rédeas Cronômetro e a outra designada como Rédeas Desafio, sendo que ambas deverão ser realizadas em consonância com os respectivos percursos definidos nos mapas ns. 01 e 02 adiante reproduzidos, observados ainda, no que couberem, os seguintes critérios e condições:

I – Balizas de material rígido (ferro, madeira, bambu, fibra, etc.), com pontas em uma das extremidades ou afixadas em suportes para sustentação no solo em posição vertical, com altura mínima de 2 (dois) metros, e nas quantidades especificadas adiante para cada modalidade;

II – Pista em local adequado e com dimensões oficiais constantes dos mapas 01 e 02;

III – Comissão Julgadora composta por 06 (seis) Juízes, com pleno conhecimento das provas à luz do presente Regulamento, sendo que somente eles, além do competidor da vez, poderão permanecer dentro dos limites da pista de competição;

IV – 02 (dois) cronômetros em perfeito funcionamento, sendo admitida a utilização de sistema fotoelétrico;

1° – A Comissão Julgadora deverá divulgar, através do sistema de som, a pontuação alcançada por cada competidor, imediatamente depois de concluída sua participação;

2° – Embora recomendável, fica a critério da entidade promotora a distribuição prévia aos competidores de exemplares do mapa e respectivo regulamento.

3° - Para a modalidade Rédeas Cronômetro são necessárias 13 (treze) balizas; enquanto que para a modalidade Rédeas Desafio são necessárias 27 (vinte e sete) balizas (18 para as disputas em duplas e mais 9 como reserva, já que evidente e previsível a ocorrência de etapas em que a disputa tenha que ser realizada entre três concorrentes).

4° – Em quaisquer das duas modalidades previstas, as disputas deverão ser realizadas separadamente, por categoria (vide art. 18) em que se enquadrarem os concorrentes, ficando a critério exclusivo da entidade promotora a inclusão de todas elas no evento ou realizá-las apenas para algumas.

5° – Independentemente da categoria em que estiver enquadrado o participante, será obrigatório o uso de laço devidamente atado nos tentos, de acordo com o uso normal no campo, ou seja, com rodilhas com no mínimo quarenta centímetros de diâmetro;

6° – Na fase final da modalidade Rédeas Desafio (quando da última disputa), ocorrer erro no percurso pelos dois (ou eventualmente três) concorrentes, serão considerados desclassificados, devendo haver repetição da disputa tantas vezes quantas forem necessárias.

7° – Um mesmo animal poderá ser montado por mais de um participante, desde que em categorias diferentes.

8° – Nenhum concorrente poderá participar em mais de um animal, na sua respectiva categoria.

9º - A Comissão Julgadora poderá determinar a reapresentação de um ou mais participantes, para efeito de classificação.

10º – Será desclassificado em qualquer das modalidades de provas de rédeas, o participante que:

I – Errar o percurso;

II – Fazer uso incorreto do laço;

III – Prejudicar o concorrente;

IV – Ficar na partida;

V – Usar gamarra no animal;

VI – Bater no animal.

SEÇÃO I

DA PROVA DE RÉDEAS CRONÔMETRO

Artigo 65 – A prova da modalidade Rédeas Cronômetro será realizada da seguinte forma:

I – O participante montado e postado dentro da área delimitada para o fim precípua de largada – chegada – recuo (§ 3º deste artigo) aguarda a ordem de largada;

II – O participante recebe a ordem de largada através do Juiz principal, ato em que concomitantemente é acionado o cronômetro, e segue o percurso da prova, na forma deste regulamento e do mapa 01, até a chegada, quando o cronômetro é batido (parado);

III – A cronometragem só será interrompida e o percurso considerado concluído, no exato momento em que o equino tocar com o peito no laço colocado na linha de chegada;

IV – A pontuação alcançada pelo participante será representada pela somatória do tempo utilizado para a conclusão do percurso da prova, acrescido das penalizações pelas infrações cometidas, quando for o caso;

1º – Os Juízes atuarão ficando dois deles no cronômetro e os demais nas balizas;

2º – Aos participantes deverá ser identificado o Juiz principal da prova, ao qual compete, entre outras responsabilidades atinentes ao assunto, a sua coordenação geral; a decisão final sobre eventuais impasses ou dúvidas; a autorização para as largadas dos competidores e determinação acerca da conclusão do percurso; sendo que sempre prevalecerá a cronometragem extraída do aparelho que estiver sob o seu manuseio, salvo se apresentar alguma falha, caso em que automaticamente será aproveitada a cronometragem feita pelo 2o. Juiz;

3º – A área de recuo consiste num quadrado de 5m x 5m, delimitado por quatro balizas, onde o participante deverá permanecer até que lhe seja autorizada a largada (inciso “I” acima), e onde também ocorrerá a chegada, quando terá que efetuar o recuo o animal por no mínimo 2 metros, após haver feito seu animal encostar o peito no laço (inciso “III” acima).

Artigo 66 – Serão acrescentados ao resultado da cronometragem, para apuração total da pontuação alcançada pelo participante, os tempos (segundos) correspondentes as penalizações por infrações cometidas, assim estabelecidas:

I – Batida em quaisquer balizas (de centro ou de cantos/externas) = 1 segundo por cada ocorrência,

II – Derrubar qualquer baliza = 2 segundos

III – Perder o estribo = 1 segundo por cada ocorrência

IV – Não tocar o peito do equino na linha final = 2 segundos

V – Não recuar o animal = 2 segundos

VI – Recuar fora da área própria = 2 segundos

SEÇÃO II

DA PROVA DE RÉDEAS DESAFIO

Artigo 67 – A prova da modalidade Rédea Desafio será disputada em etapas, nas quais 2 (dois) participantes concorrerão entre si, pelo critério eliminatório, podendo, eventualmente, algumas das etapas necessariamente serem realizadas com 3 (três) participantes.

1º – Será vencedor o participante que concluir primeiro o percurso da prova, conforme mapa n. 02, salvo se cometer falta que implique em sua desclassificação, hipótese em que seu concorrente será considerado o vencedor, se tiver concluído o percurso sem cometer falta que também impliquem em sua desclassificação.

2º – Se em qualquer das etapas da fase classificatória vier a ocorrer à desclassificação dos dois ou dos três concorrentes, a série não poderá ser repetida, excetuando-se dessa regra a etapa derradeira, pela óbvia necessidade de restarem apurados os vencedores finais.

3º - Se algum dos participantes postularem à Comissão Julgadora a terá que efetuar sorteio (cara ou coroa, ou outra forma), para que fique definida previamente a raia de percurso em que cada um realizará a prova. Não havendo postulação em tal sentido, a indicação das raias ficará a critério dos Juízes.

4º - As duplas e eventualmente, por exclusão, os trios concorrentes entre si, deverão ser formados com observância da ordem de inscrição feita através da Secretaria, independentemente de pertencerem a uma mesma entidade.

5º - Será desclassificado o participante que durante a realização da prova cometa alguma das seguintes infrações:

I – Errar o percurso (art. 64 - § dez - inciso I)

II – Fazer uso incorreto do laço (art. 64 - § dez - inciso II)

III – Prejudicar o concorrente (art. 64 - § dez – inciso III)

IV – Ficar na partida (art. 64 - § dez – inciso IV)

V – Usar gamarra no animal (art. 64 - § dez – inciso V) VI – Bater no animal (art. 64 - § dez – inciso VI)

VII – Derrubar qualquer das balizas que compõem a raia

CAPÍTULO XV

DA PROVA DE CHASQUE

Artigo 68 – Na Prova de Chasque cada equipe concorrente será representada por um conjunto de 5 (cinco) componentes, observadas as seguintes normas:

I – A prova deverá ser disputada em raia a ser demarcada por balizas em ambas as extremidades, devendo medir no mínimo 100 metros;

II - O objeto a ser transportado será uma mensagem escrita pelos organizadores do evento ou por uma autoridade tradicionalista, que deverá ser transportada dentro de um canudo de couro, devendo a mesma ser lida no final da competição;

III – A largada será autorizada mediante o aceno de uma bandeira ou chapéu, por parte de um dos membros da Comissão Julgadora.

IV – O participante que iniciará as corridas deverá manter-se apeado até o momento em que for autorizada a largada, assim como também deverá apeiar ao final do percurso, antes de proceder ao ato de repassar a mensagem para o próximo, que também deverá estar apeado até recebê-la, e assim sucessivamente até a conclusão da prova.

V – A mensagem não poderá ser atirada de um para outro participante. Terá que ser entregue mão a mão;

VI – A entrega/recebimento da mensagem de um para outro participante deverá ser procedida sempre após as balizas que delimitam a raia de corrida, sem que os dois envolvidos larguem seus cavalos, oportunidade em que não poderão receber qualquer auxílio de outros, sejam integrantes da mesma equipe ou terceiros;

VII - O mensageiro que deixar cair a mensagem deverá juntá-la sozinho, sob pena de desclassificação da equipe.

1º – Será considerada vencedora a equipe que por primeiro entregar a mensagem ao jurado de chegada.

2º – A entidade promotora terá que dispor de 12 (doze) balizas nos moldes das que são utilizadas na prova de rédeas, assim como três exemplares da mensagem e respectivos canudos.

3º – As disputas serão realizadas entre 2 (duas) equipes de cada vez, sendo previsível que em algumas situações forçosamente deverão ocorrer entre 3 (três) conjuntos;

4º - Será desclassificada a equipe que, através de qualquer um de seus membros, perderem alguma peça de seus aperos ou da sua pilcha, surrar o cavalo com a mensagem, assim como não segurá-lo pela alça da rédea, quando da entrega da mensagem ao seu companheiro ou ao Juiz.

5º - É obrigatório o uso de laço, atado nos tentos, com rodilhas de no mínimo 40 cm.

CAPÍTULO XVI

DA PROVA DE LAÇO VACA PARADA

Artigo 69 – A vaquinha para a disputa deverá ser de madeira, com aproximadamente 80 centímetros de comprimento, 60 centímetros de altura e 8 cm de aspas, com pernas de madeira e testeira compatível com tamanho da miniatura, devendo a mesma ser fornecida oficialmente pela entidade promotora do evento.

Parágrafo único - A pista poderá ser coberta ou ao ar livre, medindo 10x20 metros.

Artigo 70 – (NOVA REDAÇÃO APROVADA NA XXII CONVENÇÃO TRADICIONALISTA – 26.05.2010) - Para efeito de realização desta Prova, consideram-se duas categorias, uma específica para Piaquito e Prendinha-(8 a 11 anos - incisos IV e II do art. 18), e outra específica para Piazinho e Bonequinha- (0 a 7 anos – inciso III e I do art. 18), devendo os participantes em cada uma delas disputar conjuntamente entre si, sem distinção de sexo, ressalvada a prerrogativa prevista no parágrafo quinto deste artigo.

1º – Na categoria Piaquito e Prendinha perderão a armada o (a) participante que não respeitar a distância mínima de 2 metros para jogar o laço.

2º – Na categoria Piazinho e Bonequinha, o (a) participante poderá ter a distância reduzida para 1 metro, se assim o desejar, observada ainda a prerrogativa estabelecida no § 3º seguinte.

3º – Na categoria Piazinho e Bonequinha, o(a) participante com até dois anos (entendendo-se aí até o dia da véspera do aniversário de três anos), gozará de distância livre para lançar a armada, em qualquer fase da disputa.

4° - Para os desempates, que ocorrerão sempre por critério eliminatório, em ambas as categorias (Piazito/Prendinha e Piazinho/Bonequinha), haverá acréscimo de 01 (um) metro na distância normal, ressalvada a excepcionalidade estabelecida no § 3°. Acima.

5° – Poderão as disputas, excepcionalmente, serem realizadas separadamente, por sexo, ficando tal alternativo vinculado ao mais exclusivo critério da entidade promotora, e desde que haja quantidade suficiente de inscrições a justificá-la.

Artigo 71 - A armada terá a confirmação de dois jurados, os quais terão ao seu lado um auxiliar que servirá exclusivamente de gancheiro.

1° – O (a) participante que perder o chapéu ou derrubar a vaquinha, ou reter as rodilhas na mão, terá nula a sua armada.

2° – O (a) participante não poderá estar reboleando o laço antes de ser chamado (a).

3° – Não será permitido o uso de outro material que não seja o laço de couro, para realizar a armada.

4° – Será nula a armada que cair no pescoço.

5° - A sobra de o laço dever ficar presa na mão que não estiver reboleando-o, evitando que a presilha fique solta no chão, sob pena da armada ser anulada.

6° – No caso da necessidade de limpar a anca ou pescar a segunda aspa, o (a) participante terá até 10 (dez) segundos para realizá-la.

7°– O (a) participante que não estiver presente na hora em que for chamado (a) perderá a sua armada.

8° - O participante não deverá recolher o laço para participar a campeireada, devendo o laço permanecer na distância em que for arremessado.

CAPITULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 72 – O presente Regulamento poderá ser alterado total ou parcialmente em Convenção Tradicionalista, em que a reforma conste expressamente de seu teor (Artigos. 25 e 26 do Estatuto do MTG-SC).

1º – Excepcionalmente, para atender necessidades de caráter emergencial, poderá a Diretoria Executiva de o MTG-SC promover modificações ou inclusões neste Regulamento, ad referendum da Convenção Tradicionalista que se suceder.

2º – Eventuais dúvidas e omissões no presente Regulamento serão resolvidas pela Diretoria do MTG-SC, igualmente ad referendum da primeira Convenção Tradicionalista que se suceder.

Artigo 73 - No que pertine as Premiações a serem oferecidas nos eventos tradicionalistas, as entidades promotoras deverão observar os seguintes parâmetros:

I – Premiar com Troféus, Medalhas ou outro mimo, os vencedores de cada modalidade pelo menos até a 3 a. colocação;

II - Evitar premiações de valores muito elevados seja materiais ou pecuniárias, de sorte a combater a desvirtuação de princípios tradicionalistas consagrados e que confrontam com a indesejável profissionalização de alguns de seus praticantes, notadamente nas provas de laço, acarretando conchavos e/ou até mesmo acirramento de ânimo entre concorrentes;

III – Salvo troféus e medalhas, é vedada a destinação de quaisquer outras formas de premiação, materiais ou pecuniárias, para as disputas em quaisquer modalidades entre as categorias Guris, Piás, Prendas Mirins, Prendas Juvenis, Piazzinhos, Piazzitos, Prendinhas, Bonequinhas. (MOÇÃO APROVADA NA XXIII CONVENÇÃO TRADICIONALISTA – 01.06.2011).

IV – As premiações deverão constar do convite e programa de cada evento.

Lages (SC), 21 de Maio de 2015.

REGULAMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE NARRADORES

Art. 1º - Fica alterada a estrutura da resolução 008/2004, criando o Regulamento Interno do Departamento de Narradores.

Art. 2º - O Departamento tem por finalidade organizar, munir os narradores, disciplinar o trabalho, priorizar pela qualidade profissional e moral dos seus integrantes, obtendo-se desta forma um convívio harmonioso entre os narradores e o MTG/SC.

DA DIRETORIA

Art. 3º - A Diretoria será composta por um Diretor e um Vice-Diretor de Narradores. É o órgão executivo do Departamento de Narradores, com mandato de 4 (quatro) anos, exercendo as funções sem remuneração, com ampla autonomia para resolver tudo o que estiver relacionado com o Departamento de Narradores.

Parágrafo único. O Diretor e Vice-Diretor de Narradores serão nomeados e subordinados ao Presidente do MTG/SC.

DO CREDENCIAMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO

Art. 4º - Podem ser credenciados como narradores todos os interessados maiores de dezoito (18) anos de idade, ou menores, que apresentarem autorização do representante legal, cumprindo o estabelecido abaixo: (alterado convenção 21/05/2015).

01 – Prestar prova de aptidão e conhecimento do Regulamento Campeiro e do Estatuto Social do MTG-SC.

a) No momento da prova de aptidão deverá preencher a ficha cadastral com seus dados pessoais.

b) A prova será agendada pelo Departamento de Narradores do MTG-SC, em data que lhe convier.

02 – Após a prova onde o candidato obteve com resultado nota igual ou superior a sete (7), o candidato deverá apresentar ao Departamento de Narradores os seguintes documentos:

a) Xerox do Título de Eleitor no Estado de Santa Catarina;

- b) Xerox de comprovante de residência no Estado de Santa Catarina;
- c) Duas fotos 3x4 (camisa social e lenço e sem cobertura);
- d) Parecer favorável do Coordenador Campeiro da Região Tradicionalista a que pertença o narrador (candidato);
- e) Relação por escrito, de no mínimo três entidades em dia com o MTG-SC, indicando o interessado;
- f) A documentação pertinente do representante legal para o interessado menor de dezoito (18) anos de idade;
- g) Certidão de antecedentes criminais.

Art. 5º – O credenciamento do narrador não cria qualquer vínculo empregatício com o MTG/SC.

DOS OBJETIVOS

Art. 6º - O narrador credenciado deverá pagar uma anuidade ao MTG/SC, no valor equivalente a 30 % (trinta) por cento, do salário Mínimo vigente, não podendo ser contratado aquele que não estiver em dia com suas obrigações sociais.

Art. 7º - O Narrador que não participar das reuniões do Departamento de Narradores pagará , por ausência, multa pecuniária de 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade estabelecida para os Narradores.

Art. 8º - O Narrador que não estiver em dia com a sua anuidade estará impedido de narrar, devendo a entidade promotora não permitir no seu evento a sua narração, bem como de Narrador não credenciado.

Art. 9º - O Narrador deverá seguir orientação dos Coordenadores Regionais, quanto ao regulamento do MTG/SC e quanto ao vocabulário regional a ser utilizado.

Art. 10 - O narrador credenciado deverá apresentar-se rigorosamente pilchado.

Art. 11 - Deverão os narradores credenciados sempre que possível mencionar o nome dos convidados de honra como: autoridades políticas militares, religiosas, membros da diretoria

do MTG/SC, patrocinadores e outros representantes da sociedade indicados pelo promotor do evento.

Art. 12 - Os promotores de eventos poderão contratar os narradores de sua preferência, por posição e acordo entre as partes, deste que obedecidos os artigos anteriores.

Das proibições do Narrador:

Art. 13 - Tentar influenciar ou se antecipar nas armadas e seus resultados.

Art. 14 - Utilizar apelido com o qual o laçador não se identifica que deverá ser chamado pelo nome.

Art. 15 - Tentar corrigir o estilo dos laçadores.

Art. 16 - Denegrir a imagem do laçador, proferindo termos impróprios e pejorativos.

Art. 17 - Utilizar palavras que possam desrespeitar ou ofender o participante ou o público ou os funcionários do MTG/SC.

Art. 18 - Solicitar e divulgar patrocínio de ordem particular.

REGULAMENTO DA COMISSÃO JULGADORA

Art. 1º - A Diretoria do Departamento da Comissão Julgadora Campeira será composta por:

1 (um) – Diretor;

1 (um) - Vice-Diretor;

2 (dois) – Subdiretores.

Parágrafo Único – Os cargos da Diretoria do Departamento serão ocupados por indicação do Presidente do MTG/SC.

Art. 2º - Todo juiz para ser credenciado pelo MTG/SC, passará por um processo de avaliação e deverá ter: o mínimo de conhecimento campeiro, tenha sido laçador, podendo ser laçador em atividade ainda, para melhor interpretar do início ao fim de uma laçada, proferindo o seu julgamento.

Parágrafo Único - Após a devida avaliação, o juiz assinará termo de responsabilidade atendendo o descrito em cada artigo deste Regulamento.

Art. 3º - Todos os juízes dos eventos campeiros são expressamente proibidos de participar dos eventos em que fazem parte da Comissão Julgadora.

Parágrafo Único - Os juízes deverão ter conduta idônea, ou seja, sem condenação em processo disciplinar junto ao MTG/SC.

Art. 4º - Pode ser destituído do cargo com a perda da sua credencial, todo juiz que não atender e/ou possuir condições necessárias para desenvolver atividades de julgador junto aos eventos.

Parágrafo Único - A Comissão Julgadora facultará ao mesmo realizar a reciclagem para que este possa readaptar-se as normas e conseqüentemente voltar a integrar o quadro de juízes do MTG/SC.

Art. 5º - A Comissão Julgadora é soberana em suas decisões, sendo terminantemente vedado a qualquer participante dirigir-se à mesma, com exceção do Patrão do CTG e, na ausência deste, pelo Capataz, ou ainda, na ausência de ambos, pelo primeiro dos componentes da equipe.

Art. 6º - O juiz não pode ser ocupante do cargo de Coordenador Regional ou Patrão do CTG promotor do evento.

Art. 7º - Os membros da Comissão Julgadora deverão apresentar-se devidamente pilchados.

Parágrafo Único - Não será permitida ingestão de bebida alcoólica e o uso de aparelho eletrônico.

Art. 8º - O CTG promotor propiciará a Comissão Julgadora ambiente físico adequado, com acesso restrito, para o desenvolvimento adequado dos julgamentos.

Art. 9º - A Comissão Julgadora poderá consultar o promotor do evento, em casos omissos se assim entender necessário.

Art. 10 - Os promotores de eventos poderão contratar juízes de sua preferência desde que observados os artigos constantes deste Regulamento.

Art. 11 - Visando a gestão do Departamento da Comissão Julgadora, quando solicitado pelo promotor do evento ou autoridades das respectivas Regiões Tradicionalistas, o juiz

obrigatoriamente apresentará relatório final mencionando os classificados com direito a premiação de todas as modalidades.

Art. 12 - O juiz credenciado deverá pagar uma anuidade ao Departamento da Comissão Julgadora, no valor equivalente a 30% (trinta por cento), do salário mínimo vigente, não podendo ser contratado aquele que não estiver em dia com esta obrigação.

Art. 13 – Os juízes obrigatoriamente deverão realizar o recadastramento por meio do Coordenador Campeiro da sua Região Tradicionalista, mesmo os que já possuem Identidade Tradicionalista de Juiz no novo formato.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

(nome) _____, (estado
civil) _____,

(profissão) _____, inscrito no CPF sob o nº
(informar) _____ e

no RG nº (informar) _____, residente e domiciliado à (informar
endereço) _____, mediante este instrumento
declaro responsabilizar-me pelo atendimento e aplicação do disposto no Regulamento do
Departamento da Comissão Julgadora Campeira.

(localidade) _____, (dias) _____ de (mês) _____ de (ano) _____.

(assinatura)

41/45

(nome)

CADASTRO DE JUIZ OFICIAL DO MTG/SC

Eu, _____, inscrito CPF sob nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado a _____, Bairro: _____, CEP: _____, Município: _____ e UF: _____, filiado ao CTG: _____, pertencente a _____ Região Tradicionalista, Identidade Tradicionalista sob nº: _____, venho através de este solicitar, meu credenciamento como Juiz Oficial do MTG/SC.

Data: ____/____/____

Candidato ao Cargo de Juiz Oficial do MTG/SC

Patrão do CTG

Coordenador da _____ Região Tradicionalista

MUNICIPIOS DAS 17º REGIÕES TRADICIONALISTAS

Lages, 21 de Maio de 2015.

Orides Luiz Pompeo.

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS 17 REGIÕES TRADICIONALISTAS

1º REGIÃO

Lages, Bocaina do Sul, Correia Pinto, Otacílio Costa, Ponte Alta, Palmeira, Paniel, São José do Cerrito.

2º REGIÃO

Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urupema, Urubici.

3º REGIÃO

Arroio Trinta, Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Fraiburgo, Iomerê, Ibiam, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Tangará, Videira, Vargem.

4° REGIÃO

Caçador, Calmonn, Curitibanos, Frei Rogério, Lebon Régis, Macieira, Mato Costa, Porto União, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Timbó Grande.

5° REGIÃO

Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Lauro Müller, Laguna, Morro da Fumaça, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Martinho, São Ludgero, Tubarão, Treze de Maio.

6° REGIÃO

Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Cocal do Sul, Criciúma, Ermo, Forquilha, Içara, Jacinto Machado, Morro Grande, Maracajá, Meleiro, Nova Veneza, Praia Grande, Passo de Torres, Sombrio, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Siderópolis, Timbé do Sul, Treviso, Turvo, Urussanga.

7° REGIÃO

Antônio Carlos, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Alfredo Wagner, Biguaçu, Bombinhas, Canelinha, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Porto Belo, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São João Batista, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São Pedro de Alcântara, Tijucas.

8° REGIÃO

Ascurra, Apiúna, Blumenau, Balneário Camboriú, Brusque, Botuverá, Camboriú, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Massaranduba, Navegantes, Piçarras, Pomerode, Penha, Rodeio, São João do Itaperiú, Timbó.

9° REGIÃO

Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Corupá, Guaruva, Guaramirim, Itapoá, Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Schroeder, Rio Negrinho.

10° REGIÃO

Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Santa Terezinha, Três Barras.

11° REGIÃO

Agrolândia, Agronômica, Aurora, Atalanta, Benedito Novo, Braço do Trombudo, Chapadão do Lajeado, Doutor Pedrinho, Dona Emma, Imbuia, Ibirama, Ituporanga, José Boiteux, Lontras, Laurentino, Mirim Doce, Presidente Getúlio, Pouso Redondo, Presidente Nereu, Petrolândia, Rio dos Cedros, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central, Vitor Meireles, Vidal Ramos, Witmarsum.

12° REGIÃO

Abelardo Luz, Alto da Bela Vista, Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Coronel Martins, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Formosa do Sul, Guatambu, Galvão, Irati, Ipuacu, Jardinópolis, Jupiá, Lageado Grande, Marema, Novo Horizonte, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Ouro Verde, Planalto Alegre, Pinhalzinho, Peritiba, Paial, Quilombo, São Domingos, Santiago do Sul, São Lourenço do Oeste, Saudades, São Carlos, Seara, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê, Xaxim, Xavantina.

13° REGIÃO

Anchieta, Belmonte, Bandeirante, Barra Bonita, Cunha Porá, Caibi, Dionísio Cerqueira, Descanso, Flor do Sertão, Guarujá do Sul, Guaraciaba, Iraceminha, Iporã do Oeste, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Palmitos, Princesa, Romelândia, Riqueza, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, São Miguel da Boa Vista, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, São João do Oeste, Tunápolis, Trigrinhos, Bom Jesus do Oeste, Campo Erê, Cunhataí, Sul Brasil, Serra Alta, Saltinho, São Bernardino.

14° REGIÃO

Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro.

15° REGIÃO

Água Doce, Catanduvas, Campina da Alegria, Ibicaré, Joaçaba, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Presidente Castelo Branco, Salto Veloso, Treze Tílias, Vargem Bonita.

16° REGIÃO

Erval Velho, Herval do Oeste, Ipira, Capinzal, Ouro, Piratuba, Zortéa, Alto da Bela Vista, Peritiba.

17° REGIÃO

Arabutã, Concórdia, Irani, Itá, Ipumirim, Lindoia do Sul, Passos Maia, Ponte Serrada.

[img]<http://www.mtgsc.com.br/img/mapa.jpg>[img]